

**UNIVERSIDADE FEDERAL DE JUIZ DE FORA
CENTRO DE POLÍTICAS PÚBLICAS E AVALIAÇÃO DA EDUCAÇÃO
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO PROFISSIONAL EM GESTÃO E
AVALIAÇÃO DA EDUCAÇÃO PÚBLICA**

Raphael de Morais Xavier

**A parceria entre prefeitura de Juiz de Fora e Farmácia Universitária da UFJF:
reflexos no ensino, pesquisa e extensão**

Juiz de Fora
2019

Raphael de Moraes Xavier

A parceria entre prefeitura de Juiz de Fora e Farmácia Universitária da UFJF:
reflexos no ensino, pesquisa e extensão

Dissertação apresentada como requisito parcial à conclusão do Mestrado Profissional em Gestão e Avaliação da Educação Pública, da Faculdade de Educação, da Universidade Federal de Juiz de Fora.

Orientador: Prof. Dr. Antonio Ferreira Colchete Filho

Juiz de Fora
2019

Ficha catalográfica elaborada através do programa de geração automática da Biblioteca Universitária da UFJF, com os dados fornecidos pelo(a) autor(a)

Xavier, Raphael de Moraes.

A parceria entre prefeitura de Juiz de Fora e Farmácia Universitária da UFJF : reflexos no ensino, pesquisa e extensão / Raphael de Moraes Xavier. -- 2019.

173 f.

Orientador: Antonio Ferreira Colchete Filho

Dissertação (mestrado profissional) - Universidade Federal de Juiz de Fora, Faculdade de Educação/CAEd. Programa de Pós Graduação em Gestão e Avaliação da Educação Pública, 2019.

1. Serviços comunitários de farmácia. 2. Parceria entre entidades públicas. 3. Ensino, pesquisa e extensão. I. Colchete Filho, Antonio Ferreira, orient. II. Título.

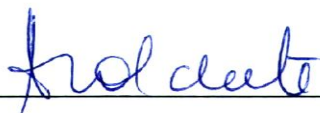
Raphael de Morais Xavier

**A parceria entre prefeitura de Juiz de Fora e Farmácia Universitária da UFJF:
reflexos no ensino, pesquisa e extensão**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação Profissional em Gestão e Avaliação da Educação Pública, da Universidade Federal de Juiz de Fora, como requisito parcial a obtenção do título de Mestre em Gestão e Avaliação da Educação Pública.

Aprovada em 23 de setembro de 2019.

BANCA EXAMINADORA



Prof. Dr. Antonio Ferreira Colchete Filho (orientador)
Universidade Federal de Juiz de Fora



Prof. Dr. Frederico Braida Rodrigues de Paula
Universidade Federal de Juiz de Fora



Prof. Dr. Paulo Lourenço Domingues Junior
Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro

Dedico esta dissertação a minha filha, Sophia. Enquanto eu passava horas de estudo no computador, a pequenina da minha vida me alegrava com suas brincadeiras e cantorias.

AGRADECIMENTOS

Em uma grande jornada como um mestrado, a paciência é algo fundamental. A paciência não vem só de quem escreve a dissertação, mas de todos de quem o autor teve auxílio, desde o primeiro dia de aula até a dissertação final. Estar cercado de pessoas tão competentes e amigas tornou essa caminhada perfeitamente possível.

A minha esposa Delaine, companheira em todo o tempo, pelo apoio incondicional e por suprir minhas ausências.

A minha filha Sophia, que sempre foi minha fonte de inspiração e carinhosamente entendeu o que é ter um pai que mesmo trabalhando, cursou uma segunda graduação (Direito) e mestrado, tudo ao mesmo tempo! Você traz um tom especial de alegria à minha vida.

A minha mãe Lindalva, exemplo de perseverança, por tudo que renunciou para que eu pudesse estudar. Obrigado pelo suporte, preocupação, incentivo e por não permitir que eu esmorecesse.

A minha irmã Nívia. Obrigado pelo acolhimento e por poder contar com você.

Ao meu pai Manoel (*in memoriam*), pelo exemplo deixado. Seu legado estará sempre comigo.

Ao meu orientador, professor Antonio Colchete Filho, pela disponibilidade e apoio prestado, sempre de forma interessada e com comentários precisos.

A Amélia Gabriela Thamer (CAEd) pelo excelente trabalho de suporte prestado no desenvolvimento de cada passo da dissertação.

Ao professor Frederico Braidá e professor Wallace Faustino pelas sugestões e por terem levantado questões fundamentais na banca de qualificação. Ao professor Paulo Domingues pela participação na banca de defesa.

Ao professor Marcelo Silvério, diretor da Faculdade de Farmácia da UFJF, pelas imprescindíveis contribuições durante todo o caminho.

A professora Alessandra Ésther, coordenadora da Farmácia Universitária, por ter me auxiliado no decorrer da pesquisa.

Aos alunos da Faculdade de Farmácia da UFJF e residentes que gentilmente se dispuseram a contribuir com este trabalho.

A todos os professores que ministraram as disciplinas do programa de Mestrado em Gestão e Avaliação da Educação Pública (CAEd/UFJF), por todo o conhecimento transmitido.

Aos companheiros e companheiras de trabalho da Farmácia Universitária da UFJF, pela compreensão e incentivo. O apoio de vocês foi fundamental nessa caminhada.

E por último e mais importante, a Deus por ter me dado força e saúde para suportar as pressões dos momentos mais difíceis desta jornada. Ele sabe de todas as coisas.

RESUMO

A presente dissertação foi desenvolvida no âmbito do Mestrado Profissional em Gestão e Avaliação da Educação (PPGP) do Centro de Políticas Públicas e Avaliação da Educação da Universidade Federal de Juiz de Fora (CAEd/UFJF). Em abril de 2016, após passar por obras de reestruturação física e adotar um novo modelo de gestão, a Farmácia Universitária da UFJF iniciou suas atividades de atendimento ao Sistema Único de Saúde (SUS) através de um convênio entre a Faculdade de Farmácia e a Prefeitura de Juiz de Fora, resultando na formação da Farmácia Regional Oeste. Este estudo pretendeu discutir as implicações resultantes desse acordo de cooperação para a comunidade acadêmica, pacientes e Prefeitura de Juiz de Fora. Para tanto, realizou-se uma investigação sobre as práticas de sucesso e as potencialidades ainda não exploradas no âmbito da parceria. Diante dessa perspectiva, chegou-se à questão norteadora da pesquisa: quais os reflexos no ensino, pesquisa e extensão causados pela implantação da Farmácia Regional Oeste na Farmácia Universitária? O objetivo geral deste estudo é analisar como essa inovação impactou o ensino, pesquisa e extensão. Como objetivos específicos, esta pesquisa busca: (1) descrever os aspectos formativos de uma parceria entre entidades públicas; (2) analisar a implementação do projeto no contexto das fases do Ciclo de Políticas Públicas - agenda, formulação, decisão, implementação e avaliação (CONDÉ, 2012); (3) avaliar a inserção desse novo modelo de funcionamento para os alunos, gestores e comunidade; (4) propor alternativas para aprimorar a parceria e maximizar suas potencialidades, em uma perspectiva democrática, de autonomia e com referência social. A literatura estudada sobre o tema (ALBUQUERQUE, 2008; CAVALHEIRO e GUIMARÃES, 2011; FEUERWERKER, 2003, entre outros) demonstra que o cenário descrito se configura como uma oportunidade ímpar de desenvolvimento e inovação na área das Ciências Farmacêuticas, havendo possibilidades para potencializar os resultados e ampliar as práticas exitosas. Como metodologia, foi realizada uma pesquisa de natureza qualitativa, de objetivo exploratório, utilizando-se como instrumentos a aplicação de entrevistas com roteiro semiestruturado, pesquisa bibliográfica e documental. Constatou-se que essa parceria é um importante mecanismo de promoção da saúde pública, mas possui atividades que podem ser mais bem exploradas, como a integração entre os atores da parceria, o uso de indicadores internos e externos e a

interdisciplinaridade com a Faculdade de Farmácia da UFJF. Ao final do trabalho, foi proposto um Plano de Ação Educacional (PAE) que identificou e propôs alternativas para o aprimoramento da parceria e a melhoria da qualidade das atividades oferecidas aos alunos e residentes no âmbito da Farmácia Regional Oeste.

Palavras-chave: Serviços comunitários de farmácia. Parceria entre entidades públicas. Ensino, pesquisa e extensão.

ABSTRACT

This dissertation was developed under the Professional Master in Management and Evaluation of Education (PPGP) of the Center for Public Policy and Evaluation of Education of the Federal University of Juiz de Fora (CAEd / UFJF). In April 2016, after undergoing physical restructuring works and adopting a new management model, the UFJF University Pharmacy began its activities of serving the Unified Health System (SUS) through an agreement between the Faculty of Pharmacy and the town hall Juiz de Fora, resulting in the formation of the West Regional Pharmacy. This study aimed to discuss the implications of this cooperation agreement for the academic community, patients and the city of Juiz de Fora. To this end, an investigation into successful practices and untapped potential within the partnership has been undertaken. Given this perspective, we came to the guiding question of the research: what are the reflexes in teaching, research and extension caused by the implementation of the Regional Pharmacy West University Pharmacy? The overall objective of this study is to analyze how this innovation has impacted teaching, research and extension. As specific objectives, this research seeks to: (1) describe the formative aspects of a partnership between public entities; (2) analyze project implementation in the context of the phases of the Public Policy Cycle - schedule, formulation, decision, implementation and evaluation (CONDÉ, 2012); (3) evaluate the insertion of this new operating model for students, managers and the community; (4) propose alternatives to enhance the partnership and maximize its potential, in a democratic, autonomous and socially referenced perspective. The literature studied on the subject (ALBUQUERQUE, 2008; CAVALHEIRO and GUIMARÃES, 2011; FEUERWERKER, 2003, among others) shows that the described scenario is a unique opportunity for development and innovation in the area of Pharmaceutical Sciences, with possibilities to enhance results and broaden successful practices. As a methodology, a qualitative research with exploratory objective was performed, using as instruments the application of interviews with semi-structured script, bibliographic and documentary research. It was found that this partnership is an important mechanism for the promotion of public health, but has activities that can be better explored, such as the integration between the partners of the partnership, use of internal and external indicators and interdisciplinarity with the UFJF Faculty of Pharmacy. At the end of the work, an Educational Action Plan (PAE)

was proposed that identified and proposed alternatives for improving the partnership and improving the quality of activities offered to students and residents within the Western Regional Pharmacy.

Keywords: Community pharmacy services. Partnership between public entities. Teaching, research and extension.

LISTA DE FIGURAS

Figura 1 - Cerne das DCNs 2017.....	39
Figura 2 - Prédio da Farmácia Universitária em destaque junto ao Portão Norte da UFJF.....	43
Figura 3 - Planta baixa da Farmácia Universitária.....	43
Figura 4 - A Farmácia Universitária fica no campus da UFJF, próximo ao pórtico norte.....	45
Figura 5 - Setor de dispensação de medicamentos.....	45
Figura 6 - Setor de dispensação de medicamentos.....	46
Figura 7 - Consultório farmacêutico.....	47
Figura 8 - Caixa de medicamentos para pessoas analfabetas ou com dificuldades para compreender os nomes e as doses dos medicamentos.....	48
Figura 9 - Identificação de medicamentos e esquema posológico para paciente com baixa acuidade visual.....	50

LISTA DE QUADROS

Quadro 1 - Quantitativo de alunos da Faculdade da Farmácia da UFJF.....	33
Quadro 2 - Comparativos entre as DCNs do Curso de Graduação em Farmácia.....	37
Quadro 3 - Sujeitos da pesquisa.....	74
Quadro 4 - Perguntas do método 5W2H.....	97
Quadro 5 - Melhoria da integração entre os atores que atuam na parceria.....	100
Quadro 6 - Aumento da inserção dos alunos nos serviços de cuidado farmacêutico.....	103
Quadro 7 - Sensibilização dos docentes da Faculdade de Farmácia.....	106
Quadro 8 - Sistematização de indicadores internos e externos da parceria.....	109
Quadro 9 - Análise das Forças, Franquezas, Oportunidades e Ameaças numa matriz SWOT.....	110

LISTA DE TABELAS

Tabela 1 - Atendimentos de usuários realizados na Farmácia Oeste.....	53
---	----

LISTA DE ABREVIATURAS

CNE	Conselho Nacional de Educação
CNPJ	Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas
CFF	Conselho Federal de Farmácia
CRF	Conselho Regional de Farmácia
DEMLURB	Departamento Municipal de Limpeza Urbana
FADEPE	Fundação de Apoio e Desenvolvimento ao Ensino, Pesquisa e Extensão
DAFI	Departamento de Assistência Farmacêutica, Insumos e Materiais Médico-Hospitalares
DCNs	Diretrizes Curriculares Nacionais
IES	Instituição de Ensino Superior
OMS	Organização Mundial da Saúde
PAE	Plano de Ação Educacional
PGRSS	Plano de Gerenciamento de Resíduos de Serviços de Saúde
REMUME	Relação Municipal de Medicamentos Essenciais
SUS	Sistema Único de Saúde
TCU	Tribunal de Contas da União
TIC	Tecnologia de Informação e Comunicação
UBS	Unidade Básica de Saúde
UFJF	Universidade Federal de Juiz de Fora

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO.....	16
1 AS COOPERAÇÕES ENTRE ENTIDADES PÚBLICAS: UM ESTUDO DE CASO DA PARCERIA ENTRE A PREFEITURA DE JUIZ DE FORA E A FARMÁCIA UNIVERSITÁRIA DA UFJF.....	22
1.1 AS COOPERAÇÕES ENTRE AS UNIVERSIDADES FEDERAIS E ÓRGÃOS PÚBLICOS.....	22
1.2 A INTEGRAÇÃO UNIVERSIDADE - SERVIÇO DE SAÚDE - COMUNIDADE.....	25
1.2.1 Funções das Universidades: Ensino, Pesquisa e Extensão.....	29
1.3 A FACULDADE DE FARMÁCIA DA UFJF.....	32
1.3.1 As novas Diretrizes Curriculares Nacionais (DCNs) para o curso de Graduação em Farmácia - Resolução CNE/CES nº 06 de 19 de outubro de 2017.....	35
1.3.2 A Farmácia Universitária da UFJF.....	40
1.3.3 Projeto Farmácia Regional Oeste.....	51
2. ANÁLISE DO CASO DE GESTÃO: OS REFLEXOS NO ENSINO, PESQUISA E EXTENSÃO CAUSADOS PELA IMPLANTAÇÃO DA FARMÁCIA REGIONAL OESTE NA FARMÁCIA UNIVERSITÁRIA.....	55
2.1 A INTEGRAÇÃO ENSINO-SERVIÇO NA FARMÁCIA UNIVERSITÁRIA COMO PROCESSO FORMATIVO DE PROFISSIONAIS DENTRO DO CONTEXTO DO SUS.....	56
2.2 O ENSINO FARMACÊUTICO DENTRO DO PROJETO FARMÁCIA REGIONAL OESTE: A PERSPECTIVA DE UMA FORMAÇÃO CLÍNICA.....	63
2.3 A EXTENSÃO UNIVERSITÁRIA COMO FERRAMENTA PARA FORMAÇÃO DE UM NOVO PERFIL DE PROFISSIONAL FARMACÊUTICO.....	67
2.4 METODOLOGIA DE PESQUISA.....	71
2.4.1 Discurso dos principais atores envolvidos no projeto.....	77
2.4.1.1 Quanto à parceria entre entidades públicas: Universidade e Prefeitura.....	78
2.4.1.2 Quanto às fases do Ciclo de Políticas públicas: agenda, formulação, decisão, implementação e avaliação.....	83
2.4.1.3 Quanto ao Ensino, Pesquisa e Extensão.....	88
2.4.1.4 Quanto ao currículo e formação do aluno para o mercado de trabalho.....	93

3. PLANO DE AÇÃO EDUCACIONAL.....	97
3.1 PROPOSTA 1: QUANTO À MELHORIA DA INTEGRAÇÃO ENTRE OS ATORES QUE ATUAM NA PARCERIA.....	98
3.2 PROPOSTA 2: QUANTO AO AUMENTO DA INSERÇÃO DOS ALUNOS NOS SERVIÇOS DE CUIDADO FARMACÊUTICO.....	101
3.3 PROPOSTA 3: QUANTO AO MELHOR APROVEITAMENTO DA FARMÁCIA UNIVERSITÁRIA PARA ENSINO, PESQUISA E EXTENSÃO PELOS DOCENTES DA FACULDADE DE FARMÁCIA.....	104
3.4 PROPOSTA 4: QUANTO AO DESENVOLVIMENTO DE INDICADORES INTERNOS E EXTERNOS DA PARCERIA.....	107
3.5 ANÁLISE DO CENÁRIO DA INSTITUIÇÃO PARA IMPLANTAÇÃO DO PAE.....	110
CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	112
REFERÊNCIAS.....	115
APÊNDICE A - Termo de Consentimento Livre e Esclarecido.....	125
APÊNDICE B - Roteiro de entrevista aplicado ao diretor da Faculdade de Farmácia da UFJF.....	127
APÊNDICE C - Roteiro de entrevista aplicado à coordenadora da Farmácia Universitária.....	129
APÊNDICE D - Roteiro de entrevista aplicado à gerente do DAFI da Prefeitura de Juiz de Fora.....	131
APÊNDICE E - Roteiro de entrevista aplicado aos alunos bolsistas da Farmácia Universitária.....	133
APÊNDICE F - Roteiro de entrevistas aplicado aos residentes em Farmácia..	134
APÊNDICE G - Transcrição das Entrevistas.....	135

Introdução

Inaugurada em 1994, a Farmácia Universitária oferece estágios curriculares e atividades complementares voltados para o desenvolvimento do ensino, da pesquisa e da extensão, com foco na complementação profissional e técnica dos alunos do curso de graduação em Farmácia da Universidade Federal de Juiz de Fora (UFJF) e dos farmacêuticos matriculados em programas de pós-graduação (UFJF, 2016). A farmácia-escola é um laboratório de ensino destinado à formação farmacêutica, integrado ao projeto pedagógico da instituição formadora e com registro no Conselho Regional de Farmácia e Vigilância Sanitária (BRASIL, 2008a). O estágio é um ato educativo escolar supervisionado, desenvolvido no ambiente de trabalho, que propõe a preparação para o trabalho produtivo (BRASIL, 2008b).

Conforme a Resolução 53/2016 da UFJF, a Farmácia Universitária está apta a prestar serviços às prefeituras dos municípios e demais órgãos de saúde da macrorregião de Juiz de Fora, em parceria com o Sistema Único de Saúde (SUS). Para tanto, a prestação de serviços a órgãos externos à UFJF deve ser celebrada através de convênios específicos. Segundo Campos (2014), no âmbito do poder público, os convênios são as formas jurídicas pelas quais a Administração Pública firma com outra entidade pública um ajuste para a consecução de objetivos de interesse público, nas condições estabelecidas pela própria Administração, e para a realização de ações de interesse comum dos partícipes.

Após passar por obras de reestruturação física e adotar um novo modelo de funcionamento, no dia 16 de abril de 2016, a Farmácia Universitária da UFJF iniciou suas atividades de atendimento ao SUS através de um convênio entre a UFJF, a Faculdade de Farmácia e a Prefeitura de Juiz de Fora, resultando na formação da Farmácia Regional Oeste. Na sua área de abrangência, está apta a atender uma população estimada em 15 mil pessoas. São dispensados medicamentos da Relação Municipal de Medicamentos Essenciais (REMUME) aos usuários cadastrados da região oeste do município. Para a Organização Mundial da Saúde (OMS, 2002), medicamentos essenciais são aqueles que satisfazem às necessidades prioritárias de cuidados da saúde da população, selecionados por critérios de eficácia, segurança, qualidade e custo-benefício favorável.

Dispensação é o ato de assegurar que o medicamento seja entregue ao paciente certo, na dose prescrita pelo profissional de saúde, na quantidade adequada e que sejam fornecidas as informações suficientes para o seu uso correto, garantindo a adesão do paciente ao tratamento e diminuindo a possibilidade de problemas relacionados a medicamento. A dispensação é oferecida gratuitamente aos pacientes atendidos pela UPA São Pedro, independente do local de residência, e aos moradores de 25 localidades: Adolfo Vireque; Bosque do Imperador; Caiçaras I; Caiçaras II; Jardim Casablanca; Nossa Senhora de Fátima; Recanto dos Brugger; São Pedro; Bosque Imperial; Colinas do Imperador; Cruzeiro do Santo Antonio; Granville; Jardim das Azaléias; Jardim Marajoara (Parte Alta); Jardim Universitário/Martelos; Loteamento Nova Vida; Parque Imperial; Parque São Pedro; Portal da Torre; Santana; São Lucas; Tupã; Vila São Jorge; Serro Azul; Chalés do Imperador; Chalés do Algarve; e Itatiaia. Para que o atendimento seja efetuado, é necessário apresentar um documento de identidade, o cartão do SUS, comprovante de residência e prescrição realizada por um profissional do serviço público de saúde.

Semestralmente, em torno de quarenta alunos de graduação atuam diretamente na operação das atividades da Farmácia Universitária e outros dez junto aos projetos de pesquisa e extensão realizados na unidade. A cada ano, sete alunos de pós-graduação, que são residentes em Farmácia, passam pela experiência de trabalhar no local. Mais do que acumular experiências, a vivência prática de situações estudadas em sala de aula é importante para o treinamento e desenvolvimento de competências que acompanharão a trajetória dos profissionais durante toda sua carreira.

Além da dispensação de medicamentos, a Farmácia Universitária disponibiliza aos usuários um serviço de cuidado farmacêutico, no qual são realizadas consultas farmacêuticas em ambiente privado e de forma individual. De acordo com Araújo (2005), o cuidado farmacêutico ao usuário visa atender às necessidades dos usuários relacionadas aos medicamentos de forma integrada e contínua, com foco na obtenção de resultados terapêuticos concretos. Dentro desse serviço, o farmacêutico gerencia o uso de medicamentos do paciente, tornando seu uso mais eficiente sem, no entanto, aumentar os custos.

Sob o novo modelo de funcionamento, entre abril de 2016 e julho de 2019, a Farmácia Universitária contabilizou 49.834 atendimentos a usuários e 110 pacientes foram admitidos no consultório farmacêutico. Entretanto, ainda não há pesquisas

sobre a repercussão deste novo projeto para a comunidade acadêmica e os gestores públicos da parceria. O modelo de funcionamento da Farmácia Universitária, baseado numa parceria entre instituições públicas, é inovador. Conforme Jacobi e Pinho (2006), inovações no setor público são conceituadas como mudanças de caráter estratégico, tecnológico, humano e cultural que produzem impactos e amplo desenvolvimento social. Não há trabalhos publicados no Brasil de um acordo semelhante, sendo, portanto, fundada a relevância deste trabalho.

Conforme o “Boletim de Convênios”, que é uma publicação oficial para divulgação de extrato de convênios e congêneres elaborados pela UFJF, o projeto Farmácia Regional Oeste está classificado na espécie “acordo de cooperação”, sob o número 015225/201-17 (UFJF, 2015). Segundo Todero (2006, p. 28), os convênios da Administração Pública são caracterizados pela “existência, nas relações entre os partícipes, da cooperação, colaboração, coordenação, parceria, auxílio e/ou ajuda e, ainda, ausência de lucro, preço e/ou remuneração”. Há um compromisso no sentido de haver contrapartidas para a realização do objeto, além da obrigação de utilizar e administrar os recursos de forma adequada, sujeitando ao controle e prestação de contas.

O projeto Farmácia Regional Oeste oferece enormes possibilidades para uso pela comunidade acadêmica, mas há espaços inexplorados. Dentro do quadro de trinta docentes da Faculdade de Farmácia da UFJF, dois professores utilizam a Farmácia Universitária para o desenvolvimento de atividades que envolvam ensino, pesquisa e extensão. Vários discentes do curso de graduação em Farmácia já elaboraram suas monografias tendo temas relacionados aos medicamentos e problemas de saúde pública atendidos no âmbito do projeto Farmácia Regional Oeste, o que demonstra o interesse dos alunos pelo projeto. Diante do quadro apresentado, ainda há uma subutilização do campo de estudo ofertado pela Farmácia Universitária.

Novamente dentro das evidências do caso, é preciso avaliar o impacto, no projeto Farmácia Regional Oeste, da Resolução CNE/CES nº 06 de 19 de outubro de 2017, que instituiu as novas Diretrizes Curriculares Nacionais (DCNs) do curso de graduação em Farmácia. É necessário verificar o grau de adaptabilidade da Farmácia Universitária a essa inovação curricular, que tem previsão de implantação em toda a Faculdade de Farmácia da UFJF a partir do primeiro semestre de 2020, fato que implicará na reorganização de todas as disciplinas dentro da matriz do

curso. Ainda no sentido de compreender melhor o alcance dessa parceria, torna-se fundamental uma reflexão aprofundada acerca das outras repercussões causadas, como as inovações na relação ensino-serviço-comunidade.

Conforme Condé (2012), dentro de um processo de implementação de uma política, é preciso verificar se existem objetivos claros, se as metas estão definidas, se os resultados podem ser verificados. No projeto Farmácia Regional Oeste, o sistema de indicadores internos e externos pode ser aprimorado e validado, o que trará maior embasamento para a tomada de decisões. Outro ponto a ser considerado é a necessidade de maior aproximação entre os agentes que atuam nos dois lados da parceria, uma relação mais sólida e integrada entre os profissionais. Dentro de uma visão de atendimento multiprofissional, as visões e ideias diferentes podem trazer enormes vantagens, tornando os processos e ações para resolubilidade dos problemas em saúde muito mais eficazes.

A justificativa desta pesquisa baseia-se relação profissional deste pesquisador com o problema, dado que sou graduado em Farmácia e técnico-administrativo em Educação da UFJF. Atuo na dispensação de medicamentos, na supervisão dos trabalhos dos estagiários e alunos bolsistas, preceptoria dos residentes em Farmácia, no auxílio das atividades desenvolvidas pelos professores, no atendimento e orientação aos pacientes e na gestão do abastecimento de medicamentos. Estou inserido no ambiente em questão desde a implantação do novo modelo de gestão, e em contato direto com todos os atores envolvidos, sendo eles: diretor da Faculdade de Farmácia, coordenadora da Farmácia Universitária, farmacêuticos, assistentes administrativos, técnicos de laboratório, recepcionistas, alunos, residentes, professores e pacientes.

A questão de pesquisa deve ser uma condição essencial para a produção e evolução do saber científico, e no caso em análise, há uma construção relevante e fidedigna de conhecimento acerca de parcerias envolvendo universidade pública e prefeitura, no âmbito de farmácia. A presente pesquisa versa sobre os reflexos no ensino, pesquisa e extensão causados pela implantação da Farmácia Regional Oeste na Farmácia Universitária e, para tanto, adota-se a seguinte questão de investigação: quais as repercussões proporcionadas pela implantação da parceria entre a Secretaria de Saúde da Prefeitura de Juiz de Fora e a Faculdade de Farmácia e a Farmácia Universitária da UFJF para o ensino, pesquisa e extensão?

No âmbito do ensino na Farmácia Universitária, o objetivo será verificar se o modelo implantado favorece a interface teórico-prática necessária ao exercício profissional, desenvolvendo princípios, competências, habilidades e atitudes que conduzam ao raciocínio lógico, científico e ético. Já no âmbito da pesquisa, o foco será investigar se a Farmácia Universitária proporciona para a comunidade acadêmica, o desenvolvimento do raciocínio voltado para análise investigativa, reflexiva e crítica, e se proporciona a criação da cultura do levantamento de dados para gerar e divulgar conhecimentos e intervenção na realidade. Quanto à extensão, é investigado se o projeto favorece a implementação e execução das práticas extensionistas. Para a obtenção de dados que possam responder às questões investigativas propostas, foram realizadas entrevistas semiestruturadas com o diretor da Faculdade de Farmácia da UFJF, a coordenadora da Farmácia Universitária, a gerente do Departamento de Assistência Farmacêutica, Insumos e Materiais Médico-Hospitalares (DAFI) da Prefeitura de Juiz de Fora, residentes em Farmácia e alunos bolsistas da Farmácia Universitária.

Quanto ao objetivo geral, o propósito deste trabalho é verificar os reflexos no ensino, pesquisa e extensão causados pela implantação da Farmácia Regional Oeste na Farmácia Universitária e propor alternativas para aprimorar a parceria e maximizar suas potencialidades. Os objetivos específicos deste trabalho são: i) descrever os aspectos formativos de uma parceria entre entidades públicas; ii) analisar a implementação do projeto no contexto das fases do Ciclo de Políticas Públicas - agenda, formulação, decisão, implementação e avaliação (CONDÉ, 2012); iii) avaliar a inserção desse novo modelo de funcionamento para os alunos, gestores e comunidade; e iv) propor alternativas para aprimorar a parceria e maximizar suas potencialidades.

Este trabalho segue o modelo proposto pelo Programa de Mestrado Profissional em Gestão e Avaliação da Educação Pública do Centro de Políticas Públicas e Avaliação da Educação da UFJF e possui tema relacionado com a atuação profissional do mestrando. Trata-se de um caso de gestão, com o objetivo de propor um Plano de Ação Educacional (PAE) para o problema de pesquisa.

Esta dissertação tem uma abordagem qualitativa e está organizada em três capítulos. O Capítulo 1 apresenta a descrição do caso de gestão e as evidências que fundamentam o problema de pesquisa. Além disso, descreve a observação cotidiana do autor, utilizando a pesquisa bibliográfica como auxílio na apresentação

do caso. É realizada uma contextualização sobre as cooperações entre as universidades federais e demais órgãos públicos, abordando a integração Universidade - Serviço de Saúde - Comunidade. Também é discutida a maneira que esses processos impactam o ensino, a pesquisa e a extensão, cuja indissociabilidade forma o tripé de sustentação das Instituições de Ensino Superior (IES). O último ponto do Capítulo 1 tem como objetivo a apresentação do contexto em que se manifesta a parceria.

O segundo capítulo trata de uma revisão da literatura em assuntos considerados como eixos de análise desta dissertação. Neste capítulo também é abordada a metodologia utilizada para a pesquisa, os resultados encontrados e a discussão a partir do referencial teórico. Inicialmente, é discutido como a integração ensino - serviço - comunidade no âmbito do SUS pode auxiliar o processo formativo de profissionais farmacêuticos. Em seguida, é trabalhada a questão do ensino farmacêutico na perspectiva de uma formação clínica, em uma interseção com a relevância do currículo mínimo exigido para a graduação em Farmácia. Por último, discute-se a importância e o aproveitamento da Farmácia Regional Oeste enquanto espaço para desenvolvimento de ações extensionistas.

O terceiro capítulo traz as propostas do PAE para o problema de pesquisa abordado, tendo como objetivos o aprimoramento da parceria e a melhora da qualidade das atividades oferecidas aos alunos e residentes no âmbito da Farmácia Regional Oeste. Para nortear a execução do PAE, utilizou-se a ferramenta de planejamento 5W2H em conjunto com a metodologia SWOT, visando o melhor delineamento das ações.

1. AS PARCERIAS ENTRE ENTIDADES PÚBLICAS: UM ESTUDO DE CASO DA PARCERIA ENTRE A PREFEITURA DE JUIZ DE FORA E A FARMÁCIA UNIVERSITÁRIA DA UFJF

Este primeiro capítulo tem o objetivo de apresentar o caso de gestão, que é a análise dos reflexos no ensino, pesquisa e extensão causados pela implantação da Farmácia Regional Oeste na Farmácia Universitária. Para tanto, é utilizada a observação cotidiana do autor e a análise da legislação pertinente ao tema, sempre com fundamentação em pesquisas bibliográficas.

De um lado há o aluno de graduação em Farmácia, que necessita praticar seus conhecimentos teóricos adquiridos durante o curso e, do outro lado, o paciente, que necessita de medicamentos e de cuidados farmacêuticos. Em meio a esse processo, há os órgãos públicos com suas deficiências estruturais, como financiamento insuficiente, gestão pouco profissionalizada e profissionais desqualificados. A cooperação entre universidades e entes públicos gera benefícios para ambos os lados, uma vez que a IES adquire um importante campo de pesquisa, ensino e extensão, e a prefeitura supre uma falha de atendimento ao cidadão, cuja responsabilidade cabe ao poder público.

Na primeira seção, é feita uma breve contextualização sobre as cooperações entre as universidades federais e demais órgãos públicos, abordando a integração Universidade – Serviço de Saúde – Comunidade. Na segunda seção são avaliados os impactos desses processos no ensino, pesquisa e extensão, cuja indissociabilidade é primordial para que as IES atinjam seus objetivos. A terceira seção tem como objetivo a apresentação do contexto em que se manifesta a parceria.

Este capítulo 1 apresenta a descrição do caso de gestão abordado na presente dissertação e também as evidências que fundamentam o problema de pesquisa.

1.1 As cooperações entre as universidades federais e órgãos públicos

As universidades públicas brasileiras se apresentam como instituições capazes de atender às necessidades do país, estando associadas ao

desenvolvimento econômico, social, cultural e político do país. São espaços privilegiados para a produção e acumulação do conhecimento e a formação de profissionais. Ao assegurarem a mobilidade social e o acesso de milhares de segmentos excluídos no ensino superior, as universidades públicas promovem a expansão e a democratização do conhecimento científico, reduzindo as desigualdades sociais. Além do mais, formam quadros profissionais para o mercado de trabalho e impulsionam o desenvolvimento do país (GUMPORT, 2007; FRANK e MEYER, 2007; KOGAN, 2000; SCOTT, 2003).

Dada a importância fundamental da universidade pública, um acordo de cooperação com um ente responsável direto pela prestação direta de serviços à sociedade só tem a beneficiar ambas as partes. Um convênio tem como característica básica o fato de que todos os envolvidos estão unidos para alcançar determinado objetivo comum. Inexiste, nesses casos, qualquer oposição de interesses, mas apenas justaposição de esforços, divisão de atribuições e responsabilidades e agregação de contribuições (RIGOLIN, 2006). Dessa forma, a essência de um convênio tem a natureza de um acordo, no qual ocorre a celebração entre pessoas de direito público, cujos interesses são convergentes, afastando o intuito de lucro.

Existem vários tipos de convênios, como os sem repasse de recursos financeiros, com repasse ou de cooperação técnica, cada qual submetido a uma legislação própria ou específica, atendendo às premissas do art. 116, §1º da Lei nº 8.666/1993:

Art. 116. Aplicam-se as disposições desta Lei, no que couber, aos convênios, acordos, ajustes e outros instrumentos congêneres celebrados por órgãos e entidades da Administração.

§ 1º A celebração de convênio, acordo ou ajuste pelos órgãos ou entidades da Administração Pública depende de prévia aprovação de competente plano de trabalho proposto pela organização interessada, o qual deverá conter, no mínimo, as seguintes informações:

I - identificação do objeto a ser executado;

II - metas a serem atingidas;

III - etapas ou fases de execução;

IV - plano de aplicação dos recursos financeiros;

V - cronograma de desembolso;

VI - previsão de início e fim da execução do objeto, bem assim da conclusão das etapas ou fases programadas;

VII - se o ajuste compreender obra ou serviço de engenharia, comprovação de que os recursos próprios para complementar a

execução do objeto estão devidamente assegurados, salvo se o custo total do empreendimento recair sobre a entidade ou órgão descentralizador (BRASIL, 1993)

Uma cooperação entre uma universidade federal e um órgão público deve ser uma relação social de impacto, capaz de gerar transformação e inclusão, isto é, voltada para os interesses da população e implementadora de políticas públicas. Importante ressaltar que esta parceria não substitui a responsabilidade de ação dos gestores de políticas públicas (CORRÊA, 2003).

As relações promovidas pela integração universidade e demais órgãos públicos não significam apenas uma mera troca de relacionamento. Compreende, também, um processo de transferência e transformação de produtos e serviços, o que resulta no crescimento da base de conhecimento de ambos os participantes. Conforme Segatto-Mendes e Sbragia (2002), num acordo de cooperação com uma universidade pública, há uma série de barreiras que dificultam a sua operacionalização. Pode ocorrer um maior foco à ciência básica, no caso da academia, a burocracia dos procedimentos administrativos pode atrasar os processos operacionais e a estrutura organizacional, muitas vezes, é inadequada.

Mas para Santoro e Betts (2002), existem fatores que minimizam a existência de tais barreiras. As universidades possuem conhecimentos essenciais para a inovação, assim como a existência de tecnologias já desenvolvidas. Além do mais, esses acordos de cooperação contribuem para que as universidades públicas cumpram sua função social, divulgue sua imagem e obtenha conhecimento prático sobre os problemas existentes. Em contrapartida, para os entes públicos conveniados, há aproximação aos recursos humanos altamente qualificados das universidades, acesso a novos conhecimentos desenvolvidos no meio acadêmico, redução de custos e a contribuição para a formação de alunos, que poderão ser recrutados no futuro.

A parceria entre a Farmácia Universitária e Prefeitura de Juiz de Fora possui ampla segurança jurídica, visto que a negociação entre os partícipes foi ratificada através de um acordo de cooperação assinado pelo prefeito e secretária de saúde de Juiz de Fora, além do reitor da UFJF e diretoria da Faculdade de Farmácia. Ademais, a resolução 53/2016 da UFJF fornece o amparo jurídico necessário para que a Farmácia Universitária preste serviços às prefeituras em parceria com o SUS.

Art. 7º - A Farmácia Universitária é um fator de integração das áreas Educação e Saúde, e pode prestar serviços às Prefeituras dos Municípios e demais órgãos de saúde da Macrorregião de Juiz de Fora em consonância com o Sistema Único de Saúde (SUS). Parágrafo único: Para a prestação de serviços a órgãos externos à UFJF devem ser celebrados convênios específicos, de acordo com a legislação vigente.

Segundo o “Boletim de Convênios”, que é uma publicação oficial para divulgação de extrato de convênios e congêneres elaborados pela UFJF, o projeto Farmácia Regional Oeste está classificado na espécie “acordo de cooperação”, tendo por objeto uma colaboração mútua entre as partes visando a implantação da Farmácia Regional Oeste do Município, na Farmácia Universitária da UFJF, cujo projeto elaborado pelas partes, é parte integrante deste instrumento. O processo está registrado sob o número 015225/201-17, tendo como data de assinatura 7 de março de 2016.

Esta seção buscou demonstrar a importância da cooperação entre entidades públicas em prol de um bem comum. Também foi descrita a fundamentação jurídica que respalda tal pacto interinstitucional. O acordo de cooperação entre a Universidade Federal de Juiz de Fora e o Município de Juiz de Fora, por intermédio de sua secretaria de saúde, claramente contempla os requisitos previstos no art. 116 da lei 8.666/93, tendo, por conseguinte, um sólido respaldo jurídico.

1.2 A integração Universidade - Serviço de Saúde - Comunidade

A integração ensino-serviço pode proporcionar o desenvolvimento de metodologias participativas e problematizadoras, com o propósito de gerar práticas inovadoras e pró-ativas. A proatividade evita ou resolve um problema antes que ele aconteça. Pivetta et al. (2010, p. 378) conceituam o princípio da integração:

reflete um conceito de qualidade do desempenho acadêmico capaz de favorecer a autorreflexão crítica, a emancipação teórico-prática e o significado de responsabilidade social proporcionado pela aproximação entre a universidade e a comunidade.

A prática pedagógica nos serviços reais do SUS pressupõe o encontro de diferentes atores (gestores, profissionais, população, docentes, discentes) para que a proposta de integração ensino-serviço seja construída coletivamente, a fim de atender diferentes necessidades e demandas da academia e serviço. O fato não se resume a uma academia que simplesmente se utiliza do serviço como local de

estágio, nem um serviço que se utiliza do estudante como mera “mão-de-obra”. Para o êxito de uma parceria entre uma IES e prefeitura é preciso um convênio formal, que defina papéis e responsabilidades das partes, negociação permanente e relações horizontalizadas (CAVALHEIRO, 2011).

O sistema formador de recursos humanos em saúde tem a função de formar profissionais capazes de fornecer respostas às necessidades e demandas da sociedade, além da obtenção de dados epidemiológicos a fim de se planejarem políticas voltadas à resolução dos problemas no âmbito coletivo (MORITA; KRIGER, 2004). A própria Constituição Federal de 1988, no art. 200, III e IV, versa sobre uma gestão do SUS com foco na formação da força de trabalho, isto é, se configura num ordenamento da formação de recursos humanos da área da saúde, bem como o incremento, na sua área de atuação, do desenvolvimento científico e tecnológico:

Art. 200. Ao sistema único de saúde compete, além de outras atribuições, nos termos da lei: III - ordenar a formação de recursos humanos na área de saúde; IV - participar da formulação da política e da execução das ações de saneamento básico. (BRASIL, 1988).

Perlatto (2013) propõe uma reflexão sobre a relação entre as universidades, a esfera pública e a produção do conhecimento público. Ainda conforme o autor, há uma visão dicotômica entre a implementação de políticas públicas voltadas para a inclusão e democratização do acesso, e um crescimento de discursos e valores mercadológicos, que pensam as universidades apenas em termos de produtividade e de bom posicionamento em rankings nacionais e internacionais. Entretanto, é possível a construção de instituições públicas de ensino superior vocacionadas para a combinação dessas duas agendas, desde que essas dimensões sejam entendidas como complementares e ocorra um diálogo permanente entre os elementos que as constituem.

O modelo clássico de universidade teve grande influência do contexto histórico e sociocultural europeu do início do século XIX, cujo ideário se balizou em mudanças, como o surgimento do capitalismo nacional, a valorização dos ideais iluministas de liberdade, igualdade e fraternidade, a autonomia do indivíduo e a defesa das liberdades individuais (LATHER, 1991). Tais pressupostos levaram a dois modelos de universidade: o francês e o alemão, também chamados de modelo napoleônico e modelo humboldtiano de universidade. O modelo francês tem como

características, a formação profissionalizante, o ensino padronizado e dissociado da pesquisa, o vínculo dos intelectuais com a ideologia do Estado, o centralismo e o controle estatal. Já o modelo alemão privilegia a autonomia universitária, a unidade entre ensino e pesquisa, a ideia de interdisciplinaridade e integração. A universidade brasileira não segue um modelo único de universidade (LUCKMANN; BERNART, 2014).

O ensino das profissões de saúde vem passando por enormes mudanças nos últimos anos, rompendo com os até então hegemônicos paradigmas biologicista e medicalizante, hospitalocêntrico e procedimento-centrado, voltando para um modelo baseado na integralidade da atenção à saúde. O modelo pedagógico de ensino das profissões da saúde que prevaleceu durante muito tempo é centrado em conteúdos e organizado de maneira isolada, fragmentado em especialidades da clínica, incentivando a precoce especialização. Essa perspectiva tradicional do ensino na educação superior desconsidera as estratégias didático-pedagógicas problematizadoras, construtivistas ou com protagonismo ativo dos estudantes (FEUERWERKER, 2002).

As práticas de saúde que enxergam o processo saúde-doença exclusivamente dentro do campo biológico e buscam soluções centradas apenas no profissional médico e na realização de exames de alta complexidade estão sendo gradativamente mudadas. Essa visão desconsidera fatores políticos, econômicos e sociais que também podem gerar doenças. Em decorrência disso, as diretrizes curriculares nacionais dos cursos de graduação em saúdes, implantadas principalmente a partir de 2001, privilegiam o trabalho em equipe, a atenção integral à saúde e a interação com o SUS. Conforme salienta Feuerwerker (2013), quanto maiores os índices de interdisciplinaridade e as pactuações interinstitucionais e mais diversificados os cenários de aprendizagem e os fatores de exposição dos alunos, maior a instauração de possibilidades à integralidade das práticas em saúde.

A Farmácia Universitária participa da mudança dos antigos paradigmas de atenção à saúde ao incentivar e implantar o conceito de integralidade. Para alterar o *status quo* é preciso que a articulação entre educação e saúde crie um cenário favorável às mudanças, que devem ser construídas nas escolas em articulação com o sistema de saúde. A integralidade da atenção à saúde considera o indivíduo com um todo, foca no doente e não na doença, busca aproximação e cria vínculos com comunidade e reconhece a importância da atuação da equipe multiprofissional. A

Farmácia Regional Oeste busca formar profissionais de qualidade, conectados às necessidades de saúde e comprometidos com a construção do SUS, ou seja, aptos para atuarem dentro de um processo de integralidade à saúde.

Ceccim (2004) afirma que uma política de mudança na formação deve possibilitar o fortalecimento da articulação entre a universidade e os serviços/sistemas de saúde de modo a ampliar os compromissos de cooperação entre universidade e SUS. Esse processo de aproximação e construção de compromissos favorece a ampliação da responsabilidade pública e da relevância social da universidade na medida em que traz para o cenário da educação as principais diretrizes do SUS: descentralização da gestão, integralidade da atenção e fortalecimento do controle social sobre as ações, serviços e sistema de saúde.

Os alunos do curso de graduação em Farmácia devem adquirir as competências e habilidades próprias da profissão durante sua formação universitária. Tais competências devem ser resultantes das necessidades reais dos sistemas de saúde que, inseridas na grade curricular do curso, constituem a formação em serviço, possibilitando o desenvolvimento pessoal e institucional (FRENK et al., 2010).

A visão tradicional de que o estágio curricular é uma mera simulação prática de trabalho profissional está superada, pois, apesar de envolver atores reais, como os pacientes, pode desenvolver-se em cenários e condições diferentes daqueles encontrados no mercado de trabalho concreto. Como consequência, são forjados profissionais que não conseguem associar seu potencial de saberes à prática profissional efetivamente colocada à disposição de seus pacientes. O ideal é um modelo que incorpore uma sólida formação científica, técnica, ética e humanística a práticas de ensino centradas no trabalho profissional que considere os sistemas de saúde e as comunidades nas quais os futuros profissionais vão atuar em sua vida profissional (MACHADO et al., 1997).

Nesse sentido, o projeto Farmácia Regional Oeste desenvolvido no âmbito da Farmácia Universitária é voltado para que o aluno aplique o conhecimento teórico desenvolvido em sala de aula em situações reais de trabalho, que são similares a que os egressos encontrarão no mercado profissional. O treinamento em serviço ofertado não é meramente observacional, pois os discentes executam as tarefas essenciais para a manutenção do serviço. O atendimento a pacientes desenvolve a empatia e a capacidade de persuasão; o gerenciamento do estoque permite o

aprimoramento estatístico de provisão de medicamentos e insumos, evitando o desabastecimento ou desperdício; a dispensação instiga no aluno o desenvolvimento do raciocínio farmacoterapêutico; as atividades são realizadas sempre em colaboração, fortalecendo a importância do trabalho em equipe. Esse raciocínio clínico consiste num método sistemático que avalia e identifica os problemas relacionados à farmacoterapia do paciente, o ajudando a atingir suas metas terapêuticas e a obter o máximo benefício dos medicamentos.

O projeto busca a aproximação com a comunidade, pois visa a interação entre ensino e serviço local, direcionando a academia para solucionar os problemas de saúde da população inserida no território de cobertura. O SUS é um dos maiores mercados de trabalho na área de saúde no Brasil, possuindo um ambiente propício para a crescente inserção do farmacêutico. O sistema possui 3.273.862 trabalhadores em todo o Brasil e, desse total, 56.342 são farmacêuticos (MINISTÉRIO DA SAÚDE, 2019). Por conseguinte, esse modelo de educação desenvolvido dentro de um estabelecimento de saúde que atende pacientes do SUS contribui para que o futuro profissional adquira experiência numa situação real, na qual os pacientes também se beneficiam pelos serviços prestados.

Nesta seção foi apresentada a forma como a Farmácia Universitária fomenta a expansão da qualidade da atenção à saúde ao nortear a formação dos alunos no âmbito da integração ensino-serviço. Ficou evidenciada a preocupação com o estabelecimento de uma articulação entre a educação superior e os serviços de saúde, objetivando a formação de profissionais de acordo com os princípios e diretrizes do SUS.

1.2.1 Funções das Universidades: Ensino, Pesquisa e Extensão

As universidades não são proprietárias de um saber pronto e acabado que vai ser ofertado à sociedade, mas por justamente ser integrante desta mesma sociedade, o conhecimento deve ser construído coletivamente, dentro de um processo integrativo (SOUSA, 2000). Na história da universidade brasileira, uma área que se preocupou em manter vínculos com a sociedade é a extensão, ainda que enfrentando imensas resistências face ao elitismo que marca a educação brasileira.

O conceito de extensão universitária vai muito além de assistencialismo, difusão de conhecimentos através de cursos e seminários ou difusão cultural. Envolve uma troca de saberes entre o popular e o acadêmico, resultando na democratização do conhecimento e na participação da comunidade na atuação da universidade. Conforme o Plano Nacional de Extensão (1999, p. 5), “extensão universitária é o processo educativo, cultural e científico que articula o Ensino e a Pesquisa de forma indissociável e viabiliza a relação transformadora entre universidade e sociedade”. A atividade de extensão, pelo potencial da comunidade universitária, ou seja, professores, alunos, técnicos, se apresenta como um importante instrumento de mudança nas próprias IES onde se desenvolve e nas sociedades onde essas instituições estiverem inseridas.

Conforme afirma Paula (2013), foi através do educador Paulo Freire que a universidade descobriu e desenvolveu instrumentos que a aproximaram das camadas populares, utilizando metodologias de interação entre o saber técnico-científico e as culturas populares. No livro “Extensão ou Comunicação?”, de 1969, Paulo Freire critica a extensão quando esta possui implicações unilaterais que impõem passividade a uma das partes, devendo dar lugar a uma prática, a uma cultura, necessariamente, dialogal, educativa e comunicacional. De acordo com Freire (2010), o desenvolvimento do conhecimento requer crítica e ação transformadora sobre a realidade:

Conhecer, na dimensão humana, que aqui nos interessa, qualquer que seja o nível em que se dê, não é o ato através do qual um sujeito, transformado em objeto, recebe dócil e passivamente, os conteúdos que outro lhe dá ou impõe. [...] O conhecimento, pelo contrário, exige uma presença curiosa do sujeito em face do mundo. Requer uma ação transformadora sobre a realidade. Demonstra uma busca constante. Implica em invenção e em reinvenção. Reclama a reflexão crítica de cada um sobre o ato mesmo de conhecer, pelo qual se reconhece conhecendo e, ao reconhecer-se assim, percebe o “como” de seu conhecer e os condicionamentos a qual está submetido seu ato. [...] Conhecer é tarefa de sujeitos, não de objetos. E é como sujeito e somente enquanto sujeito, que o homem pode realmente conhecer. (FREIRE, 2010, p. 27).

Enquanto a universidade leva o conhecimento e a assistência à comunidade por meio de atividades de ensino e de extensão, estas se constituem como fontes de pesquisas que, por sua vez, retroalimentam o ensino. Pela via das atividades extensionistas, o acadêmico tem a oportunidade de vivenciar *in loco* as concepções difundidas pelo conhecimento científico construído e acumulado pela humanidade, perpassado pelos processos de ensino e pesquisa. A Lei Orgânica da Saúde, no art.

27 reconhece que os serviços públicos que integram o SUS constituem campo de prática para o ensino, pesquisa e a extensão, de modo a articular os interesses das Instituições de Educação Superior (IES) e do SUS, com vistas à melhoria da qualidade do atendimento à população (PIVETTA et al., 2010).

O projeto Farmácia Regional Oeste é um campo vasto, com muitas oportunidades para o desenvolvimento do ensino, pesquisa e extensão. Os seguintes projetos e programas de extensão estão em funcionamento dentro da Farmácia Universitária, e estão registrados na Pró-Reitoria de Extensão da UFJF como:

- Programa de extensão: Programa de Assistência Farmacêutica da Farmácia Universitária da UFJF (Edital 03/2018 - Programas de Extensão de Demanda Espontânea com a concessão de bolsas e solicitação de apoio);

- Projeto de extensão: Prestação de Serviços Farmacêuticos na Farmácia Universitária da UFJF (Edital 03/2018 - Projetos de Extensão de Demanda Espontânea com a concessão de bolsas e solicitação de apoio).

Do quadro de 30 docentes lotados na Faculdade de Farmácia da UFJF, dois professores possuem projetos envolvendo o campo de atuação da Farmácia Regional Oeste, e seus projetos estão na área de cuidado farmacêutico. Os demais professores, que atuam em grande maioria na área tecnológica do curso, não possuem projetos envolvendo diretamente a Farmácia Universitária. O eixo tecnológico compreende as disciplinas que capacitam os alunos para a produção e desenvolvimento de novos fármacos e/ou cosméticos. No eixo de cuidados em saúde o aluno se coloca em contato direto com o paciente, sendo responsável pela adesão ao tratamento, revisão e acompanhamento da farmacoterapia, reconciliação terapêutica, informação e suporte a equipe de saúde, prescrição de medicamentos e realização de análises clínicas e toxicológicas.

Quanto à pesquisa, a cada semestre, muitos discentes do curso de graduação em Farmácia e residentes dos programas de residência em Farmácia da UFJF elaboram suas monografias tendo temas e pesquisas relacionados aos medicamentos e problemas de saúde pública atendidos no âmbito do projeto Farmácia Regional Oeste. E dois professores do eixo de cuidado farmacêutico desenvolvem pesquisas na Farmácia Universitária.

Esta seção procurou descrever como o ensino, pesquisa e extensão são abordados e desenvolvidos dentro da Farmácia Regional Oeste. Foi demonstrado

como as atividades desenvolvidas no âmbito da parceria buscam levantar hipóteses, responder perguntas e compartilhar os conhecimentos visando a obtenção de uma prática assistencial de excelência.

1.3 A Faculdade de Farmácia da UFJF

Conforme o sítio eletrônico da Faculdade de Farmácia da UFJF (UFJF, 2018), a Escola de Farmácia e Odontologia foi fundada em 22 de agosto de 1904, por iniciativa dos médicos Eduardo Augusto de Menezes e Cornélio Goulart Bueno, inicialmente vinculada ao Instituto Granbery. Os dois cursos foram criados juntos, sendo os primeiros cursos do ensino superior instalados em Juiz de Fora. A formação tinha duração de dois e foi reconhecida através do Decreto nº 137 de 28 de agosto de 1905. Em 1914, ocorreu a união dos cursos de Farmácia e Odontologia do Instituto Granbery e da Academia de Comércio, resultando na transferência para um prédio da antiga Rua Direita, hoje Avenida Rio Branco. A partir de 1923, o curso foi instalado em um imóvel situado na Rua Espírito Santo, cedido pelo governo do estado (UFJF, 2018).

Em 1939, aconteceu o primeiro concurso para professores do ensino superior na cidade. Com a criação da UFJF em 23 de dezembro de 1960, através do decreto nº 3.858 assinado pelo então presidente Juscelino Kubitschek, a Escola de Farmácia Odontologia foi transferida para o atual campus, juntamente com as faculdades de Direito, Engenharia, Economia e Medicina. A universidade se constituiu através da federalização das escolas de nível superior já existentes na cidade. Durante o período de estruturação, os cursos continuaram funcionando em prédios espalhados pela cidade. Somente em 1969 foi construído o atual campus universitário em uma área doada pela Prefeitura de Juiz de Fora. Em 1968, através do Decreto nº 62.883, ocorre o desmembramento, resultando na Faculdade de Farmácia e Bioquímica e Faculdade de Odontologia. Entretanto, a separação administrativa só aconteceu de fato em 25 de agosto de 1971, com o término do mandato do último diretor da antiga faculdade. Hoje, as Faculdades de Farmácia e Odontologia da UFJF funcionam em prédios separados (UFJF, 2018).

A Faculdade de Farmácia é uma instituição centenária, com fundação anterior à própria UFJF, e possui grande tradição no ensino, pesquisa e extensão.

Atualmente, conta com dois programas de pós-graduação *stricto sensu*: Mestrado Profissional em Ciência e Tecnologia de Leite e Derivados, em parceria com a Embrapa e Epamig, e Mestrado Acadêmico em Ciências Farmacêuticas. Integra também programas de residência nas áreas de Análises Clínicas, Farmácia, Multiprofissional em Saúde e programa Multiprofissional em Atenção Hospitalar. O quantitativo de alunos matriculados referente ao segundo semestre de 2018 pode ser observado no quadro 1. A Farmácia Universitária é o principal campo de estágio e atuação dos alunos da graduação e pós-graduação. Os discentes também realizam estágios no laboratório de análises clínicas e na farmácia hospitalar do Hospital Universitário da UFJF.

Quadro 1: Quantitativo de alunos da Faculdade da Farmácia da UFJF

		Alunos com matrículas ativas
Curso Superior de Graduação	Farmácia	484
Mestrados	Mestrado Profissional em Ciência e Tecnologia de Leite e Derivados	28
	Mestrado Acadêmico em Ciências Farmacêuticas	29
Residências	Programas em área profissional: Farmácia	4
	Multiprofissional em saúde do adulto com ênfase em Doenças crônico-degenerativas: Análises Clínicas	4
	Multiprofissional em saúde do adulto com ênfase em Doenças crônico-degenerativas: Farmácia	4
	Integrada multiprofissional em atenção hospitalar: Análises Clínicas	8
	Integrada multiprofissional em atenção hospitalar: Farmácia	6

Fonte: SIGA, 20 nov. 2018

Conforme o Plano Pedagógico do Curso de Farmácia da UFJF, o egresso deverá ser capaz de atender as necessidades sociais da saúde, devendo estar preparado para atuar no SUS. Para tal, deverá apresentar as seguintes competências e habilidades gerais:

- I. Atenção à saúde: desenvolvimento de: (a) ações, projetos e programas de prevenção, promoção, proteção e reabilitação da saúde, em níveis individual e coletivo; (b) uma prática qualificada por

ações integradas ao sistema de saúde, dentro dos padrões de qualidade e dos princípios bioéticos da autonomia, beneficência, não maleficência e justiça, bem como dos padrões de ética profissional (deontologia).

II. Tomada de decisões: avaliação, sistematização e decisão de condutas adequadas, baseadas em evidências científicas, visando ao uso apropriado, eficácia e custoefetividade, da força de trabalho, de medicamentos, de equipamentos, de procedimentos e de práticas profissionais.

III. Comunicação: interação com os profissionais de saúde e o público em geral, através de múltiplas linguagens, sendo acessível e preservando a confidencialidade das informações a eles confiadas.

IV. Liderança: assumir a posição de liderança, com compromisso, responsabilidade, empatia, habilidade para a tomada de decisões, comunicação e gerenciamento, com vistas ao bem-estar da comunidade.

V. Administração e gerenciamento: administração e gerenciamento da força de trabalho humano, dos recursos físicos, dos materiais e da informação, desenvolvendo o empreendedorismo, a gestão e a liderança nos processos de saúde.

VI. Educação permanente: proposição de aprender a aprender, num processo contínuo, associando os saberes teóricos com os apreendidos na prática, sendo comprometido com sua autoformação e a dos futuros profissionais (UFJF, 2014, p. 12).

Para a efetivação das competências e habilidades requeridas no Plano Pedagógico do curso de graduação em Farmácia, fazendo a interface teórico-prática, torna-se necessária a existência de uma Farmácia Universitária que propicie a consolidação da formação técnico-científica dos alunos. Os cursos que abrangem a área da saúde possuem uma prática de estágio na qual os estudantes percebem as implicações e limitações de seu conhecimento no momento da aplicação prática. Por não ter a supervisão direta do professor ou técnico da UFJF, o estágio realizado na rede privada conveniada pode ser meramente observacional, sem a instigação do raciocínio crítico – reflexivo. O comércio visa essencialmente o lucro financeiro e não tem objetivos educacionais como prioridade.

Como a gestão da Farmácia Universitária da UFJF pertence à Faculdade de Farmácia, esta tem a prerrogativa de buscar parcerias com outros órgãos, sejam privados ou públicos, visando à complementação no processo ensino-aprendizagem.

Nesse sentido, o projeto Farmácia Regional Oeste resultou da negociação entre o Departamento de Assistência Farmacêutica, Insumos e Materiais Médico-Hospitalares da Secretaria de Saúde da Prefeitura de Juiz de Fora e a direção da Faculdade de Farmácia da UFJF, que foi eleita para o quadriênio 2014-2018.

Esta seção apresentou o processo histórico de formação do curso de graduação em Farmácia no município de Juiz de Fora, pós-graduações oferecidas e o quantitativo de alunos. A formação da Farmácia Regional Oeste é um importante capítulo nessa centenária história, cujo legado pode impactar a formação dos futuros profissionais e torná-los agentes transformadores da saúde pública brasileira, tendo o SUS como pressuposto.

1.3.1 As novas Diretrizes Curriculares Nacionais para o curso de Graduação em Farmácia - Resolução CNE/CES nº 06 de 19 de outubro de 2017

Conforme Silva e Cezar (2015), o currículo é um dispositivo responsável pelo processo de ensino-aprendizagem e inclusão dos estudantes dentro do curso de graduação, compreendendo estratégias pedagógicas e a organização de diferentes instrumentos de ensino. Constitui uma listagem de disciplinas e conteúdos específicos de áreas de saber de um curso. O termo currículo tem origem latina, que significa percurso, um caminho a ser seguido, conforme Saviani (2010). Ainda segundo Silva e Cezar (2015, p. 6):

o termo currículo associou-se ao ensino e aprendizagem de conteúdos relacionados à carreira profissional e métodos pedagógicos. O currículo sofre mudanças e influências de diferentes contextos e espaços. Os ideários de sociedade que foram definidos na época da modernidade estabeleceram história de sociedade, de educação, de culturas, de formação humana, de trabalho, dentre outras na qual produziram verdades a serem seguidas em determinado momento. Atualmente, com as inovações tecnológicas e surgimento de novas fontes de informação necessita-se de diferentes formações humanas.

As novas DCNs para os cursos de Farmácia reafirmam a Assistência Farmacêutica e o medicamento como centro da formação do profissional farmacêutico. O desenvolvimento de uma visão integrada de várias habilidades e campos de atuação durante a formação do profissional é uma inovação em relação às diretrizes anteriores, que são de 2002. Houve um enorme lapso temporal para

que ocorressem mudanças, já que quando houve a reformulação de 2002, as Diretrizes Curriculares que estavam em vigor eram de 1969. As principais mudanças de 2002 foram a implantação do currículo generalista, a eliminação do nome “farmacêutico-bioquímico” e uma maior integração do currículo com as políticas públicas de saúde. A partir de então, os egressos passaram a ter o título de “farmacêutico”, recuperando a denominação original da profissão e simplificando uma subdivisão curricular que não mais se justificava.

Outro aspecto da matriz curricular do curso de graduação em farmácia que sofreu mudança profunda em 2002, foi extinção da divisão do curso em habilitações, sendo instituído um currículo único integrado e generalista. A reforma de 1969, baseada numa visão exclusivamente tecnicista, acreditava que quanto mais especializado, mais competente seria o profissional. Assim, em 1969, o curso passou a ser dividido em duas estruturas: uma parte profissional básica, com quatro anos de duração, que graduava o farmacêutico, e uma parte profissional opcional, com mais um ano de estudos em análises clínicas, indústria de medicamentos ou tecnologia de alimentos, que levava à formação do farmacêutico-bioquímico (CECY, 2011).

O projeto Farmácia Regional Oeste foi implantado no período de vigência das antigas DCNs dos cursos de Farmácia (Resolução CNE/CES n.º 2, de 19 de fevereiro de 2002). Contudo, em outubro de 2017, novas diretrizes foram aprovadas pela Câmara de Educação Superior do Conselho Nacional de Educação. Torna-se necessário, portanto, uma verificação da adequação do convênio sob a ótica dessa inovação da legislação educacional.

O processo de construção das novas DCNs contou com a ampla participação das entidades e da classe farmacêutica, em um processo que durou quase dois anos, sendo coordenado pelo Conselho Federal de Farmácia (CFF) e pela Associação Brasileira de Educação Farmacêutica (ABEF). O documento também teve contribuições retiradas de uma consulta e de uma audiência públicas realizadas pelo Conselho Nacional de Educação (CNE). Um comparativo entre as principais inovações das resoluções que alteraram as DCNs do curso de Farmácia pode ser visto no quadro 1.

Quadro 2: Comparativos entre as DCNs do Curso de Graduação em Farmácia

RESOLUÇÃO CNE/CES Nº 2, DE 19 DE	RESOLUÇÃO CNE/CES Nº 6, DE 19 DE
----------------------------------	----------------------------------

FEVEREIRO DE 2002.	OUTUBRO DE 2017.
<p>Houve uma inovação ao prever um currículo generalista com duração de 5 anos para o farmacêutico, mas sem divisão por eixos.</p>	<p>Formação estruturada em eixos:</p> <p>Art. 5º Dada a necessária articulação entre conhecimentos, competências, habilidades e atitudes, para contemplar o perfil do egresso, a formação deve estar estruturada nos seguintes eixos:</p> <p>I - Cuidado em Saúde; II - Tecnologia e Inovação em Saúde; III - Gestão em Saúde.</p>
<p>O farmacêutico apenas interpretava e avaliava prescrições de outros profissionais da área de saúde, pois não havia regulamentação para a prescrição farmacêutica.</p> <p>Art. 5º, XIX - interpretar e avaliar prescrições;</p>	<p>Possibilidade de Prescrição Farmacêutica, como já regulamentado pela Resolução Nº 586 DE 29 DE AGOSTO DE 2013 do Conselho Federal de Farmácia.</p> <p>Art. 5º, § 2º:</p> <p>VIII - prescrição de terapias farmacológicas e não farmacológicas e de outras intervenções, relativas ao cuidado em saúde, conforme legislação específica, no âmbito de sua competência profissional;</p> <p>XV - prescrição, orientação, aplicação e acompanhamento, visando ao uso adequado de cosméticos e outros produtos para a saúde, conforme legislação específica, no âmbito de sua competência profissional;</p> <p>XVII - prescrição, aplicação e acompanhamento das práticas integrativas e complementares, de acordo com as políticas públicas de saúde e a legislação vigente.</p>
<p>Sem possibilidade para solicitação de exames.</p>	<p>Art. 5º, § 2º:</p> <p>III - solicitação, realização e interpretação de exames clínico-laboratoriais e toxicológicos, verificação e avaliação de parâmetros fisiológicos, bioquímicos e farmacocinéticos, para fins de acompanhamento farmacoterapêutico e de provisão de outros serviços farmacêuticos;</p>
<p>Sem descrição de carga horária referencial.</p>	<p>Art. 7º O Curso de Graduação em Farmácia, bacharelado, deve ser estruturado em três eixos de formação, contemplando atividades teóricas, práticas, estágios curriculares obrigatórios, trabalho de conclusão de curso e atividades complementares, articulando a formação acadêmica à atuação profissional, de forma contextualizada e problematizada.</p> <p>§ 1º O Curso de Graduação em Farmácia terá carga horária referencial de 4.000 (quatro mil) horas.</p> <p>§ 2º A carga horária do curso, excetuando-se o estágio curricular e as atividades complementares, deve ser distribuída da seguinte forma: I - 50 % no eixo cuidado em saúde; II - 40 % no eixo tecnologia e inovação em saúde; III - 10% no eixo gestão em saúde.</p>
<p>Não informa quando deve ser o começo do estágio curricular, entretanto o mesmo tem se iniciado a partir do 8º semestre.</p>	<p>Estipulação do início do estágio curricular.</p> <p>Art. 8º, § 2º Os estágios curriculares devem</p>

	<p>ser desenvolvidos de forma articulada, em complexidade crescente, distribuídos ao longo do curso, e iniciados, no máximo, no terceiro semestre do Curso de Graduação em Farmácia.</p>
Sem previsão de estágio.	<p>Previsão de estágio contemplando cenário de prática do SUS e obrigatoriedade da Farmácia Universitária.</p> <p>Art. 8º, § 4º Os estágios obrigatórios, mencionados no parágrafo anterior, devem contemplar cenários de prática do Sistema Único de Saúde (SUS) nos diversos níveis de complexidade. § 5º A Farmácia Universitária é cenário obrigatório de prática, podendo ser na IES ou em outro estabelecimento, relacionado à assistência farmacêutica, por meio de convênio, visando à execução de atividades de estágio obrigatório, para todos os estudantes do curso.</p>
Art. 9º O Curso de Graduação em Farmácia deve ter um projeto pedagógico, construído coletivamente, centrado no aluno como sujeito da aprendizagem e apoiado no professor como facilitador e mediador do processo ensino-aprendizagem. Este projeto pedagógico deverá buscar a formação integral e adequada do estudante através de uma articulação entre o ensino, a pesquisa e a extensão/assistência.	<p>Possibilidade de ampliação do ensino, pesquisa e extensão.</p> <p>Art. 11, III - a interdisciplinaridade e a transdisciplinaridade na prática docente, articulando o ensino, a pesquisa e a extensão; V - a diversificação dos cenários de ensino-aprendizagem, permitindo ao estudante conhecer as políticas de saúde, vivenciar a realidade profissional, a organização do trabalho em saúde e as práticas interprofissionais, garantindo a integração ensino-serviço, desde o início do curso.</p>
Art. 5º, Parágrafo único. A formação do Farmacêutico deverá contemplar as necessidades sociais da saúde, a atenção integral da saúde no sistema regionalizado e hierarquizado de referência e contra-referência e o trabalho em equipe, com ênfase no Sistema Único de Saúde (SUS).	<p>Maior integração com o SUS.</p> <p>Art. 12 O PPC deve prever a organização pedagógica para o desenvolvimento e consolidação das competências, habilidades e atitudes descritas nos eixos de formação, de maneira que contribua para aprendizagens significativas dos estudantes e para aproximar a prática pedagógica da realidade profissional, buscando a integração ensino-serviço-comunidade.</p> <p>§ 2º As atividades práticas devem contemplar também a integração do curso com o sistema local e regional de saúde do SUS, envolvendo, neste ambiente, em termos proporcionais, uma relação aluno/docente, no máximo, de 10/1 (dez por um), nos diferentes níveis de complexidade do sistema de saúde, com ênfase na atenção básica</p>
Sem exigência de coordenador de curso ser graduado em Farmácia.	Art. 13 A Coordenação do Curso de Graduação em Farmácia deve ser exercida, exclusivamente, por docente do quadro permanente da IES, com graduação em Farmácia.
Sem menção à qualificação docente.	Preocupação com a qualificação docente.

	Art. 15, § 2º A qualificação e a capacitação docente devem ser permanentes, tendo como finalidade a melhoria da qualidade do ensino e a construção coletiva da função social dos professores.
Sem menção à integração	Integração entre IES/ensino/serviço/comunidade. Art. 16 A IES deve envolver-se no processo de integração ensino-serviço-comunidade, fomentando a educação permanente dos profissionais da rede de saúde, com vistas à melhoria do serviço e do processo de ensino-aprendizagem nos cenários de práticas
Sem menção ao uso de TIC's	Uso de TICs no processo de ensino-aprendizagem. Art. 19 O Curso de Graduação em Farmácia deve utilizar Tecnologias de Informação e Comunicação (TICs) no processo de ensino-aprendizagem, que permitam a execução do Projeto Pedagógico do Curso e a garantia da acessibilidade e do domínio das TICs

Fonte: Raphael de Moraes Xavier, 2018.

A Farmácia Universitária da UFJF, através da implantação da Farmácia Regional Oeste, contempla quatro pilares das novas DCN, conforme figura 1. O atendimento aos demais pontos dessa nova legislação educacional é abordado na pesquisa de campo.

Figura 1 – Cerne da DCN 2017



Fonte: Adaptado da Resolução CNE/CES nº 6, de 19 de Outubro de 2017

Esta seção teve o objetivo de apresentar uma recente inovação na legislação relativa à educação farmacêutica. Também demonstrou a importância do currículo no processo formativo de um aluno de graduação. O projeto Farmácia Regional Oeste contribui para o aperfeiçoamento dos propósitos discutidos nas novas DCNs, assim como disponibiliza para a Faculdade de Farmácia da UFJF um campo para a inserção de suas metas educacionais.

1.3.2 A Farmácia Universitária da UFJF

A Farmácia Universitária da UFJF é uma unidade com CNPJ próprio, nº 21.195.755/0004-01, alvará sanitário e alvará de localização em vigor, sendo gerida pela Faculdade de Farmácia da UFJF, seguindo as normas acadêmicas e administrativas da UFJF. É de imprescindível relevância para a formação dos estudantes de graduação e de pós-graduação da Faculdade de Farmácia da UFJF. Há 24 anos presta serviços de excelência à comunidade e goza de grande prestígio na sociedade. É um estabelecimento de saúde que oferece serviços farmacêuticos ao indivíduo, família e comunidade e contribui para a promoção, proteção, prevenção e recuperação da saúde e para o uso racional de medicamentos (FNFU, 2017). Ao longo de todo seu funcionamento, a Farmácia Universitária sempre assumiu sua responsabilidade social, com uma tradição pautada em ideais humanísticos, contribuindo para a melhoria da saúde dos usuários atendidos.

Entre sua fundação em 1994 e até o ano de 2015, a Farmácia Universitária funcionou sob um modelo exclusivamente comercial, com foco no varejo, na venda e na manipulação de medicamentos alopáticos e homeopáticos. A Fundação de Apoio e Desenvolvimento ao Ensino, Pesquisa e Extensão (FADEPE) era o órgão encarregado de administrar, mediante contrato de convênio, a Farmácia Universitária. Contudo, em dezembro de 2014, a Advocacia Geral da União, através da Procuradoria Federal da UFJF, questionou esse convênio, sob alegação de estar infringindo a legislação vigente. No parecer 140/2015/PF/UFJF/PJF/AGU, processo nº 23071.021856/2014-94, é realizada uma análise jurídica acerca de ajustes celebrados entre a FADEPE, Faculdade de Farmácia e Farmácia Universitária. A conclusão é que o convênio em análise não se apresentava vinculado a projeto claramente identificável, com metas e fases de execução, sendo classificado como

genérico. A instrumentalização dos objetivos, segundo o parecer, se dava por projetos aditivos e acessórios, prática conhecida pelo termo “guarda-chuva”, que é vedada pelo Tribunal de Contas da União (TCU).

A Lei nº 8.666/1993 determina que os contratos administrativos devem conter cláusulas que estabeleçam seu objeto e seus respectivos elementos característicos de forma clara e precisa. Tal obrigação veda a ocorrência dos chamados “contratos guarda-chuva”, expressão utilizada pelo TCU para denominar contratos que não têm uma identificação original e única de seu objeto e que permitem a junção de um conjunto de serviços. O contrato “guarda-chuva” permite que a Administração Pública contrate um órgão para executar um contrato genérico, o que macula os princípios licitatórios e os dispositivos da Lei nº 8.666/1993 e funciona como um expediente que priva o interesse público de uma contratação mais vantajosa.

No projeto da Farmácia Universitária, estava prevista a responsabilização da FADEPE pela contratação e fiscalização de pessoal necessário à execução das atividades, o que é vedado pelo art. 4º, § 3º da lei nº 8.958/94:

Art. 4º As IFES e demais ICTs contratantes poderão autorizar, de acordo com as normas aprovadas pelo órgão de direção superior competente e limites e condições previstos em regulamento, a participação de seus servidores nas atividades realizadas pelas fundações referidas no art. 1º desta Lei, sem prejuízo de suas atribuições funcionais. [...]

§ 3º É vedada a utilização dos contratados referidos no caput para contratação de pessoal administrativo, de manutenção, docentes ou pesquisadores para prestar serviços ou atender a necessidades de caráter permanente das contratantes.

Apesar do estabelecimento do prazo de 48 meses de vigência do contrato entre a Farmácia e a FADEPE, o parecer da Procuradoria Federal da UFJF afirma que ficou constatada a reapresentação reiterada dos projetos, o que configura prazo indeterminado, o que é vedado pelo art. 6º, §1º, I, §12 do decreto 7.423/2010:

Art. 6º O relacionamento entre a instituição apoiada e a fundação de apoio, especialmente no que diz respeito aos projetos específicos deve estar disciplinado em norma própria, aprovada pelo órgão colegiado superior da instituição apoiada, observado o disposto na Lei nº 8.958, de 1994, e neste Decreto.

§ 1º Os projetos desenvolvidos com a participação das fundações de apoio devem ser baseados em plano de trabalho, no qual sejam precisamente definidos:

I - objeto, projeto básico, prazo de execução limitado no tempo, bem como os resultados esperados, metas e respectivos indicadores; [...]

§ 12. É vedada a realização de projetos baseados em prestação de serviço de duração indeterminada, bem como aqueles que, pela não fixação prazo de finalização ou pela reapresentação reiterada, assim se configurem.

Outra questão apontada como incorreta no parecer foi o fato de a Farmácia Universitária utilizar o mesmo CNPJ da FADEPE, sendo considerada uma filial. A Farmácia é um órgão público, despersonalizada e integrante da administração pública indireta, personificada na Autarquia Federal UFJF. Dessa forma, órgãos públicos federais estão impossibilitados de utilizarem o mesmo CNPJ de pessoa jurídica de direito privado, como é o caso da FADEPE. Atualmente, a Farmácia Universitária possui CNPJ próprio e adequado às suas novas funções.

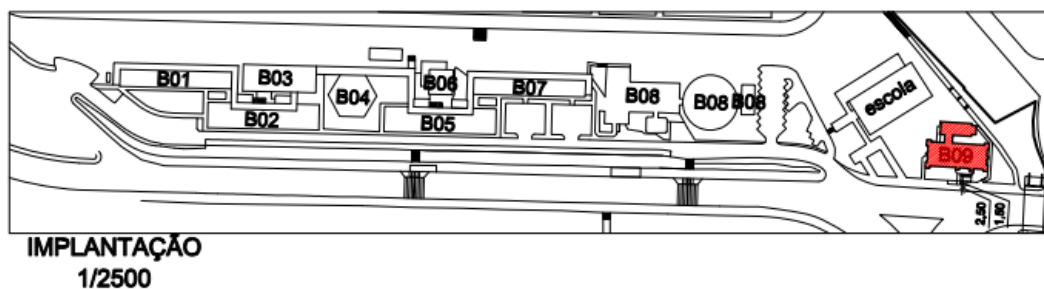
Diante dos problemas apresentados, em abril de 2015, o antigo modelo de funcionamento foi encerrado. Foram necessárias mudanças administrativas e burocráticas para atender à legislação vigente. A reabertura da Farmácia Universitária ocorreu em abril de 2016, já sob novo modelo de funcionamento, através da parceria com a Prefeitura de Juiz de Fora.

Acerca da infraestrutura disponível para o atendimento ao convênio com o SUS, a Farmácia Universitária possui almoxarifado próprio com capacidade de estoque para cerca de quinze dias de dispensação de medicamentos, um consultório farmacêutico, setor de Garantia da Qualidade, setor administrativo, vestiário, copa, sanitário masculino e feminino, local para armazenamento de materiais de limpeza, setor de dispensação de medicamentos com nove assentos de espera para pacientes e sala de reuniões e treinamentos, além de área isolada específica para acondicionamento e segregação de resíduos. No setor de dispensação de medicamentos (figuras 5 e 6), há capacidade para atendimento simultâneo e individualizado para quatro pacientes. Cada atendimento é realizado por dois atendentes. A área útil total da farmácia é de 373,90m².

A Farmácia Universitária possui também um Plano de Gerenciamento de Resíduos de Serviços de Saúde (PGRSS), que é um conjunto de procedimentos que contempla a geração, segregação, acondicionamento, coleta, armazenamento, transporte, tratamento e destinação final dos resíduos gerados. Os lixos são do tipo A (biológico), B (químico) e E (perfurocortante). A coleta e a destinação final desses resíduos é feita por empresas contratadas. Os resíduos D (comum) são coletados pelo Departamento Municipal de Limpeza Urbana (DEMLURB).

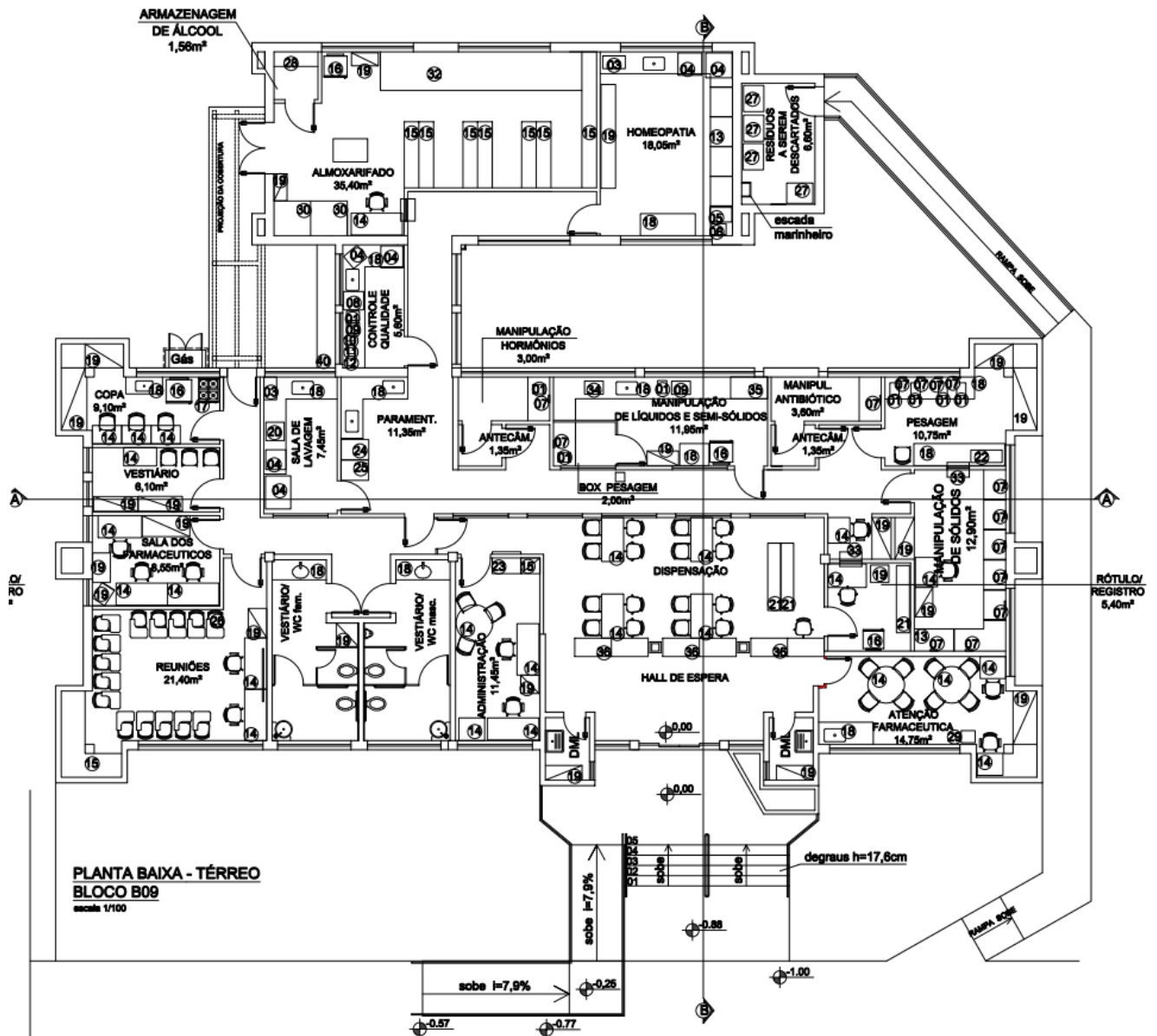
A sala de atenção farmacêutica (figura 7) possui cerca de 9m², com espaço suficiente para uma mesa com quatro cadeiras, um computador, uma balança, uma bancada com torneira e pia e ainda um armário para arquivos gerais e livros. Há um projeto aprovado (figura 3), mas sem previsão de execução, para ampliação do consultório farmacêutico, que passaria a ter duas mesas com oito cadeiras no total e seu espaço seria ampliado para 14,75m². Esse projeto também altera a entrada da farmácia (figura 4), que atualmente é realizado através de rampa de acesso com declive acentuado. No novo projeto, seriam construídas escadas com seis degraus na parte frontal do acesso e uma rampa lateral com inclinação de 7,8%, ou seja, atendendo a NBR 9050 (ABNT, 2004) e adequada para portadores de necessidades especiais.

Figura 2 - Prédio da Farmácia Universitária em destaque junto ao Portão Norte da UFJF



Fonte: banco de dados do pesquisador. Elaborado pelo arquiteto Éder Marques da Costa

Figura 3 – Planta Baixa da Farmácia Universitária



Fonte: banco de dados do pesquisador. Elaborado pelo arquiteto Éder Marques da Costa

De acordo com Salvaneschi (1996) um dos fatores de sucesso da localização de um empreendimento é o grau de exposição, normalmente favorecido, quando é implantado em via arterial. Conforme o Código de Trânsito Brasileiro (BRASIL, 1997), via arterial “é aquela caracterizada por interseções em nível, geralmente controlada por semáforo, com acessibilidade aos lotes lindeiros e às vias secundárias e locais, possibilitando o trânsito entre as regiões da cidade”. A Farmácia Universitária está localizada em via arterial, logo na entrada pelo pórtico norte da UFJF, sendo uma área plana, de grande movimentação de veículos e pessoas, com fácil estacionamento e há cerca de 100 metros da UBS São Pedro e

de base da Polícia Militar. Trata-se de uma região com disponibilidade de transporte público, servida por diversas linhas de ônibus, e uma ampla gama de comércio, como restaurantes, bares, mercados, e postos de gasolina, além de laboratórios de análises clínicas e escolas particulares e municipais.

Figura 4 – A Farmácia Universitária fica no campus da UFJF, próximo ao pórtico norte



Fonte: Raphael de Moraes Xavier, 2019.

A Farmácia Universitária dispõe de infraestrutura privilegiada para o desenvolvimento de suas atividades, possuindo ambientes para atividades administrativas e assistenciais. Suas áreas internas e externas apresentam boas condições físicas e estruturais, de modo a permitir a higiene, e a não oferecer risco ao usuário e aos funcionários. As instalações possuem superfícies internas (piso e parede) lisas, laváveis e impermeáveis, em condições adequadas, resistentes aos sanitizantes. As condições de ventilação e iluminação são compatíveis com as tarefas desenvolvidas em cada ambiente, dispondo ainda de aparelho condicionador de ar para melhor conforto dos pacientes e servidores. As janelas e portas são protegidas contra a entrada de insetos, roedores ou outros animais.

Figura 5 – Setor de dispensação de medicamentos



Fonte: Raphael de Morais Xavier, 2019.

Ainda no setor de dispensação de medicamentos (Figuras 5 e 6), há espaço para uma recepcionista, na qual é responsável por fornecer informações diversas, conferir dados referentes aos usuários, medicamentos, e documentação, e para a organização da ordem de chegada ou preferência e encaminhamento do paciente às mesas de atendimento. Os medicamentos são armazenados em caixas tipo BIN, de forma ordenada, segundo as especificações do fabricante, da legislação vigente e sob condições que garantam a manutenção de sua identidade, integridade, qualidade, segurança, eficácia e rastreabilidade.

Figura 6 – Setor de dispensação de medicamentos



Fonte: Raphael de Morais Xavier, 2019.

Um grande destaque que a implementação da Farmácia Regional Oeste proporcionou foi a instalação do consultório farmacêutico (Figura 7), que oferece atendimento gratuito aos pacientes. O cuidado farmacêutico realizado nesta atividade visa à promoção, à proteção e à recuperação da saúde e prevenção de agravos, à educação em saúde e à promoção do uso racional de medicamentos. O atendimento realizado no consultório farmacêutico tem como objetivos (BRASIL, 2014, p. 22):

- A educação do paciente sobre seus medicamentos e problemas de saúde, de modo a aumentar sua compreensão do tratamento e promover o autocuidado;
- A promoção da adesão do paciente ao tratamento, por meio da orientação terapêutica, da redução da complexidade do tratamento e da provisão de recursos que apoiem a tomada de medicamentos.
- A otimização da farmacoterapia, por meio da revisão da polimedicação e, quando possível, da redução da carga de comprimidos e do custo do tratamento.
- A avaliação da efetividade e da segurança dos tratamentos e o ajuste da farmacoterapia, quando necessário, com o prescritor e a equipe de saúde.
- A identificação, a prevenção e o manejo de erros de medicação, de interações medicamentosas, de reações adversas, de intoxicações e de riscos associados aos medicamentos.
- A educação do paciente para a guarda e a destinação adequada dos medicamentos vencidos e demais resíduos de saúde ligados à terapêutica.

O serviço de cuidado farmacêutico ofertado no consultório é inovador na rede pública da cidade, visto que não há conhecimento de algo similar em nenhuma unidade de saúde do SUS no município de Juiz de Fora. Em muitos casos, são atendidos pacientes com baixo grau de escolaridade, hipossuficiência econômica ou em vulnerabilidade social.

Figura 7 – Consultório farmacêutico



Fonte: Raphael de Moraes Xavier, 2019.

Também é realizado um trabalho para que pessoas analfabetas ou com dificuldades para compreender os nomes e as doses dos medicamentos (Figura 8) ou com deficiência visual (Figura 9) possam administrar seus medicamentos de forma independente. Em cada paciente atendido, é aplicado e registrado um questionário do Programa de Cuidado Farmacêutico, utilizado para subsidiar as intervenções farmacêuticas. A captação de pacientes para a participação no programa de cuidado farmacêutico é realizada através da Farmácia Regional Oeste, ou seja, são usuários do SUS. Os atendimentos são efetuados pelos residentes em Farmácia, professores e preceptores.

Figura 8 – Caixa de medicamentos para pessoas analfabetas ou com dificuldades para compreender os nomes e as doses dos medicamentos



Fonte: Raphael de Moraes Xavier, 2019.

No caso dos pacientes analfabetos, cada medicamento é identificado por cores diferentes, e para os pacientes com deficiência visual, a separação é realizada de forma que possam identificar o medicamento e as doses através do tato. O não cumprimento parcial ou total do esquema terapêutico prescrito pelo profissional de saúde é considerado uma das principais barreiras à efetividade do tratamento medicamentoso, principalmente àqueles de uso crônico, levando a agravos com reflexo negativo na qualidade de vida do usuário e aumento de custos para o sistema de saúde. Nos idosos e nos portadores de doenças crônicas, como hipertensão, diabetes e dislipidemias, a eficácia do tratamento ambulatorial depende da adesão do usuário. Este propósito pode ser alcançado aumentando o conhecimento do usuário a respeito da doença e do tratamento (ANDRADE, 2003).

Figura 9 – Identificação de medicamentos e esquema posológico para paciente com baixa acuidade visual



Fonte: Raphael de Moraes Xavier, 2019.

Conforme Tróccoli (1990), a compreensão do paciente quanto à sua medicação, através da orientação farmacêutica, associados ao suporte social fornecido pela família e pela equipe multiprofissional de saúde, são as variáveis sociopsicológicas mais importantes para o cumprimento ou não do regime medicamentoso prescrito. Dessa forma, a Farmácia Universitária incentiva a mudança de atitudes, por parte do paciente em relação ao tratamento medicamentoso, através da informação recebida e do acolhimento humanizado, alterando a forma como os pacientes absorvem e reorganizam o discurso em relação à doença e a medicação.

Esta seção descreveu o ambiente de trabalho que a Farmácia Universitária disponibiliza para o atendimento aos pacientes do SUS, assim como os serviços disponíveis para a população atendida pela parceria. Também foram explicadas as motivações que desencadearam no encerramento do antigo modelo de funcionamento da Farmácia Universitária, assim como o surgimento da parceria com a Prefeitura de Juiz de Fora, que cumpre a legislação vigente.

1.3.3 Projeto Farmácia Regional Oeste

A política pública que resultou na formação da Farmácia Regional Oeste é fruto de uma parceria entre a Secretaria de Saúde da Prefeitura de Juiz de Fora, a Faculdade de Farmácia da UFJF e a Farmácia Universitária. O foco é o atendimento aos pacientes provenientes do SUS. As políticas públicas são conjuntos de programas, ações e decisões tomadas pelos governos federal, estadual ou municipal que afetam a todos os cidadãos, devendo ser construída a partir da participação direta ou indireta da sociedade civil, com o objetivo de assegurar um direito a determinado serviço ou programa (FIOCRUZ, s.d.). Os modelos de atenção à saúde são expressos em políticas, programas e serviços de saúde que estejam em consonância com os princípios e diretrizes que estruturam o SUS. Tais ações em saúde surgem como resposta às necessidades da população. Conforme salienta Condé (2012, p 93), mesmo que bem-intencionadas e com objetivos legítimos, as políticas públicas devem contornar algumas possíveis fragilidades, tais como:

Excesso de centralização e controle; diretrizes originais não chegam ao alvo; relação deficiente com o público alvo, tratando-o como depositário da política e não como sujeito ativo para seu sucesso; falta de capacitação de gestores; falta, pura e simples, de conhecimento do programa como um todo e suas partes particulares; falta de recursos por atraso, inadequação ou falta de informação do organismo gestor para o controle do programa (CONDÉ, 2012, p. 93).

A Secretaria de Saúde da Prefeitura de Juiz de Fora já possuía um projeto para implantação de farmácias regionalizadas em cada polo geográfico do município de Juiz de Fora, mas sem execução. Com o encerramento de seu antigo modelo de funcionamento, a Farmácia Universitária estudava a operacionalização de um novo formato de estabelecimento de saúde, quando surgiram as tratativas entre os gestores públicos para formalização da Farmácia Regional Oeste.

O modelo de farmácias regionais visa o atendimento de um contingente populacional maior, englobando os usuários de todas as UBS da região pretendida. As farmácias situadas dentro dessas unidades de saúde são fechadas e todo seu atendimento é transferido para a Farmácia Regional. Há uma desvantagem inicial, que é o deslocamento do paciente da UBS até o local estabelecido para ser a farmácia regional, mas em contraposição há inúmeras vantagens, como o acesso a uma estrutura física muito maior, mais preparada e o acesso a uma carta de serviços farmacêuticos que dificilmente seriam ofertados dentro das UBS. O farmacêutico da UBS, antes responsável apenas pela dispensação dos medicamentos, tem suas condições de trabalho melhoradas, e tem maior disponibilidade para participar do planejamento das ações em saúde da região. Em síntese, o modelo de farmácia regional permite: ampliação do escopo e oferta de ações na Atenção Básica, uma equipe de apoio qualificada, potencializa a Farmácia Clínica e expande o acesso e a resolubilidade da Atenção Básica em Saúde. A Farmácia Regional Oeste apresenta as vantagens descritas, e seu modelo não deve ser implantado dentro das farmácias das UBS, e sim servir de exemplo para a criação de outras farmácias regionais. Mas nada impede que as práticas exitosas desenvolvidas pela Farmácia Universitária possam ser usadas em qualquer estabelecimento de saúde, de acordo com cada especificidade.

Uma atuação relevante do farmacêutico no mercado de trabalho não depende apenas do seu conhecimento técnico sobre medicamentos, mas também da sua competência de relacionamento interdisciplinar, de trabalho em equipes multiprofissionais, do correto acolhimento do paciente através de um atendimento humanizado, de claras habilidades de comunicação e do bom gerenciamento do trabalho e da informação. Estas são características menos relacionadas com a formação tecnicista, realizada em salas de aula e laboratórios. O desenvolvimento dessas características humanísticas durante a formação do aluno é igualmente importante, o que também justifica a relevância da existência da Farmácia Regional Oeste, já que essas habilidades são exigidas durante a rotina de trabalho dos discentes. Os futuros farmacêuticos vivenciam as práticas de saúde pública desde o ensino na graduação.

Segundo o acordo de cooperação, a Farmácia Regional Oeste utiliza a infraestrutura física, os equipamentos de informática e os recursos humanos da Farmácia Universitária. Em contrapartida, os medicamentos da REMUME, de

Programas do Ministério da Saúde e o software operacional são de competência da Secretaria de Saúde/Prefeitura de Juiz de Fora (JUIZ DE FORA, 2017).

Mayorga et al. (2004, p. 208), ao analisarem a situação da assistência farmacêutica no Brasil, concluíram que os municípios e estados enfrentam "problemas relacionados ao desenvolvimento e qualidade dos serviços farmacêuticos, debilidade na infraestrutura e operacionalidade, além da dificuldade no atendimento da demanda populacional por medicamentos". Ainda sob o mesmo entendimento, Fraga (2004) afirma que a assistência farmacêutica desenvolvida nos municípios brasileiros ainda é preambular, mantendo a ênfase na aquisição de medicamentos. As prefeituras ainda não são capazes de garantir a necessária segurança, eficácia e qualidade, a promoção do uso racional e o acesso da população aos medicamentos essenciais.

Avaliando o panorama da assistência farmacêutica nas UBS do município de Juiz de Fora, é possível afirmar que o quadro de farmacêuticos nas unidades dispensadoras ainda é insuficiente, a infraestrutura, muitas vezes, é precária e o acondicionamento de medicamentos é incorreto. Esse cenário pode contribuir para que ocorram perdas desnecessárias, uso irracional de medicamentos, prescrições de má-qualidade e falta de padronização de condutas terapêuticas, o que contribui para a baixa qualidade no atendimento aos usuários do SUS.

A Farmácia Regional Oeste surge para romper com todos esses paradigmas, pois há farmacêuticos durante todo horário de funcionamento, acondicionamento de forma regular de medicamentos, de forma a evitar perdas e garantir a estabilidade dos mesmos, e um rígido processo de trabalho certificado em procedimentos operacionais padrão. Há um sistema informatizado que registra cadastro completo dos pacientes e profissionais prescritores, como data, posologia e medicamentos dispensados, sendo uma importante ferramenta que viabiliza a utilização de dados farmacoepidemiológicos e farmacoeconômicos.

Em funcionamento desde abril de 2016, o projeto já atendeu quase cinquenta mil usuários do SUS, como é possível verificar na Tabela 1. Nos meses de férias escolares ou períodos festivos, como julho e dezembro, o número de atendimentos diminui.

Tabela 1 - Atendimentos de usuários realizados na Farmácia Oeste

	Jan	Fev	Mar	Abr	Mai	Jun	Jul	Ago	Set	Out	Nov	Dez	Total
2016	-	-	-	988	1.614	1.672	1.476	1.726	1.624	1.435	1.389	1.289	13.213
2017	1.489	1.264	1.562	1.358	1.996	1.520	1.447	1.580	1.404	1.516	1.341	1.160	17.637
2018	1.309	1.137	1.322	1.357	1.274	1.316	1.213	1.431	1.276	1.368	1.069	899	10.359
2019	1228	1077	1106	1348	1327	1141	1398	-	-	-	-	-	8.625

Fonte: arquivo de dados da Farmácia Regional Oeste

O Projeto foi planejado para ser implantado em três fases:

1ª etapa - a dispensação de medicamentos da REMUME aos usuários cadastrados na UBS do bairro São Pedro;

2ª etapa - a dispensação de medicamentos da REMUME aos usuários da Região Oeste (UBS São Pedro, UBS Santos Dumont e UBS Borboleta);

3ª etapa - a dispensação de medicamentos REMUME e dos medicamentos dos programas do Ministério da Saúde aos usuários cadastrados na Região Oeste.

A primeira etapa foi alcançada, sendo atendidos atualmente todos os pacientes da UAPS e UBS São Pedro. Ainda não ocorreu a expansão no atendimento como previsto na segunda e terceira etapas. A Farmácia Universitária aguarda a decisão de expansão por parte da prefeitura para iniciar os ajustes internos na UFJF, visando a melhor adequação ao aumento dos atendimentos. Em síntese, é neste contexto que ocorre a parceria entre a UFJF, Faculdade de Farmácia, Farmácia Universitária e Secretaria de Saúde da Prefeitura de Juiz de Fora.

Foi realizada neste capítulo uma descrição das cooperações entre entidades públicas, um estudo sobre a indissociabilidade ensino, pesquisa e extensão, a apresentação da Faculdade de Farmácia, Farmácia Universitária, Farmácia Regional Oeste e dos trabalhos desenvolvidos, além da exposição das novas DCNs do curso de graduação em Farmácia.

No próximo capítulo são discutidos os aspectos metodológicos da pesquisa, bem como a análise dos dados por meio dos quais são elucidadas as repercussões no ensino, pesquisa e extensão proporcionadas pela implantação da parceria, sempre balizados pelo referencial teórico pertinente a cada tema proposto.

2. ANÁLISE DO CASO DE GESTÃO: OS REFLEXOS NO ENSINO, PESQUISA E EXTENSÃO CAUSADOS PELA IMPLANTAÇÃO DA FARMÁCIA REGIONAL OESTE NA FARMÁCIA UNIVERSITÁRIA

No primeiro capítulo, foi apresentado o cenário da parceria entre a Farmácia Universitária e a Prefeitura de Juiz de Fora, que culminou na formação do projeto Farmácia Regional Oeste. Neste momento, são discutidas, especificamente, as repercussões desse convênio entre as duas entidades públicas e os impactos no ensino, pesquisa e extensão.

Este capítulo visa à análise do caso de gestão sob o enfoque dos dados coletados na pesquisa de campo articulados ao referencial teórico concernente ao estudo. Está dividido em quatro seções específicas, incluindo o referencial metodológico e a análise do discurso dos principais atores envolvidos na parceria. O objetivo geral desta pesquisa é verificar os reflexos no ensino, pesquisa e extensão causados pela implantação da Farmácia Regional Oeste na Farmácia Universitária. Quanto ao objetivo analítico, esta pesquisa investiga e analisa os desafios enfrentados pela parceria para consecução de suas metas. O objetivo propositivo perpassa pela sugestão de alternativas para aprimorar a parceria e maximizar suas potencialidades. A partir dos referenciais teóricos, pretende-se explorar a visão dos atores envolvidos no funcionamento e desenvolvimento da parceria, buscando entender de forma aprofundada o modelo do projeto e suas potencialidades.

Na primeira seção é abordado como a integração ensino-serviço-comunidade no âmbito do SUS pode auxiliar o processo formativo de profissionais farmacêuticos. Os autores escolhidos como referencial teórico foram: Almeida et al. (1999), Albuquerque (2008), Henriques (2005), Padilha (1991), Freire (1996), Saviani (2007), Cavalheiro et al. (2011). Na segunda seção é trabalhada a questão do ensino farmacêutico na perspectiva de uma formação clínica, em uma interseção com a importância do currículo mínimo exigido para a graduação em Farmácia, tendo como referencial os autores: Votta (1965), Cruz e Silva (2011), Dalpizzol e Almeida (2011), Saturnino et al. (2012), Aizenstein e Tomassi (2011), Apple (1989), Moreira e Silva (2005). Na terceira seção é discutida a importância e o aproveitamento da Farmácia Regional Oeste enquanto espaço para desenvolvimento de ações extensionistas, utilizando a seguinte bibliografia: Nogueira (2005), Paula (2013), Gadotti (2017), Calderón (2003), Ribeiro (2011), Arroyo e Rocha (2010).

Na quarta seção é demonstrada a forma como foi desenvolvida a pesquisa de campo, discutindo a metodologia e a técnica utilizada para coleta e análise dos dados para investigação. A importância e a qualificação de cada ator escolhido para ter seu discurso estudado nesta pesquisa, também são justificadas nesta seção. O objetivo da pesquisa de campo realizada foi observar os fatos e fenômenos da forma como ocorrem na realidade e também coletar dados para analisá-los e interpretá-los, com base em uma fundamentação teórica sólida. Para subsidiar a escolha da metodologia desta pesquisa, foram utilizados os seguintes autores: Yin (2001), Godoy (1995), Minayo (2001), Gunther (2003), André (2013), Duarte (2001), Bauer e Gaskell (2002), Vergara (2009), Condé (2012).

Na última parte é realizada uma análise do discurso dos principais atores envolvidos nessa parceria, seja gestão do projeto ou na operacionalização das atividades. São relatadas as diferentes óticas dos sujeitos de pesquisa, reconhecendo as práticas de sucesso dentro da Farmácia Regional Oeste e as potencialidades ainda não exploradas. Além do mais, são evidenciadas as possibilidades encontradas durante a investigação que poderiam ampliar o sucesso do projeto, e nortearão a proposição de adequações para o efetivo aperfeiçoamento da parceria, delineado no PAE.

Durante todo capítulo 1 foi trabalhada uma investigação preliminar descritiva que buscou explicitar o histórico, o contexto e a construção da parceria aqui estudada, levando ao leitor o entendimento situacional atual do projeto. O Capítulo 2 procurou estudar a questão de pesquisa que está no centro do caso, tendo a metodologia como orientadora para a compreensão e percepção das oportunidades educacionais que o projeto Farmácia Regional Oeste proporciona.

2.1 A integração ensino-serviço na Farmácia Universitária como processo formativo de profissionais dentro do contexto do SUS

Dentro da parceria entre a Faculdade de Farmácia, Farmácia Universitária e Secretaria de Saúde da Prefeitura de Juiz de Fora há a perspectiva de integração ensino-serviço, sendo uma importante estratégia para a formação profissional de quadros para o SUS. A parceria facilita o processo de formação profissional na área da saúde, em consonância com as diretrizes e princípios do SUS.

As ações envolvendo os processos de formação no campo da saúde precisam articular contextos, aparentemente desconectados, universidade e serviços, procurando ligar os espaços de formação aos diferentes cenários da vida real e de produção de cuidados à saúde (ALMEIDA et al., 1999). Uma efetiva parceria entre a universidade, os serviços locais de saúde e a comunidade potencializa a qualidade da formação dos alunos e amplia a relevância social da própria universidade, resgatando valores como a solidariedade e a responsabilidade compartilhada. O espaço de integração ensino-serviço se configura como um cenário privilegiado na formação superior de profissionais de farmácia. Segundo Albuquerque (2008, p. 357):

Entende-se por integração ensino-serviço o trabalho coletivo, pactuado e integrado de estudantes e professores dos cursos de formação na área da saúde com trabalhadores que compõem as equipes dos serviços de saúde, incluindo-se os gestores, visando à qualidade de atenção à saúde individual e coletiva, à qualidade da formação profissional e ao desenvolvimento/satisfação dos trabalhadores dos serviços.

A Farmácia Regional Oeste é um espaço onde ocorre um importante diálogo entre trabalho e educação, no qual estudantes, docentes, profissionais do serviço e pacientes vão estabelecendo seus papéis sociais enquanto transformadores de uma realidade. O modo de ser e ver o mundo vai sendo modificado, tendo o cotidiano do cuidado em saúde como um pressuposto. Conforme Henriques (2005), este lugar de interseção entre serviços e ensino consolida o modelo de atenção à saúde e os valores do SUS. E como consequência dessas práticas que vão além dos cenários de aprendizagem, o conhecimento concebido, baseado na reflexão sobre o vivido nestes contextos, pode se difundir por intermédio dos atores que por ali passam como estudantes.

Ainda segundo Henriques (2005), podem haver conflitos decorrentes de dificuldades existentes na integração ensino-serviço. O autor afirma que muitas vezes a participação do profissional do serviço se restringe à supervisão do estudante, realizada de maneira assistemática e solitária, sem uma discussão aprofundada ou uma presença mais efetiva do docente. A diferença entre a lógica da organização dos serviços de saúde, bastante centrada na produtividade de seus procedimentos técnico-operativos, e a lógica do trabalho da universidade, muito

pautada pela produção de conhecimentos teóricos, também pode gerar problemas (HENRIQUES, 2005).

De acordo com Padilha (1991), muitos docentes priorizam exclusivamente atividades de pesquisa, desconsiderando a prestação dos cuidados em saúde. Tal fato os distancia das situações práticas do cotidiano e os torna teóricos ineficientes na rotina dos serviços de saúde. Entretanto, muitos profissionais dos serviços se envolvem apenas com as atividades de rotina do trabalho e preterem a educação permanente, o que por consequência, os torna profissionais pouco atualizados. O desafio está em construir espaços de aprendizagem com a presença de docentes e discentes, de forma que todos participem dos processos de atenção à saúde dos usuários, mas sem descaracterizar a natureza destes cenários reais.

A experiência tem grande relevância em todos os níveis de aprendizagem. Conforme o pensamento de Freire (1996) em relação ao conhecimento prático, há uma notável importância no ato de praticar, pois a teoria e a prática se entrelaçam de tal maneira que se aplicadas corretamente e juntas, tornam a aprendizagem mais eficaz e consciente. O educador afirma que ambas não podem ser dissociadas, pois devemos compreender que “a reflexão crítica sobre a prática se torna uma exigência da relação Teoria/Prática sem a qual a teoria pode ir virando blábláblá e a prática, ativismo” (FREIRE, 1996, p. 24). O ensino deve preparar os alunos para se tornarem indivíduos críticos e atuantes na sociedade. Uma prática efetiva torna os discentes transformadores do meio, e não apenas um produto deste.

No universo acadêmico, a experiência prática e o exercício das teorias são fundamentais, pois é preciso compreender e relacionar o que está escrito com o que de fato acontece. A ausência da aplicabilidade dos conteúdos na construção do social é um fato que pode minimizar a importância da parceria entre universidade e prefeitura, portanto precisa ser evitada. O processo de formação do futuro farmacêutico envolve necessariamente o contato com o mundo material, com o espaço de trabalho e com o exercício prático do conteúdo teórico. Antes da reabertura da Farmácia Universitária, existiam parcerias entre a Faculdade de Farmácia da UFJF e drogarias da cidade de Juiz de Fora para a concessão de estágios. Entretanto, muitos alunos criticavam a qualidade da aprendizagem, pois muitas vezes não podiam tocar, conhecer os processos, discutir e aprofundar os casos. Uma drogaria é um estabelecimento estritamente comercial, e não foi

concebido para funcionar como instituição formadora, como a Farmácia Universitária. Portanto, várias vezes, o estágio era meramente observacional.

Saviani (2007) reforçou a importância da integração ensino-serviço quando relacionou educação e trabalho, consolidando a ideia de que só se aprende a fazer fazendo. Assim, o autor afirma que:

[...] a relação entre trabalho e educação é uma relação de identidade. Os homens aprendiam a produzi-la. Eles aprendiam a trabalhar trabalhando. Lidando com a natureza, relacionando-se com os outros, os homens educavam-se e educavam as novas gerações. A produção da existência implica o desenvolvimento de formas e conteúdos cuja validade é estabelecida pela experiência, o que configura um verdadeiro processo de aprendizagem. Assim, enquanto os elementos não validados pela experiência são afastados, aqueles cuja eficácia a experiência corrobora necessitam ser preservados e transmitidos às novas gerações no interesse da continuidade da espécie. (SAVIANI, 2007, p.154)

Um dos objetivos das novas DCNs para curso de graduação em Farmácia é a formação de profissionais para conformação de um modelo de atenção à saúde centrado no usuário. O modelo predominante de atenção à saúde no Brasil é baseado em atividades tecnoassistenciais centradas no procedimento (ALBUQUERQUE, 2008). O modelo de atendimento adotado pela Farmácia Universitária é centrado em atitudes acolhedoras e no vínculo com os usuários. Ou seja, a integração ensino-serviço-comunidade que ocorre no ambiente do projeto Farmácia Regional Oeste proporciona essa nova maneira de se pensar a formação dos alunos. Contudo, para o melhor funcionamento desse modelo, Albuquerque (2008) cita questões que precisam ser observadas:

Operacionalmente, a universidade deve se preocupar em identificar necessidades dos serviços e cenários de prática, estabelecendo pactos de contribuição docente/discente para tais serviços. Devem estar incluídos nestes pactos: negociação de espaços, horários e tecnologias para adequação das atividades do serviço e das práticas educacionais. Além disso, em contrapartida, é fundamental a participação de profissionais dos serviços e usuários nas discussões educacionais de formação na área da saúde (ALBUQUERQUE, 2008, p. 358).

Cavalheiro et al. (2011) defendem a importância do estreitamento da relação entre gestores do SUS e os docentes e estudantes da saúde, consolidando a articulação entre as instituições formadoras e os serviços e sistemas de saúde. Essa parceria amplia os processos de mudança da graduação de modo a formar profissionais com perfil adequado às necessidades de saúde da população e do

SUS. Entretanto, há significativos empecilhos de uma parceria entre SUS e IES que precisam ser considerados, como:

dificuldade de encontrar professores para este novo enfoque de ensino-aprendizagem; a atenção básica considerada como um cenário marginal para ensino-aprendizagem; resistência dos estudantes; incipiente participação social da comunidade” (CAVALHEIRO et al. 2011, p. 21).

Outro ponto negativo enumerado por Cavalheiro et al. (2011) é o fato do contato do estudante com o SUS ocorrer num período avançado do curso ou por meio de uma única disciplina. A parceria entre uma universidade e uma prefeitura contribui para uma formação voltada para a implementação dos princípios e das diretrizes constitucionais do SUS e favorece experiências de caráter multiprofissional e interdisciplinar.

A base legal que fundamenta o SUS é constituída por três documentos que manifestam os elementos básicos que estruturam e organizam o sistema de saúde brasileiro: a Constituição Federal de 1988 (Brasil, 1988); a lei 8.080, de 19 de setembro de 1990, conhecida como a Lei Orgânica da Saúde, que dispõe sobre a organização e regulação das ações e serviços de saúde em todo território nacional (Brasil, 1990a); a lei 8.142, de 28 de dezembro de 1990, que estabelece o modelo da participação popular no SUS e dispõe sobre as transferências intergovernamentais de recursos financeiros na área de saúde (Brasil, 1990b).

Dentro dessa estrutura formal que fundamenta o arcabouço jurídico do SUS, há os princípios doutrinários e organizativos do sistema de saúde pública brasileiro. Os princípios doutrinários compõe a base cognitiva, ideativa e filosófica do sistema, representando os valores, os preceitos e as bandeiras de luta que sustentam o sistema de saúde. Já os princípios organizativos, também conhecidos como diretrizes, definem rumos, dinâmicas e estratégias que organizam o SUS. Portanto, a partir dos princípios doutrinários, as diretrizes definem as estratégias e os meios para concretizar os valores fundamentais do SUS. O nosso sistema público de saúde possui como princípios organizativos a universalidade, a integralidade e a equidade. Já como diretrizes, o sistema apresenta a descentralização, a regionalização, a hierarquização e a participação social (MATTA, 2007).

O princípio da universalidade está consagrado no artigo 196 da Constituição Federal de 1988: “A saúde é direito de todos e dever do Estado” (BRASIL, 1988). Ou

seja, a saúde é um direito de cidadania de todas as pessoas e cabe ao Estado assegurar este direito, independentemente de sexo, raça, ocupação, ou outras características sociais ou pessoais. No Brasil, o direito à saúde é um direito social e coletivo, o que o difere de um direito individual que é exercido mediante pagamento. O princípio da equidade é fruto das iniquidades sociais e econômicas, problemas históricos do país. Tal princípio não implica em noção de igualdade, mas se refere a tratar desigualmente o desigual, procurando investir mais onde a desigualdade é maior (ESCOREL, 2005).

A equidade no acesso às ações e aos serviços de saúde traduz o debate atual relativo à igualdade, prevista no texto legal, e justifica a prioridade na oferta de ações e serviços aos segmentos populacionais que enfrentam maiores riscos de adoecer e morrer em decorrência da desigualdade na distribuição de renda, bens e serviços. (VASCONCELOS; PASCHE, 2006, p. 535).

O princípio da integralidade considera as pessoas como um todo, atendendo a todas as suas necessidades, atuando sobre os condicionantes e determinantes sociais de adoecimento até a garantia da prestação de serviços da mais alta complexidade em saúde. Para tanto, é importante a integração de ações, incluindo a promoção da saúde, a prevenção de doenças, o tratamento e a reabilitação. (MATTOS, 2001).

A Carta da República, em seu artigo 198, inciso I, define que o SUS deve se organizar a partir da “descentralização, com direção única em cada esfera de governo” (Brasil, 1988). A diretriz da descentralização no SUS está relacionada à distribuição de poder político e de recursos entre os três níveis de governo, da esfera federal para a estadual e municipal. Esta diretriz fortalece o federalismo político expresso na Constituição e nada se assemelha com a descentralização política proposta pelo neoliberalismo, que visa à redução do papel do Estado e a transferência de atividades originalmente estatais para a iniciativa privada. A diretriz da regionalização se refere a uma organização do sistema que deve focar a noção de território, onde se determina os perfis populacionais e os indicadores epidemiológicos que devem nortear os serviços de saúde dessa área geográfica. A diretriz da hierarquização estabelece que os serviços devem ser organizados em níveis crescentes de complexidade, delimitando a atenção à saúde em níveis crescentes de complexidade requerida em cada caso (MATTA, 2007).

As decisões sobre as ações na saúde pública devem ser negociadas com os representantes da sociedade, pois estes vivenciam a realidade da saúde nas comunidades, se configurando em uma forma avançada de democracia, pois surge de uma relação entre o Estado e a sociedade. A participação da comunidade é uma diretriz da forma de organização e operacionalização do SUS.

Sendo o SUS a primeira política pública no Brasil a adotar constitucionalmente a participação popular como um de seus princípios, esta não somente reitera o exercício do controle social sob as práticas de saúde, mas também evidencia a possibilidade de seu exercício através de outros espaços institucionalizados em seu arcabouço jurídico, além dos reconhecidos pela Lei Orgânica de saúde de nº 8.142/90, os conselhos e as conferências de saúde. Destaca, ainda, as audiências públicas e outros mecanismos de audiência da sociedade, de usuários e de trabalhadores sociais (ROLIM et al., 2013, p. 3).

O farmacêutico tem papel primordial no sistema público de saúde. É o único profissional que possui expertise em toda a cadeia de medicamentos, como a seleção, programação, aquisição, armazenamento, distribuição, dispensação, prescrição, administração e monitoramento. O gasto público em medicamentos tem crescido muito nos últimos anos. O investimento do SUS em medicamentos passou de R\$ 14,3 bilhões em 2010 para quase R\$ 20 bilhões em 2015, ou seja, um crescimento de 40% (VIEIRA, 2018). O farmacêutico reduz os gastos com saúde e otimiza os recursos disponíveis ao tornar o acesso racional, através da dispensação ao paciente certo, na quantidade apropriada, na hora adequada e via de administração correta. Portanto, a atenção farmacêutica possibilita ao cidadão-usuário do SUS uma melhor resolubilidade de seus agravos em saúde e reafirma os princípios e diretrizes do sistema público de saúde.

A lógica que deve orientar a organização dos serviços de atenção e atuação dos profissionais da saúde é a de tornar mais fácil a vida do cidadão-usuário, no usufruto de seus direitos. Trata-se de organizar o SUS em torno dos preceitos da promoção da saúde, do acolhimento, dos direitos à decisão sobre alternativas terapêuticas, dos compromissos de amenizar o desconforto e o sofrimento dos que necessitam assistência e cuidados. (FÓRUM DA REFORMA SANITÁRIA, 2006, p.387).

As funções do farmacêutico na saúde pública se dividem entre ações técnico-gerenciais e ações técnico-assistenciais. As ações técnico-gerenciais são as ações de suporte ao processo gerencial da assistência farmacêutica, como processo de seleção, aquisição e logística do medicamento. As ações técnico-assistenciais

objetivam o cuidado ao usuário, tendo o medicamento como insumo, contribuindo para a efetividade do tratamento, seja no âmbito individual ou coletivo. Tem como respaldo a gestão clínica do medicamento e se caracterizam por serviços centrados no usuário de forma a garantir a utilização correta de medicamentos e a obtenção de resultados terapêuticos favoráveis (CRF/MG, 2011).

Nesta seção foi discutida a articulação ensino-serviço como uma ferramenta indispensável para a formação de quadros profissionais para o SUS, assim como a importância do farmacêutico nesse processo. Também foi realizado um estudo dos princípios doutrinários e organizativos do sistema de saúde pública brasileiro. A formação e a qualificação dos profissionais da saúde devem ser orientadas pelas necessidades da população.

2.2 O ensino farmacêutico dentro do projeto Farmácia Regional Oeste: a perspectiva de uma formação clínica

Desde sua origem, o ofício farmacêutico é visto como o de um cuidador, sendo os jesuítas considerados os primeiros boticários. Devido à ausência de médicos, esses religiosos abrigavam boticas em seus colégios, preparando substâncias de origem vegetal e animal com fins de cura de enfermidades. Essas boticas eram de responsabilidade de profissionais empíricos, muitas vezes analfabetos, possuindo apenas o adestramento da manipulação de medicamentos corriqueiros, o que com o passar do tempo necessitou de grandes mudanças. Em 1832 foi criado o primeiro curso de farmácia nas faculdades de medicina no Rio de Janeiro e na Bahia com duração de três anos. Dessa forma, ocorre uma reorientação da profissão, passando a se definir em sua condição técnico-científica e não somente em sua proposta prática. O farmacêutico substituiu o boticário e acompanhou o progresso da ciência e da técnica (VOTTA, 1965).

Durante a década de 1930, houve a chegada da industrialização, fato que impactou profundamente o profissional de farmácia. A formação e o ensino do farmacêutico que antes tinha como referencial um modelo voltado para suprir as necessidades da população, passa a atender as exigências do mercado. Como consequência, o ensino farmacêutico direcionou o profissional para as análises clínicas e a produção de medicamentos em larga escala, ou seja, a indústria

farmacêutica. Portanto, o farmacêutico se afastou de sua principal função, que é o cuidado ao usuário de medicamento, para atender a nova necessidade da sociedade, privilegiando os interesses do contexto socioeconômico (CRUZ; SILVA, 2011). Os avanços do setor provocados pela padronização de formulações de medicamentos e sua fabricação em massa levaram à quase obsolescência os laboratórios magistrais das pequenas farmácias, até então atividade primária do farmacêutico.

Em decorrência do cenário histórico retratado, o profissional farmacêutico foi perdendo o contato profissional com a comunidade, o que prejudicou o desenvolvimento de seu papel enquanto orientador e cuidador, diminuindo também seu reconhecimento social. O farmacêutico foi se tornando extremamente técnico e cada vez mais afastado da prática social. Outro ponto é a questão da mercantilização do medicamento, que em uma visão simplista do lucro, tem sido colocado como mera mercadoria e não como instrumento de prevenção de doenças, promoção e recuperação da saúde.

As grandes redes de drogarias, formadas por conglomerados de lojas com expansão agressiva e com alto poder de investimento, mudaram a dinâmica do varejo farmacêutico brasileiro. As pequenas farmácias não dispõem da capacidade operacional, logística, volume de vendas, mix de produtos, marketing e enorme fluxo de caixa dessas redes, o que coloca essa disputa como extremamente desigual. Em consequência, o profissional farmacêutico passou a atuar como mero empregado da farmácia ou drogaria. Perdeu o respeito da sociedade e refugiou-se em outras atividades, distanciando-se de seu papel de agente de saúde. Os medicamentos são produtos diferenciados e não podem ser banalizados como um item comercial qualquer. Sua comercialização exige regras específicas e sua utilização sem a devida orientação pode causar graves efeitos adversos.

A Farmácia Universitária, através do Projeto Farmácia Regional Oeste, rompe com o aspecto mercantilista do mercado farmacêutico, vigente hoje, ao fazer o resgate histórico da profissão. Há um contato muito próximo, totalmente humanizado, entre futuros profissionais e pacientes. O projeto recoloca a farmácia como estabelecimento de saúde, e não como um mero comércio. O ensino farmacêutico disponibilizado permite que os discentes realizem na prática a atenção farmacêutica orientada para a educação em saúde.

Os cursos de graduação em Farmácia devem garantir uma formação articulada ao contexto social e em consonância com os novos paradigmas atuais da profissão, como a farmácia clínica e a reaproximação da comunidade. Esse novo delineamento profissional está intrinsecamente ligado ao ensino (DALPIZZOL; ALMEIDA, 2011). Dessa maneira, o projeto Farmácia Regional Oeste funciona como um espaço de discussão e reflexão sobre o papel do farmacêutico nesse novo contexto da profissão. É um espaço de formação, no qual as propostas de ensino atendem à formação do profissional com o perfil exigido no momento atual.

A Farmácia Clínica e a Atenção Farmacêutica são propostas que resgatam o papel social do profissional farmacêutico. O conceito de Farmácia Clínica surgiu nos Estados Unidos nos anos 1960, com o objetivo de garantir o uso correto de medicamentos no ambiente hospitalar (SATURNINO et al., 2012). Em grande parte dos países desenvolvidos, a Farmácia Clínica já está consolidada, gerando muitos benefícios para a população. Conforme o Conselho Federal de Farmácia (CFF), se implantada no SUS, essa especialidade farmacêutica pode gerar uma economia de gastos com medicamentos que passa dos 20%. A própria Organização Mundial da Saúde (OMS) considera que a Atenção Farmacêutica é uma prática benéfica ao paciente (AIZENSTEIN; TOMASSI, 2011).

O CFF, ao editar a Resolução Nº 585, de 29 de agosto de 2013, trouxe um marco para a profissão, pois regulamenta as atribuições clínicas do farmacêutico. Essencialmente, a Farmácia Clínica consiste em aproximar ainda mais o farmacêutico do paciente, por meio da implementação de políticas de orientação, prevenção e recuperação da saúde dos cidadãos. O fortalecimento da clínica é base para a prescrição farmacêutica, autorizada pelo CFF na Resolução 586, também de 29 de agosto de 2013. Entre as atribuições clínicas do farmacêutico relativas ao cuidado à saúde, nos âmbitos individual e coletivo, é importante destacar:

estabelecer e conduzir uma relação de cuidado centrada no paciente; Participar do planejamento e da avaliação da farmacoterapia, para que o paciente utilize de forma segura os medicamentos de que necessita, nas doses, frequência, horários, vias de administração e duração adequados, contribuindo para que o mesmo tenha condições de realizar o tratamento e alcançar os objetivos terapêuticos; Realizar intervenções farmacêuticas e emitir parecer farmacêutico a outros membros da equipe de saúde, com o propósito de auxiliar na seleção, adição, substituição, ajuste ou interrupção da farmacoterapia do paciente; Prover a consulta farmacêutica em consultório farmacêutico ou em outro ambiente adequado, que garanta a privacidade do atendimento; Prevenir, identificar, avaliar e intervir nos incidentes relacionados aos medicamentos e a outros problemas

relacionados à farmacoterapia; Prescrever, conforme legislação específica, no âmbito de sua competência profissional; Avaliar e acompanhar a adesão dos pacientes ao tratamento, e realizar ações para a sua promoção (CFF, 2013, s/p).

Não há relatos publicados de experiências envolvendo a Farmácia Clínica no SUS em Juiz de Fora. A Farmácia Universitária pode funcionar como uma plataforma para fomentar essa discussão, sobre como disponibilizar e divulgar seus espaços ou como treinar e trocar experiências com os demais farmacêuticos da rede de saúde de Juiz de Fora e região. Esse projeto gera grande impacto social, principalmente considerando a dificuldade de acesso da população brasileira aos serviços de saúde, o insuficiente financiamento estatal do setor, a carência de informações dos pacientes em saúde em geral e o uso incorreto de medicamentos. Conforme dados do SINTOX, apenas em 2016, houve 27.261 casos registrados de intoxicação humana por medicamentos no Brasil (FIOCRUZ/CICT/SINITOX, 2016).

Conforme o entendimento de Apple (1989), currículo é poder, ideologia e cultura, se configurando como uma questão ideológica e política. O currículo e as questões educacionais sempre participaram da história das discussões de classe em todo o mundo, estando diretamente envolvido nos objetivos industriais e comerciais. A publicação da Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB), em 1996, e da resolução CNE/CES nº 2, em 2002, que tratava das DCNs do curso de graduação em Farmácia, fez com que as IES repensassem suas práticas pedagógicas, visando adequar seus currículos à formação de farmacêuticos generalistas. Para Moreira e Silva (2005) currículo é

um artefato social e cultural. Isso significa que ele é colocado na moldura mais ampla de suas determinações sociais, de sua história, de sua produção contextual. O currículo não é um elemento inocente e neutro de transmissão desinteressada do conhecimento social. O currículo está implicado em relações de poder, o currículo transmite visões sociais particulares e interessadas, o currículo produz identidades individuais e sociais particulares. O currículo não é um elemento transcendente e atemporal – ele tem uma história, vinculada a formas específicas e contingentes de organização da sociedade e da educação. (MOREIRA; SILVA, 2005, p. 8).

Em pesquisa realizada em 2015 pelo CFF, intitulada “Perfil do Farmacêutico no Brasil”, as principais causas de insatisfação dos farmacêuticos relacionadas à profissão são relativas à baixa remuneração, excessiva carga de trabalho e a falta de valorização profissional pela sociedade. Tais fatos se refletem não inserção do

farmacêutico na equipe de saúde de maneira efetiva e em seu não protagonismo na atuação técnico-científica. Entretanto, é a sociedade quem define o status de uma profissão. Se o ofício atende de maneira eficaz os seus anseios e suas necessidades, será valorizado; se atende parcialmente, receberá a valoração compatível. Dentro desse íterim, a Farmácia Universitária busca alterar essa realidade ao transformar o perfil de formação dos egressos, formando um profissional contemporâneo apto a propor soluções para os reais problemas da saúde pública brasileira.

Nesta seção foram discutidos os aspectos históricos da profissão farmacêutica, além de uma abordagem sobre como Farmácia Universitária oferece uma formação articulada ao contexto social, em consonância com os novos paradigmas atuais da profissão. Também foi abordada a introdução da farmácia clínica dentro do projeto e inovação curricular trazida pelas novas DCNs do curso de graduação em Farmácia.

2.3 A extensão universitária como ferramenta para formação de um novo perfil de profissional farmacêutico

A extensão universitária é uma importante ferramenta de interação entre a comunidade acadêmica e a sociedade, ao passo que promove o aprimoramento do ensino na formação de profissionais e presta serviços à população na qual está inserida. Através das práticas extensionistas, a universidade coloca sua erudição à disposição da comunidade, produz novos conhecimentos com a pesquisa, e os divulga com o ensino. Os alunos que participam dos programas de extensão têm a oportunidade de conhecer de perto a verdadeira realidade que encontrarão ao desempenhar suas atividades profissionais. Além do mais, é uma forma da universidade socializar e democratizar o conhecimento. A produção acadêmica não pode ser descolada da realidade que a circunda, como se fosse uma bolha impenetrável.

O artigo 207 da Constituição Federal de 1988 dispõe que "as universidades gozam de autonomia didático-científica, administrativa e de gestão financeira e patrimonial e obedecerão ao princípio da indissociabilidade entre ensino, pesquisa e extensão" (BRASIL, 1988). Portanto, ao instituir e promover as práticas

extensionistas, a universidade está cumprindo um preceito constitucional. A extensão permite que os conceitos e teorias aprendidos nas atividades de ensino sejam consolidados e complementados através da aplicação prática. O campo onde se desenvolve a extensão pode ser usado para a coleta de dados e informações, realização de estudos e pesquisas, visando o bom atendimento da comunidade e o avanço da ciência.

A pesquisa, o ensino e a extensão são interdependentes, complementares e precisam ter harmonia e valoração equivalente, pois formam um ciclo sistêmico que se retroalimenta. O ensino precisa da pesquisa para sua evolução, caso contrário será apenas um replicador de conhecimento, o que pode causar estagnação e atraso. A extensão é dependente dos conteúdos difundidos através do ensino para que sejam efetivados no plano fático. A pesquisa utiliza a extensão para conhecer a comunidade, estreitar laços, identificar carências, problematiza-las e propor mudanças que geram impacto e transformação social. Ao aproximar-se da população, notadamente as comunidades com baixos índices de desenvolvimento humano, a universidade entende para qual caminho deve direcionar sua produção científica.

Conforme Nogueira (2005), a extensão universitária não é tão recente assim. Surgiu na Inglaterra, na segunda metade do século XIX, como uma forma de educação continuada, cujo foco era a população adulta que não tinha acesso à universidade, e logo difundiu-se pelo continente europeu. De acordo com Paula (2013), a extensão chega aos Estados Unidos no fim do século XIX tendo como objetivo “a mobilização da universidade no enfrentamento de questões referentes à vida econômica no sentido da transferência de tecnologia, da maior aproximação da universidade com o setor empresarial” (PAULA, 2013, p. 9).

Ao contrário de diversos países latino-americanos, que tiveram universidades fundadas no século XVI, a universidade brasileira nasceu tardiamente, somente na primeira metade do século XX. A partir de 1911, inicialmente em São Paulo, depois no Rio de Janeiro e em Minas Gerais, atividades de extensão começaram a ocorrer em instituições de ensino superior no Brasil, porém com a repetição do modelo europeu de extensão: “educação continuada e educação voltada para as classes populares; extensão voltada para a prestação de serviços na área rural” (NOGUEIRA, 2005, p. 16-17).

Em 1931, surgiu Decreto do Estatuto das Universidades Brasileiras, mas este não menciona a extensão como uma função da universidade, limitando-se a divulgação de pesquisas dirigidas para pessoas com maior grau de instrução. Somente na década de 1960 que a extensão, na forma do conceito mais próximo da atualidade, indissociável do ensino e da pesquisa, assume ações de compromisso com as classes populares. Uma prova desse fato é a Reforma Universitária de 1968 (Lei 5.540/68), ao estabelecer que as universidades estendam à comunidade as atividades de ensino e os resultados da pesquisa, sob a forma de serviços especiais. A Constituição Federal de 1988 reafirmou o princípio da “indissociabilidade entre ensino, pesquisa e extensão” no artigo 207, e a LDB de 1996 (BRASIL, 1996), no artigo 43, estabeleceu a extensão universitária como uma das finalidades da universidade (GADOTTI, 2017).

Há duas vertentes da extensão universitária. A primeira entende a extensão como uma transmissão vertical do conhecimento, um serviço puramente assistencial, que desconsidera a cultura e o saber popular. Portanto, nessa limitada visão assistencialista, que despreza o saber válido da população não acadêmica, o que vem da sociedade para a universidade não tem importância. Há uma hierarquização do saber e a exclusão de um conhecimento cultural. A segunda vertente compreende o conhecimento local e entende os problemas sociais de sua proximidade (CALDERÓN, 2003). A Farmácia Universitária adota a segunda vertente, trabalhando através da formação crítica e a transformação social.

A curricularização da extensão universitária surgiu inicialmente no PNE 2001-2010, em suas metas 21 e 23, instituindo a “obrigatoriedade de 10% dos créditos curriculares exigidos para a graduação, integralizados em ações extensionistas”. Essa obrigatoriedade continuou no PNE de 2014-2024, na sua estratégia 7 da meta 12, mas com a seguinte redação: “assegurar, no mínimo, 10% (dez por cento) do total de créditos curriculares exigidos para a graduação em programas e projetos de extensão universitária, orientando sua ação, prioritariamente, para áreas de grande pertinência social”. No PNE vigente, a ideia de extensão é ampliada e ganha uma visão mais popular e emancipatória, visto que prioriza a questão social.

No entendimento de Ribeiro (2011), extensão ocupa um lugar de destaque na academia, pois funciona como um norte da produção e da socialização do conhecimento produzido no âmbito da universidade, efetivando a relevância social e política do ensino e da pesquisa. A autora defende uma a extensão universitária

processual, compromissada com mudanças sociais, com viés ideológico e discutida a partir da militância política dos docentes e discentes. Gadotti (2017) relata importantes pressupostos para o bom funcionamento da extensão universitária, cabendo aqui coleta de dados para verificar se estão presentes na Farmácia Universitária:

As universidades têm instâncias que precisam se manifestar em toda e qualquer mudança. São elas que aprovam as ações de extensão, os programas de bolsa para alunos, as formas de financiamento da Extensão Universitária, as formas de participação do aluno nas ações de extensão, o aproveitamento curricular do aluno pela participação em projetos, a valorização da participação do docente nas ações de extensão, as formas de participação da comunidade externa no processo decisório da extensão, as formas de participação de docentes nas ações de extensão, as formas de participação do corpo técnico-administrativos nas ações de extensão, etc (GADOTTI, 2017, p. 13)

O projeto Farmácia Regional Oeste foi fundamentado na responsabilidade social, configurado como um espaço democrático que permite um diálogo dinâmico entre a instituição e a sociedade, o que desenvolve na universidade um sentimento de pertença social. O projeto fomenta a construção de uma instituição comprometida com seus pares, na luta contra os problemas sociais de seu tempo. A parceria entre Farmácia Universitária e Prefeitura de Juiz de Fora permite o desenvolvimento de projetos de extensão relevantes, criando uma postura construtivista, desenvolvendo tanto nos alunos quanto nos professores, uma atitude investigativa de aprender fazendo, intervindo na realidade, construindo e reconstruindo o conhecimento.

Consoante Arroyo e Rocha (2010), os programas de extensão universitária são auspiciosos quando se desenvolvem como atos políticos, ou seja, como ações transformadoras de determinada situação social. “Os programas de extensão devem buscar desconstruir o restrito aspecto assistencialista e devem estar associados a iniciativas que promovam debates acerca das questões mais melindrosas, mais difíceis da organização de nossa sociedade” (ARROYO; ROCHA., 2010, p. 138). Contudo, as autoras alertam o perigo da extensão universitária servir como instrumento no processo de desresponsabilização do Estado de suas obrigações sociais com a população.

Nesta seção foi discutida a extensão universitária como ferramenta de interação entre a comunidade acadêmica e a sociedade, sendo uma importante forma de democratização do conhecimento. Não se trata de mera prática

assistencialista. Também foi estudado o histórico das práticas extensionistas nas universidades e sua fundamentação legal na Constituição de 1988. O projeto Farmácia Regional Oeste oferece vasto campo para o desenvolvimento da extensão universitária e desenvolvimento das ciências farmacêuticas.

2.4 Metodologia de pesquisa

Essa seção tem como objetivo apresentar e justificar os procedimentos metodológicos utilizados no desenvolvimento do presente estudo, relativos à pesquisa, amostragem e instrumento de coleta de dados. Este trabalho configura-se como um caso de gestão, no qual se pretende conhecer as repercussões proporcionadas pela implantação da parceria entre a Secretaria de Saúde da Prefeitura de Juiz de Fora a Faculdade de Farmácia e a Farmácia Universitária da Universidade Federal de Juiz de Fora. Demonstrar-se-á este estudo por meio de uma análise de entrevistas semiestruturadas com os principais atores envolvidos no funcionamento da Farmácia Regional Oeste, seja na gestão do projeto ou na execução das rotinas de atendimento.

O estudo de caso é uma ferramenta de pesquisa capaz de englobar diversos instrumentos investigativos, assim como observações empíricas do contexto da pesquisa.

Um estudo de caso é uma investigação empírica que investiga um fenômeno contemporâneo dentro de seu contexto da vida real, especialmente quando os limites entre o fenômeno e o contexto não estão claramente definidos. Em outras palavras, você poderia utilizar o método de estudo de caso quando deliberadamente quisesse lidar com condições contextuais - acreditando que elas poderiam ser altamente pertinentes ao seu fenômeno de estudo. (YIN, 2001, p. 32).

A pesquisa para elaboração do PAE sobre a implantação da Farmácia Regional Oeste na Farmácia Universitária da UFJF é desenvolvida fazendo uso da análise qualitativa. Os estudos qualitativos:

[...] têm como preocupação fundamental o estudo e a análise do mundo empírico em seu ambiente natural. Nessa abordagem valoriza-se o contato direto e prolongado do pesquisador com o ambiente e a situação que está sendo estudada. No trabalho intensivo de campo, os dados são coletados utilizando-se equipamentos como videoteipes e gravadores ou,

simplesmente, fazendo-se anotações num bloco de papel. Para esses pesquisadores um fenômeno pode ser mais bem observado e compreendido no contexto em que ocorre e do qual é parte. Aqui o pesquisador deve aprender a usar sua própria pessoa como o instrumento mais confiável de observação, seleção, análise e interpretação dos dados coletados (GODOY, 1995, p. 62).

A pesquisa qualitativa busca compreender os fenômenos pesquisados a partir das perspectivas dos participantes. O pesquisador, atuando como um observador externo, se vale da visão daqueles que estão imersos nos processos investigados para averiguar como determinados fenômenos ou práticas se manifestam nas atividades, interações e rotinas diárias (GODOY, 1995).

Conforme Minayo (2001), a pesquisa qualitativa se debruça sobre um nível de realidade que não pode ser quantificado, pois resulta de um viés não perceptível e não captável em equações e estatísticas. Todo o processo é iniciado com a fase exploratória da pesquisa:

interrogar-nos preliminarmente sobre o objeto, os pressupostos, as teorias pertinentes, a metodologia apropriada e as questões operacionais para levar a cabo o trabalho de campo. Seu foco fundamental é a construção do projeto de investigação (MINAYO, 2001, p.26).

A pesquisa qualitativa tem como características a adaptabilidade e a flexibilidade, sendo importante adequar os procedimentos e instrumentos de pesquisa sem a necessidade da padronização, ou seja, pode ser de acordo com a especificidade de cada ator que possui relação direta ou indireta com a Farmácia Universitária. É uma aproximação básica para observar o comportamento que ocorre no mundo real (GUNTHER, 2003).

No entendimento de André (2013), não é a atribuição de um nome que determina o rigor metodológico da pesquisa, mas o esclarecimento dos passos seguidos na realização da pesquisa. O estudo de caso pode ser intrínseco, instrumental ou coletivo. O caso que envolve a Farmácia Regional Oeste pode ser caracterizado como intrínseco, pois é uma experiência inovadora, que precisa ser investigada para identificar quais os elementos a constituem, o que a faz tão distintiva, que recursos foram necessários para atingir este nível, que valores a orientam e que resultados obteve. O estudo de caso não deve ser usado apenas para ilustrar ou debater sobre o tema, sempre tomando o devido cuidado para não

fazer estudo de campo, e sim, de caso. Na percepção de Duarte (2001), as entrevistas são fundamentais nas pesquisas de cunho qualitativo:

De um modo geral, pesquisas de cunho qualitativo exigem a realização de entrevistas, quase sempre longas e semiestruturadas. Nesses casos, a definição de critérios segundo os quais serão selecionados os sujeitos que vão compor o universo de investigação é algo primordial, pois interfere diretamente na qualidade das informações a partir das quais será possível construir a análise e chegar à compreensão mais ampla do problema delineado (DUARTE, 2001, p. 41).

Na metodologia de base qualitativa, o número de sujeitos que irão compor o quadro de entrevistas depende da qualidade das informações obtidas em cada depoimento, bem como da profundidade de conhecimento do caso e do grau de convergência ou divergência dos dados obtidos. Bauer e Gaskell (2002) sustentam que, na elaboração e planejamento do instrumento de coleta de dados, é preciso que o pesquisador já tenha desenvolvido um referencial teórico ou conceitual que norteie sua investigação e que tenha apontado os conceitos centrais e os temas que deverão ser vistos na pesquisa. Os autores destacam, também, a importância da transparência em pesquisa, que é uma espécie de “prestação pública de contas”, servindo de suporte para futuras replicações.

A entrevista é um dos métodos mais utilizados para a coleta de informações no campo. Quando corretamente executada e interpretada pelo pesquisador, ela alimenta a investigação com informações relevantes que podem conduzir o pesquisador a conclusões adequadas. As entrevistas funcionam como um complemento da pesquisa documental, e são úteis para obter dados internalizados no entrevistado, dizendo respeito a experiências vividas ou tendências futuras. As entrevistas semiestruturadas permitem inclusões, exclusões e mudanças nas perguntas, ou ainda uma explicação de alguma palavra ou termo não compreendido pelo entrevistado, conferindo um caráter de abertura (VERGARA, 2009).

Neste contexto, foram propostos, nos apêndices desse trabalho, os seguintes instrumentos: entrevistas semiestruturadas com o diretor da Faculdade de Farmácia, a coordenadora da Farmácia Universitária, a gerente do DAFI da Prefeitura de Juiz de Fora, residentes em Farmácia e alunos bolsistas da Farmácia Universitária. Foram agendadas entrevistas com os atores relacionados no quadro 3 seguindo um roteiro semiestruturado, sendo gravadas para registro formal. Todos os entrevistados foram escolhidos com cuidado para que sejam representativos do grupo social em

estudo, e possam trazer respostas mais abrangentes para o problema de investigação. Apesar dos entrevistados terem grande proximidade com a Farmácia Universitária, a escolha deu-se pelo critério da representatividade e não pela acessibilidade.

Quadro 3 – Sujeitos da pesquisa

Entrevistado	Formação	Sigla para identificação	Data da Entrevista
Diretor da Faculdade de Farmácia	Graduação em Farmácia/UFJF Doutorado em Saúde - Área de concentração Saúde Brasileira	DFF	06/08/2019
Coordenadora da Farmácia Universitária	Graduação em Farmácia/UFJF Doutorado em Ciências e Biotecnologia	CFU	14/08/2019
Gerente do DAFI da Prefeitura de Juiz de Fora	Graduação em Farmácia/UFJF	GDAF	21/08/2019
Bolsista da Farmácia Universitária	Graduando (a) em Farmácia	BOL1	13/08/2019
Bolsista da Farmácia Universitária	Graduando (a) em Farmácia	BOL2	13/08/2019
Bolsista da Farmácia Universitária Farmácia	Graduando (a) em Farmácia	BOL3	12/08/2019
Bolsista da Farmácia Universitária	Graduando (a) em Farmácia	BOL4	14/08/2019
Bolsista da Farmácia Universitária	Graduando (a) em Farmácia	BOL5	16/08/2019
Bolsista da Farmácia Universitária	Graduando (a) em Farmácia	BOL6	12/08/2019
Residente em Farmácia	Graduação (a) em Farmácia/UFJF	RES1	08/08/2019
Residente em Farmácia	Graduação (a) em Farmácia/UFJF	RES2	08/08/2019
Residente em Farmácia	Graduação (a) em Farmácia/UFJF	RES3	16/08/2019
Residente em Farmácia	Graduação (a) em Farmácia/UFJF	RES4	15/08/2019

Fonte: Raphael de Moraes Xavier, 2019.

Os sujeitos de pesquisa foram escolhidos de acordo com critérios previamente estabelecidos. O diretor da Faculdade de Farmácia é o responsável

geral pela administração do convênio na esfera da Farmácia Universitária. Ele conduziu as negociações com a Secretaria de Saúde de Juiz de Fora e conhece detalhadamente cada aspecto da parceria. Outro ponto relevante é que o processo de encerramento do antigo modelo de funcionamento da Farmácia Universitária e a reabertura sob a forma do modelo corrente ocorreu quando o atual diretor ocupava o cargo de vice-diretor da Faculdade de Farmácia.

A coordenadora da Farmácia Universitária é a farmacêutica responsável técnica pelo estabelecimento perante o Conselho Regional de Farmácia (CRF) e órgãos de vigilância sanitária. Ela supervisiona diretamente o trabalho dos técnico-administrativos em educação, dos discentes e residentes. É a profissional que delega funções, corrige procedimentos e pauta as reuniões de trabalho. Suas funções estão compreendidas no artigo 13 do Regimento Interno da Farmácia Universitária da UFJF:

- I – Responder legalmente pelas atividades técnicas desenvolvidas pela Farmácia Universitária, de acordo com a legislação em vigor.
- II – Planejar, coordenar e supervisionar as atividades técnicas da Farmácia em comum acordo com os Farmacêuticos substitutos.
- III – Coordenar e supervisionar as atividades de estágio, em comum acordo com os professores supervisores e em consonância com as recomendações da Comissão orientadora de estágio (COE) do Curso de Farmácia.
- IV – Apresentar semestralmente à Direção da Faculdade de Farmácia relatório das atividades desenvolvidas na Farmácia Universitária.
- V – Aprovar, juntamente com a Direção da Faculdade de Farmácia, estágios e atividades de educação continuada para profissionais farmacêuticos ou outros profissionais (UFJF, 2016).

Os alunos bolsistas que atuam na Farmácia Universitária foram selecionados através de prova escrita e entrevista e, portanto, são os alunos que possuem o perfil mais adequado para atuar na Farmácia Regional Oeste. A opção por entrevistar bolsistas e não estagiários se justifica, também, pelo fato do estágio curricular ter uma curta duração, cerca de 30 dias. Os bolsistas desenvolvem suas ações durante meses na Farmácia Universitária e tem um conhecimento mais aprofundado das atividades de rotina que ocorrem na parceria. Os projetos de extensão que envolvem ações exitosas dentro da Farmácia Regional Oeste sempre são inscritos e defendidos pelos bolsistas em mostras de extensão universitária, e alguns já foram premiados.

Já a entrevista com a gerente do DAFI do município de Juiz de Fora tem o objetivo de compreender importância da parceria sob a ótica da prefeitura. São investigadas as potencialidades que poderiam ser melhor exploradas e os benefícios do convênio de acordo com a visão da outra entidade pública responsável pelo acordo. A gerente do DAFI é a principal profissional da Prefeitura de Juiz de Fora que oferece o suporte ao projeto, e está engajada desde as primeiras negociações até o momento presente.

No período entre outubro de 2017 e agosto de 2018, foi realizada uma pesquisa dentro um trabalho de conclusão de curso que entrevistou 250 usuários da Farmácia Regional Oeste, cujo objetivo foi verificar o grau de satisfação dos pacientes frente aos serviços prestados pela Farmácia Universitária (SILVA, 2018). O projeto foi aprovado pelo Comitê de Ética e Pesquisa da UFJF sob o parecer número 2.456.597 e os dados cedidos pela pesquisadora. Neste ínterim, a percepção dos usuários contemplados pela parceria também será avaliada e utilizada como subsídio para a proposição do PAE.

O caso de gestão envolvendo a parceria entre uma universidade pública e uma prefeitura pode ser caracterizado como uma formação de uma nova política pública. Dentro desse espectro, Condé (2012) discute os ciclos de políticas, apresentando um conjunto de questões norteadoras para a análise da trajetória de políticas e programas, desde sua formulação até sua implementação no contexto da prática, assim como seus resultados/efeitos. Na perspectiva do ciclo de políticas, estas se estabelecem em torno de questões e bens públicos e apenas se manifestam a partir da existência de um problema. O ciclo de políticas de Condé (2012) será utilizado para a análise das entrevistas e demais aspectos observacionais que se farão presentes.

Conforme Condé (2012), as fases dos ciclos de políticas públicas são as seguintes: Agenda - é uma lista de questões significativas e conduzidas pelo poder constituído; Formulação - conversão de um problema em alternativas de solução, norteadas por diferentes estratégias e levando em conta o processo decisório sobre as alternativas apresentadas; Decisão - é a representação de escolhas orientadas conforme o processo, produzindo um desenho determinado, que pode ser leis, decretos, instruções normativas ou normas operacionais; Implementação - o teste da realidade, o lugar da ação; Monitoramento - acompanhamento da implementação que visa verificar o cumprimento das ordenações e corrigir erros; Avaliação -

verificação quanto ao cumprimento das metas, objetivos, alcance, eficiência, eficácia e efetividade.

Ainda visando ações prioritárias em prol da melhoria da qualidade dos serviços ofertados por uma organização, Condé (2012) destaca que a análise de uma dada política pública pode ser feita sob cinco macros dimensões: a) dimensão temporal, correlacionada a cada parte do ciclo de políticas (agenda, formulação, decisão, implementação, avaliação); b) dimensão de conteúdo, associada ao próprio desenho da política e após o reconhecimento das questões que a mesma deve sanar; c) dimensão do “quem faz”, pertinente aos atores envolvidos no processo; d) dimensão “onde”, “espacial”, apontada para a definição de quais são e como funcionam as instituições envolvidas; e) dimensão “como”, que expressa o processo de decisão e suas características.

Com o intuito de realizar a análise do problema descrito no capítulo anterior, foram feitas pesquisas em documentos legais e institucionais. Também foram coletados dados e evidências, bem como foram revistas referências de autores que pesquisam a temática que compõem os eixos investigativos deste trabalho.

2.4.1 Discurso dos principais atores envolvidos no projeto

Esta seção tem como objetivo analisar o discurso dos principais atores envolvidos na gestão e operacionalização da parceria que resultou na Farmácia Regional Oeste. Pelas falas de cada entrevistado, pode-se compreender qual é a percepção dos alunos da graduação, residentes e gestores acerca dos temas estabelecidos para análise. As perguntas foram separadas pelos seguintes temas: parceria entre entidades públicas: universidade e prefeitura; ciclo de políticas públicas (CONDÉ, 2012); ensino, pesquisa e extensão; currículo e formação. Conforme Rosa e Arnoldi (2006), a entrevista é uma técnica flexível e dirigida que prevê, previamente, os enfoques e as hipóteses da investigação, de acordo com a demanda do entrevistado.

Foi aplicado um roteiro fixo de perguntas previamente estabelecido, sempre considerando a singularidade da função de cada entrevistado. Portanto, os roteiros são específicos para cada classe de sujeitos. Após a apresentação dos objetivos e o convite para participação nesta pesquisa, todos os entrevistados gentilmente se

dispuseram a colaborar, não ocorrendo negativas para a cooperação neste trabalho. Todas as perguntas efetuadas foram claramente entendidas e respondidas. As entrevistas foram gravadas com o uso de aparelho celular, e as transcrições foram realizadas pelo pesquisador. Todos os entrevistados assinaram o termo de consentimento livre e esclarecido (Apêndice A).

2.4.1.1 Quanto à parceria entre entidades públicas: Universidade e Prefeitura

Esta seção analisa as perspectivas dos entrevistados acerca das seguintes temáticas: motivações que levaram a UFJF e a Prefeitura de Juiz de Fora a firmarem um acordo de cooperação; relevância do projeto para a população atendida e a Prefeitura de Juiz de Fora; possibilidade de expansão do projeto e replicação em outros espaços públicos.

Todos os participantes da pesquisa vislumbram a parceria como essencial. O entrevistado DFF destaca benefícios para a comunidade ao receber os serviços da universidade:

O mais importante no que se refere a essa parceria é a universidade poder levar à sociedade, através da parceria com o município, produtos e serviços que ela desenvolve para que a sociedade, de forma mais próxima, de forma mais prática, consiga usufruir desses produtos e serviços que universidade consegue produzir (ENTREVISTADO DFF, 2019).

A entrevistada GDAF destaca o atendimento de qualidade e os benefícios para a formação profissional dos futuros farmacêuticos:

No caso da parceria entre a Prefeitura de Juiz de Fora com a UFJF, através do projeto Farmácia Oeste é possível oferecer um atendimento de qualidade a população com recursos humanos adequados e estrutura física acolhedora. Ao mesmo tempo constitui-se um espaço de formação profissional que propicia o desenvolvimento de habilidades técnicas e humanísticas dos futuros profissionais para lidar com a realidade das condições de saúde dos indivíduos (ENTREVISTADA GDAF, 2019)

Os residentes em Farmácia destacam a importância de conhecer o cenário real do SUS:

Quando a gente entra numa faculdade pública temos uma formação mais voltada para o SUS. E quando temos a oportunidade de fazer um programa de especialização que está inserido no SUS, colocamos em prática tudo aquilo que foi trabalhado na faculdade (ENTREVISTADO RES3, 2019)

Eu acredito ser de extrema relevância essa parceria, uma vez que podemos vivenciar as reais condições da saúde pública da cidade em que atuamos. Na graduação, estudamos a saúde pública de modo teórico através de leis e políticas de saúde, e a possibilidade de presenciarmos o que foi estudado, desmistifica muitas ideias, confrontando a teoria com a realidade (ENTREVISTADO RES1, 2019).

Os autores Silva et al. (2011) fazem uma importante reflexão sobre a implantação de metodologia ativa de ensino-aprendizagem nos cenários de prática da graduação em Farmácia. Essa problematização forma profissionais mais críticos, reflexivos e melhor preparados para trabalhar em equipe. O farmacêutico com esse perfil é capaz de atuar no SUS articulado com o contexto social, contribuindo para a melhoria da qualidade de vida das pessoas (SILVA; MIGUEL; TEIXEIRA, 2011). O discurso dos alunos, nesse aspecto, é bastante similar ao dos residentes:

Os alunos como eu tem a possibilidade de ter contato com o paciente, com o serviço público como realmente ele é. Sendo assim, a gente consegue adquirir a experiência que talvez a gente só fosse conseguir depois de formado. Tendo isso durante a graduação capacita a gente cada vez mais, nos tornando profissionais de qualidade maior, experiências que não teríamos se não tivéssemos essa oportunidade (ENTREVISTADO BOL1, 2019).

A parceria entre a universidade pública e a prefeitura é relevante, de forma a proporcionar a nós alunos da graduação e da pós-graduação o contato efetivo com a comunidade e também com outros profissionais da área. Dessa forma, essa parceria permite que eu como aluna possa aplicar e colocar em prática tudo que aprendi teoricamente durante a minha formação, além de ter uma experiência que será um diferencial na minha futura atuação profissional (ENTREVISTADO BOL5).

A entrevistada CFU destaca que essa parceria cumpre os elementos do art. 200 da Constituição Federal de 1988, que versa sobre a formação de força de trabalho para o SUS:

A Constituição de 1988 preconiza o SUS como um ordenador da formação de recursos humanos, e estabelece a saúde como um direito de todos e dever do Estado. Essa parceria público-público entre universidade e prefeitura potencializa essa atribuição do SUS, que está no artigo 200 da Constituição (ENTREVISTADA CFU, 2019).

Outros entrevistados salientam que a parceria possibilita o retorno para a sociedade do investimento público feito nas universidades, e também enxergam uma forma do financiamento federal da educação de nível superior atingir o município:

A universidade possui investimentos oriundos de diversos tipos de recursos federais. Então, essa parceria consegue canalizar os recursos públicos federais diretamente aos usuários do município. É uma forma de agregarmos valor ao serviço público que é desenvolvido no município, já que através da universidade a gente consegue canalizar esses outros investimentos que são realizados (ENTREVISTADO DFF, 2019).

Quando a gente entra numa faculdade pública temos uma formação mais voltada para o SUS. E quando temos a oportunidade de fazer um programa de especialização que está inserido no SUS, colocamos em prática tudo aquilo que foi trabalhado na faculdade. Isso é muito importante para firmar os nossos conhecimentos e retribuir o fato de termos estudado numa universidade pública, para voltar como um agente de transformação e atuação no SUS (ENTREVISTADO RES3).

Sobre os benefícios desse acordo de cooperação para UFJF e Prefeitura de Juiz de Fora, os atores afirmam que ambos os lados da parceria tem muito a ganhar:

É importante essa parceria entre a Prefeitura de Juiz de Fora e a UFJF, pois ambas as partes são beneficiadas, tendo em vista que o atendimento que é ofertado aqui para a população na Farmácia Universitária é diferente do que é realizado em outras farmácias comunitárias de outros bairros, o que gera benefícios para os pacientes que usufruem desse atendimento (ENTREVISTADO BOL6, 2019).

Como a universidade é um meio de pesquisa e desenvolvimento, a prefeitura acaba recebendo os modelos mais atualizados e as tecnologias mais novas que são desenvolvidos dentro das universidades. O setor público também se beneficia com os alunos, que executam as atividades, favorecendo o funcionamento e fazendo o serviço ser menos demorado. E quanto à universidade, creio que é desejo dela integralizar ensino-serviço-comunidade (ENTREVISTADO BOL1, 2019).

O grande benefício para as entidades é qualificar o que elas se propõem a fazer. No caso da universidade é qualificar o seu ensino. Para a gente ter um bom processo de ensino-aprendizagem é preciso se aproximar do mundo real, mundo do trabalho, serviço não apenas restrito ao processo acadêmico. E para a prefeitura, a parceria já qualifica um serviço que ela já oferece. É uma parceria importante e estratégica, porque a prefeitura, sem necessidade de um grande investimento, tem uma qualificação muito grande do serviço que ela já oferece ao usuário (ENTREVISTADO DFF, 2019).

A entrevistada CFF utiliza importantes argumentos para justificar os benefícios da Farmácia Regional Oeste, como a economia de mão de obra e infraestrutura para a prefeitura, a melhoria nos índices de saúde da população e geração de uma imagem de entidades públicas que oferecem serviços de excelência

aos munícipes, o que reforça a significância da Prefeitura de Juiz de Fora e a UFJF para a sociedade:

E pensando no caráter mais prático, a prefeitura se beneficia por não necessitar disponibilizar infraestrutura para esse serviço de qualidade ser prestado e nem a mão de obra, que é por conta da universidade. Indiretamente ou a longo prazo, enxergo outros benefícios que podem surgir para a prefeitura ou para o país de modo geral, com por exemplo: o atendimento qualificado à população em condições de vulnerabilidade, que obedece ao princípio da equidade, a melhoria dos índices de saúde, o aumento na qualidade de vida da população, a redução de gastos com a atenção secundária e terciária, o aumento da resolubilidade da atenção primária, a melhora da razão entre população ativa e população dependente. O cidadão vai ficar mais tempo ativo se possuir melhores condições saúde. Ocorre também uma melhor comunicação entre a prefeitura e o cidadão, na medida em que o cidadão tem o maior grau de satisfação, pois ele vê que esse serviço é conveniado ao município, o que torna a imagem da prefeitura mais positiva (ENTREVISTADA CFU, 2019).

O contato próximo com a população também é muito bem avaliado pelos entrevistados, que relatam oportunidade de crescimento pessoal e profissional:

Quando temos a oportunidade do contato direto com a população, o atendimento passa a ser mais humanizado, direcionado e empático, rompendo as barreiras das técnicas e fórmulas prontas. Passamos a entender o contexto de vida de cada pessoa, personalizando o atendimento e buscando possíveis soluções para melhorar o dia a dia daquela pessoa, e não só analisando a sua farmacoterapia (ENTREVISTADO RES1, 2019).

Essa parceria permite que tenhamos contato com diversas situações desafiadoras, nas quais precisamos estudar, nos aprimorar e buscar informações para que possamos contribuir para a melhoria da saúde da população. O SUS é muito amplo e atende pessoas de diferentes realidades sociais e econômicas, fato que me permitiu vivenciar experiências novas e engrandecedoras, contribuindo muito para meu crescimento profissional e até mesmo pessoal (ENTREVISTADO RES3, 2019).

Eu digo que essa parceria é importante e deveria ser ampliada, porque é uma oportunidade dos alunos de graduação e pós-graduação ultrapassarem os muros da universidade e conhecer a população, suas necessidades e carências. E dessa forma, trabalhar para suprir essas demandas com um ganho que será mútuo. De um lado, há os alunos que estarão aplicando a teoria na prática e vão aprender com isso, e do outro há uma oferta de um serviço para a população, que é organizado e extremamente especializado (ENTREVISTADO RES4, 2019).

Essa proximidade, eu também acho muito benéfica e importante, porque nos permite experiências diferenciadas do que a gente vê lá na graduação. Somente na graduação, na faculdade não nos proporciona. E para minha formação, essa oportunidade é excelente, tanto para crescimento humano quanto profissional. Porque essa parceria nos oferece o contato com pessoas diferentes e também de realidades diferentes, o que faz aumentar a nossa percepção da realidade da população e as necessidades que a população tem (ENTREVISTADO BOL2, 2019).

Sobre a replicação do modelo da Farmácia Regional Oeste em outros espaços do município, o entrevistado DFF ressalta que a implantação nas UBS não seria apropriada, mas sim em farmácias regionais espalhadas pelo município:

Esse modelo de Farmácias Regionais pretende, se conseguir avançar, retirar as farmácias das Unidades Básicas de Saúde e regionalizar assistência farmacêutica através de estabelecimentos farmacêuticos, com pessoal qualificado e preparado para atender as demandas da população no que se refere ao serviço farmacêutico [...]. Hoje a gente tem as farmácias nas UBS, e muitas com espaço muito restritos, com os farmacêuticos dedicados quase que exclusivamente ao processo de dispensação, sem a possibilidade de ampliar a oferta de serviços farmacêuticos à população. O nosso modelo, devido à parceria estratégica, onde a universidade disponibiliza os recursos humanos para execução do projeto, a gente tem essa possibilidade de melhor controle do uso de medicamentos, uma melhor gestão logística dos medicamentos que a prefeitura disponibiliza e aumento da carta de serviços farmacêuticos ofertados à população. Isso não dá para fazer na farmácia da UBS. Mas se o projeto de se estabelecer Farmácias Regionais avançar é possível que este modelo implantado seja repetido nas outras Farmácias Regionais que a prefeitura implantar (ENTREVISTADO DFF, 2019).

A entrevistada GDAF também concorda que esse projeto pode ser utilizado pela prefeitura como modelo para expansão das farmácias regionais pelo município:

Diante do número crescente de indivíduos assistidos pelo serviço público de saúde e do subfinanciamento do SUS, pensar em Farmácias Regionalizadas pode ser uma alternativa de trabalho capaz de garantir qualidade e segurança do serviço prestado. Sendo assim o modelo de serviço da Farmácia Universitária, constitui-se uma importante referência para o município. Além de uma Assistência Farmacêutica Regionalizada, pode servir de respaldo para construção e atualização de serviços em outras UBS, adequando a realidade de cada uma (ENTREVISTADA GDAF, 2019).

O acordo de cooperação entre UFJF e Prefeitura de Juiz de Fora, que resultou na formação da Farmácia Regional Oeste, possui benefícios para ambos os contratantes, e também para a sociedade. A conclusão é que essa parceria proporciona: a melhoria da qualidade de vida da população, aumento da satisfação dos usuários pelo serviço público recebido, reforçando a importância da Prefeitura de Juiz de Fora e UFJF para a sociedade, economia de recursos humanos e infraestrutura para a prefeitura, cenário real de prática profissional para alunos e residentes, cumprimento de preceitos constitucionais sobre formação de força de trabalho para o SUS e investimento federal em educação transformando um contexto social. Além disso, a Farmácia Regional Oeste pode servir de base para a expansão desse modelo para as demais regiões do município.

2.4.1.2 Quanto às fases do Ciclo de Políticas públicas: agenda, formulação, decisão, implementação e avaliação

Nesta seção, a avaliação das perspectivas dos entrevistados tem como referencial as fases do ciclo de políticas públicas elaboradas por Condé (2012). As políticas públicas têm uma relação direta com a política e envolve relações de poder, e não há neutralidade ou ausência de interesses. A política é um meio de resolver problemas coletivos de forma pacífica. As políticas atuam em torno de questões públicas e em torno de bens públicos. Quanto ao papel dos atores e instituições, cabe nesta pesquisa um estudo sobre como funcionam e se estruturam, como influenciam e como dimensionam o seu papel (CONDÉ, 2012).

Quanto à agenda e formulação, o objetivo da pesquisa é identificar quais os principais problemas na esfera pública que essa parceria busca solucionar, além de entender o que provoca, como se manifesta, o que acontecerá se nada for feito. Neste sentido o entrevistado DFF afirma a parceria surgiu de uma necessidade de aproximação da academia com o SUS, além de ser uma alternativa para o funcionamento da Farmácia Universitária, já que a CGU recomendou o encerramento do antigo modelo de funcionamento, devido a razões explicadas no capítulo 1:

Então, a parceria surgiu uma ideia inicial de aproximação com serviço público para que a Faculdade de Farmácia, através da Farmácia Universitária, e a UFJF, na área de farmácia, pudesse se aproximar do serviço público de saúde. No segundo momento acabou sendo urgente a relação justamente pela impossibilidade da gente manter uma anterior que existia. E desde novembro de 2014, quando a gente recebeu as recomendações da CGU para que o modelo não continuasse, foi necessário intensificar o diálogo com a prefeitura, o que ocorreu a partir de fevereiro e março de 2015. Em abril de 2016, a gente teve a parceria concretizada com abertura da Farmácia Regional Oeste (ENTREVISTADO DFF, 2019).

Já a entrevistada GDAF ressalta, sob a ótica da Prefeitura de Juiz de Fora, que essa parceria proporcionou a implantação de uma farmácia regional, um projeto que a prefeitura já possuía, mas não estava operacionalizado:

A parceria partiu da necessidade de expansão do projeto de regionalização das farmácias no Município. Dentro dos moldes do projeto, estava previsto

uma unidade para atender a região administrativa Oeste e que fosse de fácil acesso aos moradores (ENTREVISTADA GDAF, 2019)

Quanto à decisão e implementação, o objetivo é analisar as variáveis que dificultam a implementação dessa política pública, as possíveis soluções na visão dos entrevistados e as estratégias adotadas. Ressalta-se que as alternativas para potencialidades não desenvolvidas são explanadas no capítulo 3. O entrevistado DFF afirma que os principais entraves para a parceria no momento se referem a expansão da cobertura do projeto para as demais UBS da região Oeste e também ao aumento do elenco de medicamentos dispensados:

Quando a gente firmou o primeiro convênio com a prefeitura, a proposta era ser uma Farmácia Regional Oeste, como o próprio nome diz. Ou seja, ser capaz de atender toda a região oeste do município. Consta no convênio que essa potencialidade deveria ser alcançada, dispensação para os usuários referenciados na UBS São Pedro, UBS Santos Dumont e UBS Borboleta. Sendo que no primeiro ano deveria ser imediatamente implantado para os usuários referenciados na UBS São Pedro, e a partir do segundo ano a expansão para as outras unidades básicas de saúde. A primeira etapa do projeto foi concretizada e a gente passou a atender os usuários referenciados na UBS São Pedro, que na verdade compõe mais de 50% dos usuários de toda região oeste. A gente já iniciou com a maior demanda de usuários da região oeste. Havia também o compromisso de expandir para medicamentos de outros componentes da assistência farmacêutica que não apenas os componentes da atenção básica (ENTREVISTADO DFF, 2019).

O entrevistado DFF afirma ainda que a concretização desta expansão está na dependência da prefeitura e conselhos locais de saúde decidirem por encerrar as atividades das farmácias das UBS e as transferir para a Farmácia Regional Oeste. O modelo de funcionamento de uma farmácia regional, com suas vantagens e desvantagens foi explicado no capítulo 1. A entrevistada CFU aponta a falta de integração como um empecilho para a parceria:

Embora nós tenhamos uma boa comunicação entre a gestão da prefeitura e Farmácia, no caso do nosso convênio, acho que ainda há aspectos a serem explorados, como o planejamento conjunto de ações. Eu vejo uma necessidade de uma aproximação maior na prática entre os atores, tanto aqui da Farmácia Universitária quanto da prefeitura, sejam eles da ponta, da área de assistência ou da gestão (ENTREVISTADA CFU).

O entrevistado GDAF tem a mesma percepção que a entrevistada CFU, e concorda que a integração entre as entidades públicas precisa ser aprimorada:

Por vezes, as multitarefas que precisamos desenvolver somado aos constantes desafios inerentes ao serviço público de saúde, nos impedem discutir e programar novas ações. Poderíamos promover ações que estreitassem a relação da Farmácia Oeste e a Secretária de Saúde. Entre outras poderia citar maior interação entre profissionais farmacêuticos visando à troca de experiências e reflexão sobre os serviços prestados. Outra aproximação importante seria a divulgação dos trabalhos acadêmicos desenvolvidos pela Farmácia Oeste para Secretaria de Saúde.

Todos os residentes em Farmácia entrevistados afirmaram que a falta de integração é um entrave ao desenvolvimento de suas atividades. Conforme o entrevistado RES1 (2019), “há um potencial ainda a ser explorado em nossa atuação, principalmente no que diz respeito à abertura para os farmacêuticos dentro das UBS e ambulatórios”. Sobre esse tema, os demais residentes ressaltam que:

Essa parceria nos mostra que há um campo aberto para expansão da atenção farmacêutica. Embora exerçamos o cuidado farmacêutico, vejo limitações como a não realização da prescrição farmacêutica, impossibilidade de solicitação de exames e dificuldade de encaminhamento de pacientes para outros níveis de atenção à saúde (ENTREVISTADO RES2, 2019).

O entrevistado RES2 concluiu que a falta de integração dificulta a expansão da atenção farmacêutica, visto que as atividades de prescrição farmacêutica, solicitação de exames e encaminhamentos de pacientes para serviços específicos dependem de pactuação entre prefeitura e UFJF. O entrevistado RES3 relata falta de comunicação e articulação com os profissionais da rede de saúde do município:

Percebo que há um distanciamento entre nós farmacêuticos e os outros profissionais de saúde, como médicos, dentistas, enfermeiros e nutricionistas, no qual todos atuam de forma muito independente. Acho que falta comunicação e articulação com os demais profissionais. Caso houvesse um caminho aberto de troca de informações e experiências, os pacientes seriam mais beneficiados e agilizaria mais as rotinas de atendimento (ENTREVISTADO RES3, 2019).

O entrevistado RES4 tem um entendimento muito parecido com RES3, e ainda alega que os atores de ambas as partes da parceria não conhecem a realidade um do outro.

Outra falha que vejo é o processo de comunicação entre a parceria. Os dois polos trabalham de forma conjunta, mas pouco integrada, havendo um distanciamento. Um atendimento começa na UBS e termina aqui, ou vice-versa, e mesmo estando regionalmente próximos, não está totalmente em conjunto. E como há essa falta de integração, algumas potencialidades são

perdidas. A farmácia, apesar de estar trabalhando em conjunto, não conhece a fundo a realidade da UBS, bem como a UBS não conhece bem o nosso trabalho (ENTREVISTADO RES4, 2019).

Quanto ao relacionamento com a prefeitura, o entrevistado DFF afirma que as tratativas sempre se pautaram pelo aspecto técnico, e não político, o que permite maior tranquilidade para desenvolver o projeto:

A Farmácia Universitária trata diretamente das questões técnicas do convênio diretamente com o Departamento de Assistência Farmacêutica da prefeitura. A gente não leva as discussões técnicas a nenhuma esfera política administrativa da prefeitura. É a Farmácia Universitária, através de seus gestores, coordenação local da Farmácia, a direção da Faculdade junto ao Departamento de Assistência Farmacêutica, através de sua coordenadora e os seus técnicos. Isso realmente tem permitido que a gente não sofra nenhum tipo de assédio e nenhum tipo de ingerência ou interferência de nenhum âmbito político, nem da universidade e nem da Prefeitura de Juiz de Fora (ENTREVISTADO DFF, 2019).

O entrevistado GDAF também analisa que a relação entre os gestores é adequada:

Existe uma boa comunicação entre a Farmácia Oeste e a Secretaria de Saúde, por meio do DAFI. Percebo uma receptividade de ambos os atores quando necessário discutir algum assunto ou planejar algum fluxo visando sempre atender critérios técnicos e um serviço de qualidade a população (ENTREVISTADO GDAF, 2019).

No tocante a mensuração do alcance dos objetivos da parceria (AVALIAÇÃO), o entrevistado DFF afirma que há indicadores de desempenho da parceria, mas que os mesmos precisam ser aprimorados:

O principal mecanismo de avaliação externa são os canais abertos tanto da Prefeitura de Juiz de Fora quanto da Universidade Federal de Juiz de Fora em relação às suas ouvidorias ou centrais de atendimento que recebem demandas. No que se refere à avaliação interna, do desenvolvimento do projeto, nós temos estabelecido no âmbito da parceria a possibilidade de reuniões regulares entre as partes para que a gente faça as discussões técnicas necessárias referentes ao desenvolvimento do projeto. Da nossa parte, em relação à Farmácia Universitária, nós temos indicadores de atendimento. Esses indicadores são regularmente remetidos à Prefeitura de Juiz de Fora para que se demonstre justamente a produtividade do serviço. O número de pacientes atendidos, número de medicamentos dispensados, índices de não atendimento. Esses indicadores que são gerados na Farmácia Universitária são remetidos à prefeitura para que ela possa então fazer o acompanhamento da produtividade do serviço. [...] Mas eu acho que sim, a gente precisa melhorar e ampliar esses mecanismos de avaliação, principalmente externos, para que a gente possa em alguns momentos

tentar corrigir possíveis distorções da execução do serviço (ENTREVISTADO DFF, 2019).

Segundo Dasko et al. (2009, p. 4), “a administração municipal precisa ser analisada sob o cenário contextual, mutável na linha do tempo, no qual a sociedade procura por mais informação, na expectativa de ser mais participativa, consciente e responsável pela coisa pública”. Ou seja, o autor destaca a necessidade e importância dos indicadores de gestão pública na análise de desempenho de entidades do setor. A entrevistada CFU ressalta que também vê fragilidades no uso de indicadores:

Eu ainda vejo uma certa fragilidade, vejo necessidade de aperfeiçoarmos essa avaliação. A universidade avalia com um olhar mais da pesquisa, de produtos de extensão, juntamente com o ensino. Mas sobre a questão do impacto na população, acho que precisamos de indicadores, e para isso necessitaríamos de aperfeiçoamento nos mecanismos de avaliação. Eu imagino que isso seria um ganho muito grande [...]. O que eu acho que pode melhorar nesses mecanismos de avaliação interna e externa é o estabelecimento de um instrumentos e indicadores, ou então um simpósio, um evento que retorne para os profissionais esses resultados. Internamente, eu acho que nós avaliamos mais. Mas a avaliação externa eu acho que precisa melhorar. É algo que tem que partir de ambos os lados, não apenas da parte da prefeitura (ENTREVISTADA CFU, 2019).

O entrevistado GDAF concorda com as falas dos demais atores quanto ao uso de indicadores e fala em necessidade de evolução nesses registros:

A parceria entre Farmácia Universitária e Prefeitura de Juiz de Fora, de fato constitui um excelente convênio, visto o grande benefício para população assistida. Porém, ainda são necessários evolução do registro e processamento de informações dos serviços prestados (ENTREVISTADO GDAF, 2019).

Portanto, é preciso aprimorar os mecanismos de avaliação interna e externa, estabelecendo quais são os procedimentos utilizados para avaliar e as finalidades da avaliação, e por fim, os usos que são feitos dos seus resultados. Como essa é uma fragilidade alegada pelos atores, foi realizada uma proposta de intervenção no PAE. Acerca do relacionamento entre os gestores, a conclusão é que está adequado, o que demonstra entrosamento entre as partes. Já a integração entre os profissionais que atuam na ponta precisa ser melhorada, sendo essa uma potencialidade que pode ser melhor explorada pelo projeto, o que também gerou uma proposta no PAE.

Um entrevistado alegou que a área de cobertura da Farmácia Regional Oeste precisa ser ampliada para UBS Santos Dumont e UBS Borboleta, mas que essa decisão cabe à prefeitura e ao Conselho Local de Saúde.

2.4.1.3 Quanto ao Ensino, Pesquisa e Extensão

Esta seção tem o objetivo de analisar a interseção do projeto Farmácia Regional Oeste com o ensino, pesquisa e extensão. Através do discurso dos atores entrevistados é verificado como a parceria proporciona o desenvolvimento e a execução de projetos de extensão, além de examinar como o ensino e a pesquisa têm sido abordados no âmbito do convênio.

A integração ensino, serviços de saúde e comunidade reflete positivamente na formação do futuro profissional de saúde, propiciando melhor preparo e engajamento para a consolidação da integralidade da saúde. O entrevistado DFF analisa como essa integração funciona na Farmácia Regional Oeste:

A formação de profissionais de saúde no Brasil tem que ser direcionada ao SUS. Isso está em legislação federal, na lei do SUS, na lei orgânica da saúde, consta na Constituição Federal. A formação de profissionais de saúde tem que passar pelo Sistema Único de Saúde. E não há como a formação passar pelo Sistema Único de Saúde se não houver uma integração entre ensino-serviço-comunidade. O que a gente consegue fazer com o modelo da Farmácia Regional Oeste é fazer parte da rede de atenção à saúde do município, o que facilita e permite essa integração ensino-serviço-comunidade de uma forma extremamente natural e simples. Seria possível que a gente fizesse a integração através da disponibilidade de serviços extras aos usuários do sistema público de saúde, através do oferecimento de projetos de extensão, de projetos de pesquisa que pudessem alcançar os usuários. Mas no modelo que a gente construiu, onde fazemos parte da rede de atenção à saúde, essa integração acaba sendo orgânica dentro do projeto. Isso é essencial para a formação dos estudantes na área de saúde e, no caso da farmácia, é essencial para que a gente forme um farmacêutico que entenda o contexto da sua inserção profissional, o contexto social que acontece com a maioria da população brasileira, a maioria dos usuários que eles vão encontrar após a sua formação. A integração é fundamental, está descrita nas legislações que abrangem tanto a área educacional quanto à área de saúde. Ela é fundamental para que a gente consiga formar bem os profissionais que vão ser entregues à sociedade ao final do seu curso (ENTREVISTADO DFF, 2019).

A entrevistada CFU (2019) tem entendimento semelhante sobre a importância dessa união: “Essa integração ensino-serviço-comunidade é um casamento perfeito, gerando essa união entre o potencial formativo no serviço e o potencial de inovação

da universidade”. Não resta dúvida quanto à importância e urgência do ensino-aprendizagem estar articulado com os serviços de saúde e a comunidade, pois representa uma alternativa tanto frente ao desafio da busca de mudanças efetivas na formação em saúde, quanto na implementação de melhoria da qualidade da atenção integral à saúde das pessoas (OLIVEIRA, 2007).

Como discutido no Capítulo 2, os projetos e programas de extensão são atividades dissociadas do caráter meramente assistencial. As ações devem apresentar sustentabilidade e integrar as atividades de ensino e pesquisa envolvendo alunos de graduação e pós-graduação. O entrevistado DFF conceitua a extensão universitária e reafirma sua importância para a Farmácia Universitária:

A extensão universitária é um dos tripés da função da universidade. Ocorre quando a universidade leva serviços à comunidade além dos seus muros, ou seja, além da comunidade acadêmica já existente. No caso de oferecimento de um serviço que a universidade faz a população, isso naturalmente é caracterizado como uma extensão universitária. A existência da Farmácia Universitária por si só já reflete a prestação de um serviço e concretiza a proposta da extensão universitária (ENTREVISTADO DFF, 2019).

No mesmo sentido, a entrevistada CFU argumenta que a comunidade é muito beneficiada pela extensão universitária:

A extensão dentro da farmácia é fundamental até mesmo para que nós tenhamos aqui, nesse cenário de prática, a indissociabilidade entre ensino pesquisa e extensão. Os projetos de extensão têm como foco ações direcionadas para a população, para a comunidade. Esses aspectos estão interligados e a atenção farmacêutica é um elo desse processo de retorno que tem que existir para a comunidade. E com isso, os discentes, técnicos-administrativos e docentes tem a oportunidade dessa interação com a comunidade por meio das ações e projetos de extensão (ENTREVISTADA CFU, 2019).

A educação superior tem por finalidade estimular a criação cultural e o desenvolvimento do pensamento científico e reflexivo; formar profissionais em diferentes áreas do conhecimento, aptos para se inserirem no mercado de trabalho; incentivar a pesquisa e a iniciação científica, bem como promoverem o desenvolvimento da ciência e da tecnologia e a difusão da cultura (BRASIL, 1996). Dentro desse entendimento, a articulação entre as disciplinas de um curso de graduação e o estágio no cenário real de prática confere uma dimensão formativa completa ao aluno, evitando reducionismos que se verificam na prática universitária:

ou se enfatiza a produção do novo saber, ou a intervenção nos processos sociais, ou a transmissão de conhecimentos na formação profissional (MOITA; ANDRADE, 2009). O entrevistado DFF explica como ocorre a interdisciplinaridade dentro do projeto:

Em relação à interdisciplinaridade, passar pela Farmácia Universitária permite que o aluno vivencie experiências relacionadas à prática profissional que são vinculadas a várias disciplinas do curso. Toda a área de aprendizagem relacionada ao processo de cuidado, desde a educação em saúde, dispensação de medicamentos, serviços farmacêuticos oferecidos aos usuários, passando pela parte de legislação, quando ele reflete sobre as legislações que são aplicadas à farmácia, até a parte da formação magistral, que envolve tanto a manipulação alopática quanto a manipulação homeopática. [...] São diversas as disciplinas envolvidas no mesmo ato profissional, por isso que o ensino através da vivência prática, da inserção do aluno no mundo do trabalho, no cenário real de desenvolvimento da atividade profissional é fundamental para que a gente alcance essa interdisciplinaridade necessária para o desenvolvimento das atividades (ENTREVISTADO DFF, 2019)

Segundo Rossoni e Lampert (2004), há uma resistência do professor em romper com os limites da sua própria formação fragmentada e construir relações com outras áreas do conhecimento, inclusive oportunizando aos alunos cenários diversificados de prática na realidade local. No total de trinta professores da Faculdade de Farmácia de UFJF, há dois professores desenvolvendo atividades de ensino, pesquisa e extensão dentro da Farmácia Regional Oeste. A entrevistada CFU analisa que o cenário de prática oferecido pelo projeto Farmácia Regional Oeste ainda é subutilizado, o que leva a concluir que a interdisciplinaridade com as demais áreas da Faculdade de Farmácia pode ser mais bem explorada:

Quando a gente pensa como essa parceria tem sido utilizada no âmbito do ensino, eu vejo que na área de assistência farmacêutica, atenção farmacêutica e na área de atenção clínica, nós temos explorado muito mais essa parceria. Temos nos beneficiado muito dessa parceria. Estamos gerando trabalho de pesquisa de extensão e de treinamento profissional. Na área de assistência, sim precisamos crescer, precisamos melhorar em relação principalmente aos alunos de graduação. As aulas práticas têm um potencial de crescimento. Algumas aulas práticas acontecem aqui, mas temos potencial para que aconteçam mais essas aulas. Temos uma limitação de espaço físico em relação ao número de alunos, residentes e bolsistas. Essa questão de infraestrutura precisa ser equacionada. Mas em termos de conteúdo, eu acho que estamos explorando bem na área de assistência farmacêutica e atenção farmacêutica. Mas pensando na interdisciplinaridade, eu acho que está subutilizado este espaço. Nós temos um potencial para interagir com a área tecnológica em virtude dos laboratórios que nós temos aqui. Nesse aspecto eu acho que está pouco explorado para que o aluno possa fazer a articulação de conhecimentos que ele adquiriu no curso de Farmácia. Se tivessem atividades práticas aqui ou

acontecesse mais projetos de pesquisa de professores da área tecnológica ou de gestão, nós aumentaríamos o nosso potencial. Porque aqui é um cenário real, um lugar de produção de informações riquíssimas que outras áreas e outras unidades curriculares não estão aproveitando (ENTREVISTADA CFU, 2019).

A vivência de alunos e docentes na realidade local é fundamental para a formação em saúde condizente com as necessidades do SUS. As disciplinas ofertadas devem integrar conteúdos práticos e teóricos, seguindo uma ordem que garanta a aplicação do conteúdo programático proposto, nunca dissociada da formação humanística e assistencial. O estágio realizado dentro do projeto Farmácia Regional Oeste oferece essa interface. Entretanto, os alunos bolsistas argumentam que há uma necessidade de ampliação da participação discente no processo de cuidado farmacêutico desenvolvido na Farmácia Universitária:

Um lado para mim que poderia ser mais explorado é o consultório farmacêutico. O aluno vai poder ter contato maior ainda com o paciente, e vai poder explorar uma área de conhecimento muito maior, tanto sobre interações medicamentosas, uso correto de medicamentos, a funcionalidade dele, e também acredito que a gente vai poder avaliar se realmente o que a gente aprendeu na dispensação foi eficaz. Vai ser uma forma de ter certeza se a dispensação que a gente fez realmente foi correta, porque no consultório farmacêutico a gente avalia essas interações entre medicamentos e consegue fazer intervenção para melhorar (ENTREVISTADO BOL3, 2019).

Acredito que poderia explorar a participação dos alunos em outros setores, como consultório de atendimento farmacêutico no qual atuam os residentes, ou em outros serviços oferecidos pela prefeitura no que diz respeito à área farmacêutica (ENTREVISTADO BOL4, 2019).

Como potencialidade não explorada, apontaria o fato dos estudantes não participarem da consulta farmacêutica, a qual seria uma oportunidade de maior desenvolvimento das habilidades assistenciais dos estudantes (ENTREVISTADO BOL5, 2019).

Em relação às potencialidades que não foram exploradas e que eu acho importante, é a participação em outras farmácias de outras unidades básicas de saúde, e também da nossa participação no consultório farmacêutico para a gente acompanhar os pacientes. Acho que isso iria agregar muito na nossa formação, iria fornecer diferentes experiências para nós estudantes, que é o que a gente não vê na graduação, na formação lá na faculdade (ENTREVISTADO BOL2, 2019).

A área que não é muito bem explorada é a atenção farmacêutica, que são as consultas e o acompanhamento dos pacientes. Devido à estrutura, não é possível que os estagiários acompanhem os farmacêuticos e residentes. Eu acho que a faculdade deve pensar nisso e nos oferecer um espaço que possamos acompanhar os residentes e farmacêuticos para que a gente tenha aprendido nessa área. Com a reforma curricular haverá o foco maior na farmácia clínica, então eu acho muito importante que tenha esse

espaço para a gente acompanhar esse serviço farmacêutico (ENTREVISTADO BOL1, 2019).

Aumentar a qualidade da pesquisa e diminuir o número de estudos replicados é uma dificuldade dentro da academia. O desafio para o projeto Farmácia Regional Oeste no âmbito da pesquisa é extrapolar as fronteiras do conhecimento das Ciências Farmacêuticas, trazendo novas ferramentas e perspectivas que contribuam com pesquisas inovadoras, e que apresentem aplicação direta para a sociedade. O entrevistado DFF argumenta que a parceria potencializou a capacidade de desenvolvimento de projetos relacionados aos dados e à diversidade de atividades que são desenvolvidas na Farmácia Universitária, mas pode ser mais bem explorada:

Esse novo projeto potencializou a nossa capacidade de gerar informação relacionada ao serviço que é oferecido, especialmente no âmbito da assistência farmacêutica e do cuidado farmacêutico. É uma potencialidade que pode ser mais explorada. A exploração dessas informações virá com a ampliação da atuação docente nas áreas de assistência e cuidado farmacêutico aqui na Farmácia Universitária. Isso também a gente está conseguindo avançar no âmbito de nosso departamento. Acredito que a gente já consegue demonstrar essa melhoria, esse avanço. Mas esse é um potencial bastante grande a ser explorado ainda com projeto (ENTREVISTADO DFF, 2019).

A entrevistada CFU também concorda sobre a importância da Farmácia Regional Oeste como campo de pesquisa, e ainda enumera algumas possibilidades:

No programa de cuidado farmacêutico, por exemplo, acompanhamos os pacientes, temos prontuários e o registro da evolução clínica dos pacientes. São diversos exemplos que nem tenho como enumerá-los agora, mas é uma fonte de informação intermináveis, podemos estudar vários aspectos. Só exemplificando, alguns trabalhos estão estudando como os pacientes que convivem com diabetes estão entendendo a sua condição de saúde, como que estão utilizando os seus medicamentos, quais os desfechos clínicos que eles estão obtendo, interação com médicos e com outros setores, saúde mental, avaliação de medicamentos que são prescritos para idosos e são inadequados. As possibilidades de pesquisa são imensas aqui e nos beneficiamos muito com a Farmácia Regional Oeste (ENTREVISTADA CFU, 2019).

O princípio da não dissociabilidade entre ensino, pesquisa e extensão reflete um conceito de qualidade do trabalho acadêmico que favorece a aproximação entre universidade e sociedade, a autorreflexão crítica, a emancipação teórica e prática dos estudantes e o significado social do trabalho acadêmico (BRASIL,1996). A

pesquisa de campo demonstrou que no âmbito do ensino, a parceria permite que o aluno vivencie experiências relacionadas à prática profissional que são vinculadas a várias disciplinas do curso, além da aprendizagem relacionada ao processo de cuidado, desde a educação em saúde até a dispensação de medicamentos. Quanto à pesquisa, o projeto potencializou a capacidade de gerar informação relacionada ao serviço que é oferecido, especialmente no âmbito da assistência farmacêutica e do cuidado farmacêutico. A extensão ocorre quando a universidade leva serviços à comunidade, ou seja, ocorre naturalmente dentro da Farmácia Regional Oeste.

Todavia, o discurso dos atores evidenciou que os alunos não estão totalmente inseridos nas atividades desenvolvidas pela Farmácia Regional Oeste. Outro fato relevante é que o potencial de interdisciplinaridade que o projeto oferece é explorado por somente dois professores da Faculdade de Farmácia. Como os estágios são um meio de os acadêmicos vivenciarem a prática profissional, entende-se que este é um momento essencial para que a interdisciplinaridade seja experimentada. O PAE proposto no Capítulo 3 apresenta alternativas para suprir essas potencialidades parcialmente exploradas.

2.4.1.4 Quanto ao currículo e formação do aluno para o mercado de trabalho

As DCNs de 2017 para o curso de graduação em Farmácia geraram um desafio para as instituições de ensino superior. A legislação inovou ao propor uma formação de profissionais de saúde mais humanistas, capazes de trabalhar em equipe e voltados para a integralidade da atenção à saúde, valorizando a prática interdisciplinar. Essa seção tem o objetivo de verificar a adequação da Farmácia Regional Oeste a essas novas DCNs, além de analisar a formação profissional em um cenário de prática do SUS.

A entrevistada CFU argumenta que as alterações trazidas pelas novas DCNs convergem para as atividades que já são desenvolvidas pela Farmácia Regional Oeste:

Eu vejo que essa parceria vai ser afetada positivamente. A reforma curricular também vai ser afetada positivamente. Essa parceria vai trazer benefícios para a reforma. O nosso currículo vai passar de um currículo baseado em aprendizagens por conteúdo para um currículo de

aprendizagem por competência. Tendo como pressuposto um cenário real, nós podemos atingir as competências finais, ou seja, o aluno vai ser capaz de criar, de sintetizar, de reproduzir essas ações, e não simplesmente observar, ver alguém fazendo. As novas DCNs para o curso de Farmácia já convergem para tudo que acontece aqui. E tudo que ocorre aqui vai contribuir para que essas diretrizes sejam implementadas. Com relação aos eixos, nós temos o eixo cuidado farmacêutico, que vai ser muito beneficiado com essa parceria. Mesmo não tendo aqui atividades específicas de análises clínicas, que estão incluídas dentro do eixo cuidado, ela acaba se beneficiando indiretamente. Os eixos tecnológico e o de gestão são os que precisamos investir mais e incentivar as pesquisas aqui no nosso cenário da Farmácia Oeste (ENTREVISTADA CFU, 2019).

Ainda conforme o discurso da entrevistada CFU, nota-se o compromisso do centro formador com o novo perfil que é requerido do egresso na área da saúde, e que o cenário real de prática da Farmácia Universitária propicia essa nova realidade. Além da aquisição de habilidades para a atuação profissional, as atividades do estágio no âmbito da parceria instigam a criatividade dos alunos, a liderança, a comunicação e a tomada de decisões. Segundo Feuerwerker (2003), devido à velocidade da produção de conhecimentos novos, é impossível estar atualizado tempo real. Contudo, o estudante precisa aprender o essencial e, o mais importante, aprender a aprender criticamente.

O entrevistado DFF também afirma que a Farmácia Universitária está pronta para a implantação das novas DCNs:

A minha concepção é que a gente, através da Farmácia Universitária no modelo atual, já consegue alcançar determinados objetivos que estão previstos pelas novas DCNs. Podemos avançar em alguns aspectos, mas a gente já faz algumas coisas que as novas DCNs determinam, entre elas, ter a Farmácia Universitária, e a nossa, no caso, é própria, isso é uma qualidade a mais. A segunda coisa que as DCNs determinam é que todos os alunos do curso passem pela Farmácia Universitária, e nós já temos um estágio obrigatório para 100% dos alunos. Os serviços disponibilizados na Farmácia Universitária hoje já contemplam grande parte do que as novas DCNs preveem para formação de competências. Ou seja, nós já temos um cenário adaptado às novas exigências. O que a gente vai precisar efetivamente qualificar são os tipos de experiências que os alunos vivenciam aqui na farmácia (ENTREVISTADO DFF, 2019)

Nota-se, portanto, que houve uma antecipação da adequação da Farmácia Universitária às DCNs de 2017, sendo necessários poucos ajustes. O cuidado em saúde foi incorporado à proposta como principal eixo estruturante da formação dos futuros farmacêuticos. A atividade clínica já é proposta e realizada na Farmácia Universitária desde o início da parceria da parceria com a Prefeitura de Juiz de Fora.

Acerca da importância de oferecer um currículo no qual o aluno esteja imerso no SUS, a entrevistada CFU argumenta que todos têm a ganhar, e que a menor interação com a iniciativa privada não gera empecilhos:

Nessa semana mesmo, discutimos em sala de aula sobre essa questão e eu perguntei para os alunos: por que formar para o SUS? No início da nossa entrevista, eu falei dos 80% da população dependente do SUS, e isso é muito significativo no nosso país, em torno de 168 a 170 milhões de pessoas. Então, nós precisamos atender a essa demanda. Precisamos considerar a transição epidemiológica que houve, a transição demográfica e o envelhecimento populacional, quando a gente pensa na necessária mudança da lógica do nosso sistema de saúde. Esse sistema era preparado para atender doenças agudas, centrado nos médicos e nos hospitais, cujo modelo é conhecido como biomédico hospitalocêntrico. Mas isso vem mudando nos últimos anos. Hoje nós precisamos de um sistema de saúde que atenda a condições crônicas. Sobre formar para o SUS prioritariamente, se o aluno está preparado para esse contexto, ele está preparado para atuar em qualquer lugar (ENTREVISTADA CFU, 2019).

Os profissionais das áreas da educação, saúde e sociais são os que têm uma relação mais próxima com a população de baixa renda. Os discentes imersos no contexto do SUS aprendem a serem sensíveis e críticos com o cotidiano da miséria, da violência, da fome e do desemprego, buscando e oferecendo soluções para esses graves problemas brasileiros. Por isso, o estágio em ambiente do SUS não é uma possibilidade, e sim uma obrigação estabelecida no art. 8º §4º das DCNs de 2017: “Os estágios obrigatórios, mencionados no parágrafo anterior, devem contemplar cenários de prática do SUS nos diversos níveis de complexidade” (BRASIL, 2017).

O entrevistado DFF afirma que o contexto da Farmácia Regional Oeste permite que os alunos desenvolvam habilidades que os capacitam para a gestão do cuidado farmacêutico e gestão sanitária de estabelecimentos:

Os estabelecimentos farmacêuticos têm três grandes áreas de atuação do profissional farmacêutico: a área de gestão empresarial, que é uma possibilidade para quem é empreendedor, quem é o proprietário; a parte de gestão sanitária, isso é para o farmacêutico, independente dele ser o proprietário ou simplesmente ser o farmacêutico responsável técnico; e a gestão do cuidado, que é a parte dos serviços farmacêuticos que são oferecidos no âmbito das farmácias. Quando a gente tem uma farmácia comercial, temos essas três vertentes. A gente pode até dizer que a gestão administrativa pode ser pública ou privada. Na farmácia comercial a gente tem uma gestão privada, uma gestão sanitária e uma gestão do processo de cuidado. A Farmácia Universitária é uma farmácia pública, com gestão pública. A gente tem gestão sanitária, porque a gente é uma farmácia com registro sanitário como qualquer outra. E temos gestão do cuidado, temos o consultório com serviços farmacêuticos disponibilizados direto aos usuários.

Hoje os alunos passam por aqui e ficam muito vinculados à gestão do cuidado e nos processos de dispensação de medicamentos. Eu acho que a gente precisa avançar no processo de ensino-aprendizagem onde o aluno vai passar também pela gestão sanitária, ter ideia do que ocorre na gestão sanitária da farmácia, passar também pela gestão pública que ocorre aqui. E aí a gente vai formar nos nossos alunos uma ampla capacidade de atuação nesses segmentos (ENTREVISTADO DFF, 2019).

Conforme Souza e Bastos (2016), o aprendizado no SUS propicia o desenvolvimento de conhecimento técnico e o uso de habilidades e atitudes frente às necessidades do sistema de saúde. Os autores afirmam também que a falta de oportunidades em vivenciar o SUS, seja através de estágios ou atividades de extensão, leva a deficiências na formação do farmacêutico.

A partir da análise do discurso dos atores, infere-se que, através do projeto Farmácia Regional Oeste, houve uma antecipação da Farmácia Universitária no atendimento de importantes pontos dessa nova legislação educacional que causará profundo impacto no ensino farmacêutico no Brasil. Através da pesquisa de campo, ficou evidenciado que a parceria trouxe benefícios para a formação profissional e humanística dos alunos.

3. PLANO DE AÇÃO EDUCACIONAL

Neste capítulo apresenta-se um Plano de Ação Educacional com os objetivos de aprimorar a parceria e melhorar a qualidade das atividades oferecidas aos alunos e residentes no âmbito da Farmácia Regional Oeste. Foram identificados os seguintes aspectos da Farmácia Regional Oeste que podem ser melhor aproveitados: integração entre os atores que atuam na parceria, inserção dos alunos nos serviços de cuidado farmacêutico, aproveitamento da Farmácia Universitária para ensino, pesquisa e extensão pelos docentes da Faculdade de Farmácia e uso de indicadores internos e externos da parceria. Após identificar as potencialidades do projeto parcialmente ou totalmente não exploradas são propostas alternativas para a melhoria do quadro apresentado.

Para nortear a execução do PAE, utilizou-se a ferramenta de planejamento 5W2H. Essa nomenclatura tem origem nos termos da língua inglesa What, Who, Where, Why, When, How, How Much. conforme Candeloro (2003, n.p.), essa metodologia “é um tipo de checklist utilizado para garantir que a operação seja conduzida sem nenhuma dúvida por parte das chefias e subordinados”. Esse modelo também auxilia na estruturação de planos de ação em diversos campos de conhecimento a partir das repostas para as questões chaves que apoiam o planejamento de uma forma geral (DAYCHOUW, 2007).

O quadro 4 apresenta as sete perguntas que orientam a construção do 5W2H:

Quadro 4 - Perguntas do método 5W2H

5W	What (O quê?)	O que será feito (etapas)
	Who (Quem?)	Por quem será feito (responsabilidade)
	Where (Onde?)	Onde será feito (local)
	When (Quando?)	Quando será feito (tempo)
	Why (Por quê?)	Por que será feito (justificativa)

2H	How (Como?)	Como será feito (método)
	How Much (Quanto custa?)	Quanto custará fazer (custo)

Fonte: Adaptado de Candeloro (2003)

Portanto, o 5w2h é uma essencial ferramenta de gestão com foco no planejamento, eliminando qualquer dúvida que possa surgir sobre um processo ou sua atividade. As ações propostas não devem apresentar efeito colateral, caso contrário será preciso tomar outras ações para eliminá-lo. Trata-se de uma técnica simples, funcional e muito útil na hora de organizar o que será feito. Apresenta como pontos positivos o fato de não demandar grandes investimentos, de poder ser aplicada em qualquer projeto e de ser simples de ser manuseada (LISBOA; GODOY, 2012).

3.1 Proposta 1: Quanto à melhoria da integração entre os atores que atuam na parceria

No decorrer da pesquisa de campo, ficou evidenciado que a integração entre a Farmácia Universitária e os demais serviços de saúde do município pode ser aprimorada. Como demonstrado nas análises das entrevistas, alguns atores expressaram a existência de empecilhos quanto à comunicação com os demais profissionais da rede de saúde e lacunas na articulação dos serviços. Conforme Oliveira (2007), o trabalho em equipe é fundamental para a concepção pactuada e compartilhada de um projeto terapêutico, implicando em compartilhamento de percepções e reflexões entre profissionais de diferentes áreas do conhecimento.

A articulação das ações, a coordenação, a integração dos saberes e a interação dos agentes ocorrem por meio da comunicação entre as equipes de saúde, e decorrem da relação recíproca entre trabalho e interação. O art. 7º, inc. II da Lei 8.080 de 1990 ratifica o princípio da integralidade de assistência no SUS, “entendida como conjunto articulado e contínuo das ações e serviços preventivos e curativos, individuais e coletivos, exigidos para cada caso em todos os níveis de complexidade do sistema”. Segundo Peduzzi (2001), por meio dessa integração, caracterizada pela busca de consensos, os profissionais podem discutir mutuamente

o trabalho cotidiano e construir um projeto comum relativo às necessidades de saúde dos usuários.

O serviço de farmácia deve constituir-se como referência para informações técnico-científicas sobre medicamentos para a saúde local e seus profissionais, como um serviço de apoio à clínica. O aumento da integração entre os serviços de saúde traz diversos benefícios, como: articulação dos saberes, racionalização dos serviços, melhor divisão do trabalho e aumento da resolubilidade em ações de saúde. Além do mais, essa articulação permite que a farmácia não fique reduzida a uma função logístico-administrativa, sem relação com o processo de atenção à saúde dos pacientes. Ou seja, promove a superação do binômio aquisição/distribuição de medicamentos.

Esta proposta tem como objetivo a criação de estratégias para superar a fragmentação entre os sistemas de saúde, mediante definição de fluxos articulados e sincronizados, que influenciam e são influenciados pelas diversas áreas dos serviços de saúde. Isto é, visa à formação de um projeto assistencial comum, construído por meio da relação entre execução de intervenções técnicas e comunicação dos profissionais. Ações propostas para aumentar a articulação do projeto Farmácia Regional Oeste com os demais serviços de saúde do município:

- Apresentar trabalhos, organizar os fluxos internos entre as partes, eventos, cursos, palestras, ações educativas na área de Assistência Farmacêutica e Saúde Pública com vistas ao aprimoramento dos serviços;
- Estabelecimento de fluxos formais de encaminhamento de pacientes;
- Participar das reuniões técnicas de equipes de saúde (discussão de casos clínicos, condutas, sugestões e observações);
- Assessorar os profissionais das Unidades de Saúde nas questões relacionadas à Assistência Farmacêutica;
- Realizar visitas domiciliares em conjunto com os demais profissionais de saúde;
- Fornecer orientações técnicas e sobre medicamentos para os profissionais de saúde;
- Disponibilizar informações que possibilitem o acompanhamento, monitoramento e avaliação das ações e serviços da Assistência Farmacêutica;
- Utilizar a Farmácia Universitária como espaço de educação permanente e a capacitação dos profissionais na lógica das redes de Atenção à Saúde;

- Participação no serviço de referência e contra-referência.

Conforme Fratini (2008), referência em sistemas de saúde representa o maior grau de complexidade, sendo um local de atendimento com níveis de especialização mais complexos, como os hospitais e as clínicas especializadas. Já a contra-referência ocorre quando o paciente é encaminhado para uma unidade de menor complexidade para dar seguimento ao tratamento. Assim, “o cidadão pode ser contra-referenciado, isto é, conduzido para um atendimento em nível mais primário” (FRATINI, 2008, p.67), devendo ser esta a unidade de saúde mais próxima de seu domicílio.

Não raro, durante o atendimento no consultório farmacêutico, as informações são obtidas através do próprio paciente, que não teve acesso ao seu prontuário. Contudo, o mesmo não é capaz de relatar com precisão dados sobre o atendimento ou sobre quem o atendeu nos outros serviços de saúde. Com a integração da Farmácia Regional Oeste dentro do sistema de referência e contra-referência, os atores do projeto terão acesso a um relatório elaborado por um médico especialista, ou qualquer outro profissional envolvido com o caso do paciente. Dessa forma, será possível conhecer as principais hipóteses diagnósticas, condutas e tipo de abordagem de quem realiza a referência. Tal prática aperfeiçoa o cuidado, a promoção da saúde e evita a duplicação de trabalho e custos.

Quadro 5 – Melhoria da integração entre os atores que atuam na parceria

5W	What (O quê?)	Integrar as atividades do projeto Farmácia Regional Oeste com os demais serviços de saúde
	Who (Quem?)	Docentes, residentes, alunos farmacêuticos.
	Where (Onde?)	Farmácia Regional Oeste.
	When (Quando?)	Ao longo de 2020.
	Why (Por quê?)	Aumentar articulação dos saberes, a racionalização dos serviços, melhorar a divisão do trabalho e aumentar a resolubilidade em ações de

		saúde.
2H	How (Como?)	Discutindo mutuamente o trabalho cotidiano através da organização de fluxos entre as partes, apresentação de cursos, palestras e ações educativas, participação no sistema de referência e contra-referência.
	How Much (Quanto custa?)	Horas trabalhadas pelos servidores envolvidos na intervenção.

Fonte: Raphael de Moraes Xavier, 2019.

Essa seção procurou demonstrar os benefícios que a articulação entre os serviços de saúde traz para os atores que atuam no sistema e para os pacientes. O princípio da integralidade do SUS está diretamente relacionado ao trânsito e fluxo de trabalho da rede de atenção à saúde. A troca de informações eficaz entre os diferentes atores permite a criação de um ambiente favorável à abordagem do paciente, e por outro lado, conduz à complementaridade e à interdependência entre os trabalhos especializados da atenção integral à saúde.

3.2 Proposta 2: Quanto ao aumento da inserção dos alunos nos serviços de cuidado farmacêutico

Por meio da pesquisa de campo, ficou evidenciado que há uma lacuna quanto à participação dos alunos da graduação nos serviços de cuidado farmacêutico. Os discentes desenvolvem ativamente a dispensação de medicamentos, entretanto relatam que as atividades do consultório farmacêutico ainda não estão acessíveis para todos os atores. A inserção dos alunos em todas as rotinas da Farmácia Universitária tem potencial para gerar novas práticas e experiências pedagógicas, favorecendo o processo de formação do futuro profissional.

No ensino, um dos grandes desafios é proporcionar uma formação humanizada aos alunos, baseada na problematização *in loco*. A fonte dos temas a serem abordados com os alunos deve surgir de problemas reais identificados na

comunidade ou no serviço de saúde. Assim, o conteúdo necessário à formação do aluno é apresentado de uma maneira próxima ao sujeito que se beneficia do serviço, o que promove uma formação mais humanizada e focada em solução dos problemas reais e atuais de nossa sociedade (MASTROIANNI et al., 2017).

O objetivo desta proposta é inserir os alunos da graduação nas atividades de rotinas da Farmácia Universitária, como:

- Consultório farmacêutico (prática profissional com foco no paciente; garante o máximo benefício com o uso de medicamentos; previne problemas com o uso de medicamentos; resultados clínicos positivos e impacto na qualidade de vida dos usuários);

- Planejamento em saúde (participação e acompanhamento de casos clínicos, proporcionando aos alunos a possibilidade de dialogar com a comunidade com relação aos seus problemas e necessidades de saúde);

- Gestão sanitária (geração e destinação correta de resíduos; registros junto à Vigilância Sanitária, prefeitura e Conselho Regional de Farmácia; toda parte documental que envolve um estabelecimento farmacêutico).

Esta proposta visa ampliar o espectro de ação dos alunos dentro do projeto Farmácia Regional Oeste, procurando aguçar o olhar crítico reflexivo dos alunos frente à situação-problema vivenciada e, com base nessa reflexão, atuar na dificuldade identificada. Freire (1996) afirma que aprender não se limita a tornar o indivíduo adaptado à realidade, mas inclui criar um sujeito ativo, capaz de transformá-la e intervir sobre ela, recriando-a. Berbel (1998, p. 145) ainda afirma que:

[...] tem-se como objetivo a mobilização do potencial social, político e ético dos alunos, que estudam cientificamente para agir politicamente, como cidadãos e profissionais em formação, como agentes sociais que participam da construção da história de seu tempo, mesmo que em pequena dimensão.

Como descrito no Capítulo 1, há um projeto que vai ampliar a sala do consultório farmacêutico. Em dezembro de 2019, está previsto um concurso para professor de disciplina específica de cuidados farmacêuticos, o que vai potencializar o eixo de formação cuidado em saúde. No entanto, enquanto o espaço físico não é ampliado, sugere-se a criação de uma escala de serviço, na qual pelo menos um aluno possa acompanhar o trabalho dos residentes no consultório farmacêutico. E segundo a disponibilidade dos residentes e dos professores responsáveis pelo

atendimento, sugere-se também que sejam propostas, aos alunos, atividades de discussão de casos clínicos de pacientes da Farmácia Universitária, analisando as possíveis intervenções farmacêuticas. Essas atividades ajudarão os alunos a compreender melhor a dinâmica em que se organiza serviço e repensar o cuidado farmacêutico.

Quadro 6 – Aumento da inserção dos alunos nos serviços de cuidado farmacêutico

5W	What (O quê?)	Aumentar a participação dos discentes nas rotinas da Farmácia Regional Oeste.
	Who (Quem?)	Docentes, residentes e alunos de graduação.
	Where (Onde?)	Farmácia Regional Oeste.
	When (Quando?)	Ao longo de 2020.
	Why (Por quê?)	- Melhorar a formação profissional do aluno; - Dar voz a um importante ator dentro do processo de atenção à saúde; - Qualificar um serviço que já oferecido.
2H	How (Como?)	Elaboração de escala de serviço segundo ocupação do espaço físico e disponibilidade dos docentes e residentes.
	How Much (Quanto custa?)	Horas trabalhadas pelos servidores envolvidos na intervenção.

Fonte: Elaborado pelo autor (2019)

A inserção completa dos alunos de graduação nas rotinas da Farmácia Regional Oeste aumentará o grau de corresponsabilidade dos diferentes atores que constituem essa parceria, implicando mudanças na cultura da atenção dos usuários e da gestão dos processos de trabalho do SUS. Essas atividades agregarão ainda

maior valor à formação profissional dos discentes, instigando a reflexão crítica acerca dos cuidados em saúde.

3.3 Proposta 3: Quanto ao melhor aproveitamento da Farmácia Universitária para ensino, pesquisa e extensão pelos docentes da Faculdade de Farmácia

Por meio desta pesquisa ficou evidenciado que, num total de trinta professores da Faculdade de Farmácia da UFJF, há um quantitativo de dois docentes desenvolvendo projetos de ensino, pesquisa e extensão na Farmácia Universitária. Mediante as entrevistas foi possível identificar a necessidade de aumento da interdisciplinaridade entre as atividades desenvolvidas no âmbito da Farmácia Regional Oeste e a Faculdade de Farmácia. O termo interdisciplinaridade leva a uma relação de reciprocidade, de substituição da concepção fragmentária por uma concepção unitária da formação, ou seja, um movimento de renovação diante dos problemas do ensino e da pesquisa (GATTAS; FUREGATO, 2006)

A vivência de alunos e professores nos diferentes níveis de atenção à saúde deve estar articulada em todas as etapas de formação, rompendo com a lógica das disciplinas isoladas. Situações de ensino que desconsideram as necessidades da comunidade não se constituem num modelo adequado para o estudante em formação (ROSSONI; LAMPERT, 2004).

Esta proposta possui os seguintes objetivos:

- Para a pesquisa - aumentar o número de projetos de pesquisa relacionados à Farmácia Universitária aprovados em agências de fomento, inovar em Atenção Farmacêutica, trazendo à comunidade conhecimentos aplicáveis do ponto de vista prático ao sistema de saúde;

- Para o ensino - integrar o conteúdo teórico ao prático, atender as novas diretrizes para formação do currículo farmacêutico, promover uma formação mais completa dos alunos, com maior número de disciplinas e atividades relacionadas a Farmácia Universitária;

- Para a extensão - integrar as ações extensionistas às ações de ensino, com a participação de alunos de graduação e pós-graduação, dissociar a questão extensionista da prestação de serviço assistencial.

Esta proposta tem como pressuposto a sensibilização dos docentes da Faculdade de Farmácia da UFJF para a importância da Farmácia Universitária enquanto espaço formativo para o futuro profissional farmacêutico. Há um cenário real de prática com campos inexplorados, que vão além do cuidado farmacêutico, englobando as análises clínicas, controle de qualidade, desenvolvimento farmacotécnico, alimentos e diversas áreas das ciências farmacêuticas. O desafio para o professor é romper com os limites da sua própria formação fragmentada e construir relações com outras áreas do conhecimento.

Os medicamentos enviados pela prefeitura e que possuem avarias ou algum desvio de qualidade são enviados ao aterro sanitário. Desvios de qualidade é qualquer afastamento dos parâmetros de qualidade estabelecidos para um produto, como presença de partículas estranhas dentro de um frasco-ampola, comprimidos esfarelados, alterações organolépticas (mudança de coloração, dificuldade de homogeneização e dissolução), falta de informações nos rótulos ou bulas (COSTA; VALLI; ALVARENGA, 2008). Poderia ser desenvolvido projetos de pesquisa envolvendo a disciplina de controle de qualidade, no qual seriam realizados teste físico-químicos e microbiológicos para a produção de dados para a qualificação de fornecedores. De posse dessas informações, o setor de licitação da prefeitura poderia descartar empresas que produzem medicamentos de baixa qualidade.

A disciplina de deontologia poderia explorar a aplicabilidade de toda a legislação farmacêutica relacionada à parceria. As disciplinas de nutrição humana e análises clínicas poderiam usar o consultório farmacêutico para atividades de rastreamento em saúde, através de projetos de pesquisa ou extensão. São inúmeros os exemplos de situações que poderiam ser exploradas para aumentar a interdisciplinaridade.

A reunião de departamento é lugar mais adequado para sensibilização de docentes. O departamento é uma subdivisão da estrutura universitária, para os efeitos de organização administrativa, integrando docentes, discentes e técnico-administrativos em educação, com direito a voz e voto, na proporcionalidade legalmente prevista. Possui competências como: elaboração de planos de trabalho, atribuindo encargos de ensino, pesquisa e extensão a docentes; indica membros para compor comissão examinadora de concursos ou provas de seleção de docentes; propõe ao coordenador de curso o número de créditos e os pré-requisitos correspondentes a cada disciplina; entre outros. O departamento de Ciências

Farmacêuticas concentra todas as áreas do curso de Farmácia: medicamentos, análises clínicas e alimentos (UFJF, s.d.).

Quadro 7 - Sensibilização dos docentes da Faculdade de Farmácia

5W	What (O quê?)	Demonstrar para os docentes que o projeto Farmácia Regional Oeste oferece espaço para desenvolvimento de ensino, pesquisa e extensão em diversas áreas farmacêuticas
	Who (Quem?)	Professores da Faculdade de Farmácia da UFJF
	Where (Onde?)	Reunião do departamento de Ciências Farmacêuticas
	When (Quando?)	Primeiro semestre de 2020
	Why (Por quê?)	O projeto Farmácia Regional Oeste ainda é pouco explorado pela Faculdade de Farmácia, havendo espaço para o desenvolvimento de ensino, pesquisa e extensão.
2H	How (Como?)	Apresentação desta dissertação em reunião agendada pelo chefe do departamento de Ciências Farmacêuticas
	How Much (Quanto custa?)	Horas trabalhadas pelos servidores envolvidos na intervenção.

Fonte: Raphael de Moraes Xavier, 2019.

A interdisciplinaridade não significa negar as especialidades e especificidades de cada disciplina, mas sim distinguir os pontos que as unem e diferenciam, articulando o saber nas mais diferentes áreas do conhecimento. O aumento da interdisciplinaridade na Faculdade de Farmácia contribui para o incentivo da pesquisa e iniciação científica, bem como promove o desenvolvimento da ciência e da tecnologia, além de formar profissionais usando diferentes áreas do

conhecimento. Essa ação possibilitará aumentar a integração entre as disciplinas do curso e a Farmácia Universitária, cumprindo os propósitos do ensino-aprendizagem.

3.4 Proposta 4: Quanto ao desenvolvimento de indicadores internos e externos da parceria

O estabelecimento de indicadores é uma forma de avaliação de processos, sendo utilizado para determinar se o efeito obtido através de uma atividade é aceitável ou não. Para que uma intervenção obtenha o sucesso esperado, é preciso dados confiáveis para subsidiar as decisões. Através do uso de indicadores é possível coletar as informações desejadas. Há diversos tipos de índices de performance, e neste PAE são sugeridos indicadores para medir especificamente o desempenho da parceria entre Farmácia Universitária e Prefeitura de juiz de fora.

Para Zucatto et al. (2009), um indicador pode ser definido como um parâmetro que visa medir a diferença entre a situação desejada e a situação atual, ou seja, ele indicará um problema. Eles são instrumentos importantes para controle da administração pública, por aumentarem o grau de transparência na gestão e facilitarem o diálogo com a sociedade. A pesquisa de campo concluiu que o projeto Farmácia Regional Oeste ainda não possui a sistematização de indicadores para avaliar a parceria. Já ocorre a coleta de alguns indicadores de atendimento, mas a utilização destes precisa ser aprimorada.

Os indicadores precisam ser úteis, econômicos, viáveis, disponíveis a tempo, representativos e capazes de mensurar algum processo. São propostos indicadores internos, que mostram o desempenho interno da parceria, e indicadores externos, que são aqueles obtidos junto ao público-alvo, no caso os pacientes. Nesse ínterim, sugere-se como indicadores internos da parceria:

- Motivos de não atendimento de pacientes (falta de documentação, receita vencida, paciente fora da área de cobertura, retorno antes da data prevista, medicamento em falta ou não padronizado pela REMUME);
 - Tempo de espera para o atendimento;
 - Duração do atendimento;
 - Quantitativo de pacientes atendidos e de cada medicamento dispensado;
 - Consumo médio de cada medicamento.

Acerca do indicador externo da parceria, é sugerido que a mensuração das atividades seja realizada através do controle social. Não se trata de vigiar uma burocracia, a questão é criar uma cultura de escuta e participação efetiva da população, que resulte numa forma de interlocução regulada e institucionalizada.

Entre outubro de 2017 e agosto de 2018 foi realizada uma pesquisa na Farmácia Universitária que aferiu o grau de satisfação com o serviço de dispensação, no qual foram entrevistados 250 usuários. O trabalho, que teve como título “Avaliação da dispensação pelos usuários em uma farmácia comunitária pública em Juiz de Fora (SILVA, 2018)”, foi realizado usando como metodologia a aplicação de um questionário de avaliação da percepção dos usuários quanto aos serviços prestados na farmácia. A opção excelente foi mencionada por 47,2% dos entrevistados em relação à aparência da farmácia, 49,6% em relação ao horário de atendimento, 62,8% em relação ao atendimento da equipe de farmácia, 47,6% expressaram que o atendimento é rápido e 91,6% receberam informações sobre o uso dos medicamentos.

Como proposta para a obtenção de indicadores externos, sugere-se que o questionário utilizado na pesquisa supracitada seja adaptado e oferecido aos usuários para que respondam voluntariamente. Mensalmente, os dados obtidos através dos indicadores internos e externos seriam tabulados e discutidos em reuniões de equipe, com a prefeitura e com o Conselho de Saúde local. Como perguntas para o questionário são sugeridas as seguintes questões:

- Sexo;
- Idade (14 a 25, 26 a 40, 41 a 60, 61 a 80, 81 a 90);
- Há quanto tempo você retira os medicamentos? (primeira vez, menos de seis meses, mais de seis meses, mais de um ano);
- Todos os medicamentos da receita foram fornecidos? (sim ou não)
- Quando não recebe os medicamentos na Farmácia Regional Oeste, como adquire? (compra, não compra, retira no programa farmácia Popular do Brasil);
- O que você acha da infraestrutura (acesso, organização e aparência) da Farmácia Universitária? (excelente, muito boa, boa, regular, ruim);
- Em relação ao horário de atendimento (7h30min às 18h30min), como você classifica? (excelente, muito boa, boa, regular, ruim);
- Em sua opinião, como é o atendimento da equipe da farmácia? (excelente, muito boa, boa, regular, ruim);

- O que você achou em relação ao tempo do atendimento? (rápido, adequado, demorado);

- Durante a dispensação de medicamentos, você recebeu informações sobre o seu uso? (sim ou não);

Ainda imerso na discussão do controle social, recomenda-se o estreitamento com o Conselho Local de Saúde, que é um espaço onde ocorre o diálogo entre os trabalhadores em saúde, gestores, usuários e a sua relação com o SUS e rede municipal. É composto de uma forma paritária, entre os três seguimentos representativos de área de saúde; 50% usuário, 25% trabalhador em saúde 25%, gestores e prestadores de serviços de saúde. Sua atuação é mais frequente junto a UBS São Pedro, mas seria importante estreitar laços com o conselho, convidá-los para reuniões e apresentação de seminários, e discutir os dados fornecidos pelos indicadores internos e externos.

Quadro 8 – Sistematização de indicadores internos e externos da parceria

5W	What (O quê?)	Criação e sistematização de indicadores internos e externos da parceria para monitorar e subsidiar intervenções.
	Who (Quem?)	Atores que atuam na parceria e população atendida.
	Where (Onde?)	Farmácia Regional Oeste.
	When (Quando?)	Primeiro semestre de 2020.
	Why (Por quê?)	O uso de indicadores internos carece de aprimoramento, e os indicadores externos precisam ser criados. Os indicadores de desempenho são importantes ferramentas para mensuração de atividades, gerando transparência para as políticas públicas.
2H	How (Como?)	Apresentação da importância do uso de indicadores da parceria nas reuniões de equipe e com a prefeitura. Sensibilização do Conselho de

		Saúde local.
	How Much (Quanto custa?)	Horas trabalhadas pelos servidores envolvidos na intervenção.

Fonte: Raphael de Moraes Xavier, 2019.

O uso de indicadores internos e externos demonstra que a instituição está atenta a seus processos de trabalho e se preocupa com a satisfação de seu público-alvo. No caso de entidades públicas, o uso de indicadores justifica o financiamento público e contribui para o acompanhamento de uma política pública. Além do mais, o entendimento dos dados produzidos pelos indicadores auxilia na maximização de recursos e na eliminação de erros.

3.5 Análise do cenário da instituição para implantação do PAE

O sucesso do PAE aqui proposto depende da análise sistemática do cenário da instituição para nortear a tomada de decisões. Assim, foram elencados os elementos mais relevantes para a execução do PAE com base na metodologia SWOT. Essa técnica é uma abreviação das palavras em inglês *Strengths*, *Weaknesses*, *Oppotunities* e *Threats* que significam respectivamente força, fraqueza, oportunidade e ameaça. Esse instrumento está relacionado à avaliação do ambiente interno de uma organização, análise de suas forças e fraquezas, e do ambiente externo, análise de suas oportunidades e ameaças. (NAKAGAWA, s.d.).

O Quadro 8 apresenta a matriz SWOT das forças, fraquezas, oportunidades e ameaças relativa à aplicação do PAE. O plano de ação busca maximizar os pontos fortes e as oportunidades, e reduzir ou eliminar as fraquezas ou ameaças.

Quadro 9 - Análise das Forças, Franquezas, Oportunidades e Ameaças numa matriz SWOT

Forças	- O PAE contribui para o aprimoramento da parceria entre prefeitura e Farmácia Universitária e a melhoria da qualidade das atividades oferecidas aos alunos e residentes no âmbito da Farmácia Regional Oeste.
--------	--

	<ul style="list-style-type: none"> - Todas as estratégias são exequíveis e não precisam de grandes investimentos financeiros ou de recursos humanos; - Grau de comprometimento dos colaboradores. A equipe é colaborativa, qualificada, bem treinada e responsável.
Oportunidades	- A implantação do PAE possibilita o aprimoramento da qualidade na prestação de um serviço público, aumentando o grau de satisfação da comunidade acerca da prefeitura e da UFJF, impactando na imagem institucional;
Fraquezas	- O PAE não está acordado e depende de outros atores da universidade que podem viabilizar ou não sua execução.
Ameaças	- Alterações do espectro político das entidades públicas podem influenciar na aplicação do PAE.

Fonte: Raphael de Morais Xavier, 2019.

A matriz SWOT aqui construída foi usada para determinar o posicionamento estratégico organizacional da Farmácia Regional Oeste frente à aplicação do PAE. O objetivo é definir estratégias para manter pontos fortes, reduzir a intensidade de pontos fracos, aproveitando oportunidades e se defendendo das ameaças. Diante da predominância de forças ou fraquezas e de oportunidades ou ameaças, é possível adotar estratégias que busquem a melhor aplicação de um plano (AZEVEDO; COSTA, 2001). Essa matriz é importante tendo em vista o fato de que ela amplia o escopo sobre as dificuldades e potencialidades do PAE perante o cenário da Farmácia Universitária como uma instituição organizacional, com atores imbricados em um contexto social e político, onde as tomadas de decisões devem ser conhecidas e discutidas.

A partir das ações propostas e uma vez elencadas as forças, oportunidades, fraquezas e ameaças que o PAE busca intervir, conclui-se que as estratégias apresentadas podem contribuir para o aprimoramento da parceria que resultou na Farmácia Regional Oeste. Espera-se ainda que, de modo geral, este estudo contribua para o fortalecimento da Atenção e Assistência Farmacêutica e, conseqüentemente, a valorização do farmacêutico.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Uma parceria entre entidades públicas possui características próprias e distintas das parcerias público-privadas, classificadas como o acordo de cooperação mais comumente encontrado na administração pública brasileira. A parceria entre a Farmácia Universitária e a Prefeitura de Juiz de Fora se constitui como um instrumento implementador de uma política pública, gerando uma relação social de impacto capaz de transformar a realidade local. É um convênio que envolve cooperação técnica sem repasse de recursos financeiros. Ambos os entes públicos têm o objetivo comum de melhorar a qualidade de vida da população.

O Capítulo 1 teve o propósito de descrever o caso de gestão, apresentando um diagnóstico do cenário estudado. Foi feita uma contextualização sobre as cooperações entre as entidades públicas e os impactos no ensino, pesquisa e extensão, além da conjuntura em que se manifesta a Farmácia Regional Oeste. O Capítulo 2 analisou o caso de gestão sob o enfoque dos dados coletados na pesquisa de campo articulados ao referencial teórico concernente ao estudo. Foi explorada a integração ensino-serviço-comunidade no âmbito do SUS, a questão do ensino farmacêutico na perspectiva de uma formação clínica e o aproveitamento da Farmácia Regional Oeste como espaço de práticas extensionistas, além da metodologia de pesquisa. Já no Capítulo 3 foi proposto um Plano de Ação Educacional com o objetivo de aprimorar a parceria e melhorar a qualidade das atividades oferecidas aos alunos e residentes.

Os benefícios gerados por essa parceria têm alcançado todos os atores envolvidos no projeto. Os alunos da graduação e pós-graduação têm acesso a um privilegiado cenário real de prática, no qual conhecem de perto o SUS, interagem com a população, na maioria das vezes mais carente, e têm a oportunidade de aplicar os conhecimentos teóricos aprendidos na academia. Os pacientes se beneficiam através da oferta de um serviço de saúde mais qualificado. Há uma economia de recursos financeiros para a prefeitura, já que a infraestrutura utilizada e a mão de obra são disponibilizadas pela UFJF, e ainda ocorre a diminuição do uso irracional de medicamentos, o que também minimiza os gastos públicos. A imagem institucional das duas entidades públicas é fortalecida através do aumento do grau de satisfação dos usuários em relação ao serviço de saúde recebido. Essa parceria

qualificou um serviço que já era realizado pela prefeitura, no caso da dispensação de medicamentos, e ainda inovou ao oferecer um serviço de cuidado farmacêutico especializado para cada paciente, através do consultório farmacêutico.

A Faculdade de Farmácia também é privilegiada com essa parceria. Apesar de a Farmácia Regional Oeste ter sido implantada em momento anterior às discussões das novas DCNs, é possível concluir que essa parceria possibilitou uma melhor adequação da faculdade aos elementos exigidos no novo currículo. Outro argumento a favor da Farmácia Regional Oeste é a integração ensino-serviço-comunidade. A formação em serviço permite que o aluno incorpore importantes características técnicas, éticas e humanísticas. Além do mais, a parceria permite que o SUS cumpra uma obrigação prevista no art. 200 da Constituição Federal de 1988, que afirma ser de competência do sistema único a formação de recursos humanos na área de saúde.

Acerca da questão norteadora que culminou no desenvolvimento deste trabalho - quais os reflexos no ensino, pesquisa e extensão causados pela implantação da Farmácia Regional Oeste na Farmácia Universitária? – este estudo procurou demonstrar a importância da indissociabilidade entre ensino, pesquisa e extensão como um dos tripés da própria existência da universidade. Este trabalho alcançou respostas para as questões suscitadas nos objetivos geral e específicos. A compreensão sobre esses problemas foi ampliada e possibilitou a percepção de outros dilemas que não haviam sido elencados antes. Em apertada síntese, com relação ao ensino, a parceria permitiu que o aluno vivenciasse experiências relacionadas à prática profissional que são vinculadas a várias disciplinas do curso, além da aprendizagem relacionada ao processo de cuidado, desde a educação em saúde até a dispensação de medicamentos. Quanto à pesquisa, o projeto potencializou a capacidade de gerar informação relacionada ao serviço que é oferecido, especialmente no âmbito da assistência farmacêutica e do cuidado farmacêutico. A extensão ocorre quando a universidade leva serviços à comunidade, ou seja, além dos seus muros. A existência da Farmácia Regional Oeste por si só já reflete a prestação de um serviço, e qualquer projeto já concretiza a proposta da extensão universitária.

Contudo, a parceria apresenta potencialidades parcialmente ou não exploradas. A pesquisa demonstrou que o convênio possui atividades que podem ser mais bem exploradas, como a integração entre os atores da parceria, uso de

indicadores internos e externos e a interdisciplinaridade com a Faculdade de Farmácia da UFJF. O PAE propôs alternativas para minimizar ou superar tais entraves.

Após ler, analisar, comparar e sintetizar diferentes autores a respeito do tema estudado, este trabalho procurou demonstrar que o cenário descrito se configura como uma grande oportunidade de desenvolvimento e inovação para as Ciências Farmacêuticas, havendo possibilidades para potencializar os resultados e ampliar as práticas exitosas. Que as experiências aqui descritas e analisadas fomentem a discussão acerca da educação farmacêutica e das parcerias públicas, e sirvam de inspiração para docentes, discentes e gestores públicos.

REFERÊNCIAS

AIZENSTEIN, M. L.; TOMASSI, M. H. Problemas relacionados a medicamentos, reações adversas a medicamentos e erros de medicação: a necessidade de uma padronização nas definições e classificações. **Rev. Ciênc. Farm. Básica Apl.** 2011; 32(2): 169-73.

ALBUQUERQUE, V. S. A integração ensino-serviço no contexto dos processos de mudança na formação superior dos profissionais da saúde. **Rev. Bras. Educ. Med.** [online]. 2008, vol. 32, n. 3, pp. 356-362. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0100>. Acesso em: 7 dez. 2018.

ALMEIDA, M.; FEUERWERKER, L.; LLANOS, M. (org.). **A educação dos profissionais de saúde na América Latina: teoria e prática de um movimento de mudança**, São Paulo: Hucitec; Buenos Aires: Lugar Editorial; Londrina: Ed. UEL; 1999.

ANDRADE, M. A. **Avaliação do consumo de medicamentos em idosos no município de Londrina-PR** [tese]. Ribeirão Preto (SP): Faculdade de Ciências Farmacêuticas de Ribeirão Preto; 2003.

ANDRÉ, M. O que é um estudo de caso qualitativo em Educação? **Revista da FAEBA - Educação e Contemporaneidade**, Salvador, v. 22, n. 40, p. 95-103, jul./dez. 2013.

APPLE, M. W. Repensando Ideologia e Currículo. *In*: MOREIRA, A. F.; SILVA, T. T. (org.). **Currículo, Cultura e Sociedade**. 8. ed. São Paulo: Cortez, 2005.

ARAÚJO, A. L. A.; UETA, J. M.; FREITAS, O. Assistência farmacêutica como um modelo tecnológico em atenção primária à saúde. **Revista de Ciências Farmacêuticas Básica e Aplicada**, [S.l.], v. 26, n. 2, p. 87-92, 2005.

ARROYO, D. M. P.; ROCHA, M. S. P. M. L.. Meta-avaliação de uma extensão universitária: Estudo de caso. **Avaliação (Campinas)**, Sorocaba, v. 15, n. 2, p. 131-157, July 2010. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1414-40772010000200008&lng=en&nrm=iso>. Acesso em: 12 dez. 2018.

ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE NORMAS TÉCNICAS (ABNT). **NBR 9050: Acessibilidade a edificações, mobiliário, espaços e equipamentos urbanos**. 2004. Rio de Janeiro: ABNT, 2004.

AZEVEDO, M. C.; COSTA, H. G. Métodos para avaliação da postura estratégica. Ensaio. **Caderno de Pesquisa em Administração**. São Paulo. v. 8, n. 2, abr./ jun. 2001.

BAUER, M. W; GASKELL, G. **Pesquisa qualitativa com texto, imagem e som: um manual prático**. Petrópolis: Vozes, 2002.

BERBEL, N. N. A Problematização e a aprendizagem baseada em problemas: diferentes termos ou diferentes caminhos? **Interface Comum Saúde Educ.** 1998; 2(2): 139-54.

BRASIL. **Lei nº 9.503, de 23 de setembro de 1997.** Institui o Código de Trânsito Brasileiro. Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil, Brasília, 24 set. 1997. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l9503.htm. Acesso em: 28 jul. 2019.

_____. Conselho Federal de Farmácia. **Resolução nº 480, de 25 de junho de 2008.** Dispõe sobre os serviços farmacêuticos na farmácia-escola, pública ou privada, e dá outras providências. Disponível em: <http://www.cff.org.br/userfiles/file/resolucoes/480.pdf>. Acesso em: 19 ago. 2018 (a).

_____. Conselho Nacional de Educação/Câmara de Educação Superior. **CNE/CES nº 6, de 19 de fevereiro de 2017.** Institui Diretrizes Curriculares Nacionais do Curso de Graduação em Farmácia. Disponível em: http://portal.mec.gov.br/index.php?option=com_docman&view=download&alias=74371-rces006-17-pdf&category_slug=outubro-2017-pdf&Itemid=30192. Acesso em: 19 ago. 2018.

_____. **Constituição Federal de 1988.** Promulgada em 5 de outubro de 1988. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicaocompilado.htm. Acesso em: 7 jan. 2019.

_____. **Regulamenta a Lei nº 8.958, de 20 de dezembro de 1994, que dispõe sobre as relações entre as instituições federais de ensino superior e de pesquisa científica e tecnológica e as fundações de apoio, e revoga o Decreto nº 5.205, de 14 de setembro de 2004.** Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2010/decreto/d7423.htm. Acesso em: 10 nov. 2018.

_____. Lei Nº 8.666, de 21 de junho de 1993. **Regulamenta o art. 37, inciso XXI, da Constituição Federal, institui normas para licitações e contratos da Administração Pública e dá outras providências.** Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/LEIS/L8666cons.htm. Acesso em 02 set. 2018.

_____. Lei n. 8.080, 19 set 1990a. **Dispõe sobre as condições para a promoção, proteção e recuperação da saúde, a organização e o funcionamento dos serviços correspondentes e dá outras providências.** Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l8080.htm. Acesso em: 17 jun. 2019.

_____. Lei n. 8.142, 28 dez. 1990b. **Dispõe sobre a participação da comunidade na gestão do SUS e transferências intergovernamentais de recursos financeiros na área da saúde e dá outras providências.**

Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l8142.htm. Acesso em: 17 jun. 2019.

_____. Lei nº 8958 de 20 de dezembro de 1994. **Dispõe sobre as relações entre as instituições federais de ensino superior e de pesquisa científica e tecnológica e as fundações de apoio e dá outras providências**. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Leis/L8958.htm. Acesso em: 10 nov. 2018.

_____. Lei nº 9394/96, de 20/12/1996. Estabelece as diretrizes e bases para a educação nacional. **Diário Oficial da União**. Brasília: Gráfica do Senado, ano CXXXIV, nl. 248, 23/12/96, p. 27833-41.

_____. Ministério da Saúde. Secretaria de Ciência, Tecnologia e Insumos Estratégicos. Departamento de Assistência Farmacêutica e Insumos Estratégicos. **Capacitação para implantação dos serviços de clínica farmacêutica** / Ministério da Saúde, Secretaria de Ciência, Tecnologia e Insumos Estratégicos. Departamento de Assistência Farmacêutica e Insumos Estratégicos. – Brasília: Ministério da Saúde, 2014. 308 p. : il. (Cuidado farmacêutico na atenção básica ; caderno 2). Disponível em: http://bvsmis.saude.gov.br/bvs/publicacoes/cuidado_farmacaceutico_atencao_basica_saude_2.pdf. Acesso em: 2 set. 2018.

CALDERÓN, A. I. Extensão universitária: institucionalização sem exclusão. *In: Revista Educação Superior*. Piracicaba: EDUNIMEP, v. 53, p. 36-38, 2003.

CAMPOS, C. M. C. **Convênios da administração pública - algumas questões pontuais**. Disponível em: www.jurisway.org.br. Acesso em: 06 jan. 2019.

CANDELORO, R. **Não Tenha Dúvidas: Método 5W2H**. Disponível em: <https://administradores.com.br/artigos/nao-tenha-duvidas-metodo-5w2h>. Acesso em: 21 ago. 2019

CAVALHEIRO, M. T. P.; GUIMARÃES, A. L. Formação para o SUS e os desafios da integração ensino serviço. **Caderno FNEPAS**, vol. 1, p. 19-27, dez. 2011. Disponível em: http://www.fnepas.org.br/artigos_caderno/v11/artigo2_formacao_para_sus.pdf >. Acesso em: 20 jun. 2018.

CECCIM, R. B.; FEUERWERKER, L. Mudança na graduação das profissões de saúde sob o eixo da integralidade. **Cad. Saúde Pública**, v.20, n. 5, p. 1400-10, 2004.

CECY, C. Diretrizes Curriculares – 10 anos. **Revista Pharmacia Brasileira** nº 80 - Fevereiro/Março, 2011. Disponível em: http://www.cff.org.br/sistemas/geral/revista/pdf/130/053a060_boletim_abenfarbio.pdf. Acesso em: 9 fev. 2019.

CONDÉ, E. S. Abrindo a caixa: dimensões e desafios na análise de políticas

públicas. **Pesquisa e Debate em Educação**, Juiz de Fora, v. 2, n. 2, p. 78-100, 2012.

CONSELHO REGIONAL DE FARMÁCIA DE MINAS GERAIS – CRF/MG; A importância do farmacêutico no SUS - Suas Competências e Atribuições nas ações de Saúde Pública / Organizador CASP-CRF/MG 1ª Ed. Belo Horizonte: CRF/MG, 2011. 28p

CORRÊA, E. J. Extensão universitária, política institucional e inclusão social. **Revista Brasileira de Extensão Universitária**, [S.l.], v. 1, n. 1, p. 12-15, jul. 2003. ISSN 2358-0399. Disponível em: <<https://periodicos.uffs.edu.br/index.php/RBEU/article/view/864>>. Acesso em: 1 abr. 2018.

COSTA, L. A.; VALLI, C.; ALVARENGA, A. P. Erros de dispensação de medicamentos em um hospital público pediátrico. **Rev. Latino-Am. Enfermagem**, Ribeirão Preto, v. 16, n. 5, p. 812-817, Oct. 2008. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S010411692008000500003&lng=en&nrm=iso>. Acesso em: 28 ago. 2019.

CRUZ, P. C.; SILVA, Y. F. O. Ensino farmacêutico: trajetória, reflexões e perspectivas para a formação do farmacêutico. *In*: I SEMINÁRIO SOBRE DOCÊNCIA UNIVERSITÁRIA, v.1, n.1, 2011, Universidade Estadual de Goiás. **Anais [...]**. Anápolis, Goiás. 12 de março de 2011, p.1 -14.

DALPIZZOL, P. A.; ALMEIDA, R. B. O atual modelo de ensino farmacêutico garante uma formação humanista? *In*: 5ª JORNADA DE SOCIOLOGIA DA SAÚDE, 2011, **Anais [...]**. Curitiba: Programa de Pós-Graduação em Sociologia; 2011.

DASKO, V.; REZENDE, D. A.; MENDES, J. M. G. Processo de planejamento estratégico municipal e suas relações com a teoria new public management. **Revista Ciências Empresariais**. Unipar-Umuarama. vol. 10, n. 1, p. 11-36, jan/jun/2009.

DUARTE, R. Pesquisa qualitativa: reflexões sobre trabalho de campo. **Cadernos de Pesquisa**, Campinas, n. 115, p. 139-154, jul. 2001.

ESCOREL, S.; NASCIMENTO, D. R.; EDLER, F. C. As origens da Reforma Sanitária e do SUS. *In*: LIMA, N. T. et al. (org.) **Saúde e Democracia**: história e perspectivas do SUS. Rio de Janeiro: Editora Fiocruz, 2005.

FEUERWERKER, L. C. M. **Além do discurso da mudança na educação médica: processos e resultados**. São Paulo: Editora Hucitec/Londrina: Rede Unida/ Rio de Janeiro: Associação Brasileira de Educação Médica; 2002.

FEUERWERKER L. C. M. **Reflexões sobre as experiências de mudança na formação dos profissionais de saúde**. Olho Mágico 2003; 10:21-6.

FIOCRUZ. **Políticas Públicas e Modelos de Atenção e Gestão à Saúde**, (s.d.). Disponível em: <<https://portal.fiocruz.br/politicas-publicas-e-modelos-de-atencao-saude>>. Acesso em: 3 set. 2019.

FIOCRUZ/CICT/SINITOX (Fundação Oswaldo Cruz/ Centro de Informação Científica e Tecnológica/ Sistema Nacional de Informações Tóxico-Farmacológicas), 2016. **Casos, Óbitos e Letalidade de Intoxicação Humana por Agente e por Região. Brasil, 2016**. Rio de Janeiro: FIOCRUZ/CICT/SINITOX. Disponível em: https://sinitox.icict.fiocruz.br/sites/sinitox.icict.fiocruz.br/files//Brasil3_1.pdf. Acesso em: 13 nov. 2018.

FÓRUM DA REFORMA SANITÁRIA. SUS pra valer: universal, humanizado e de qualidade. **Saúde em Debate**, v.29, n.31, p.385-96, 2006.

FÓRUM NACIONAL DE FARMÁCIAS UNIVERSITÁRIAS (FNFU). **Farmácia universitária: Padrões mínimos**. Goiânia: Gráfica/ UFG, 2017. Disponível em: <<http://www.ufjf.br/fnfu/files/2017/08/Farm%C3%A1ciaUniversit%C3%A1ria-Padr%C3%B5es-M%C3%ADnimos.pdf>>. Acesso em: 19 ago. 2018.

FRAGA, F. N. R. A utilização de um modelo lógico para a reorientação dos serviços farmacêuticos no âmbito municipal [Dissertação de Mestrado]. Porto Alegre: Faculdade de Farmácia, Universidade Federal do Rio Grande do Sul; 2005.

FRANK, D.; MEYER, J. University Expansion and the Knowledge Society. *Theory and Society*. 36, 2007, p.287-311. GUMPORT, P. (Ed.). **Higher Education: Contributions and their Contexts**. Baltimore: The John Hopkins University, 2007.

FRATINI, J. R. G.; SAUPE, R.; MASSAROLI, A. Referência e contra referência: contribuição para a integralidade em saúde. **Ciência, cuidado e saúde**, v. 7, n. 1, p. 065-072, 2008.

FREIRE, P. **Extensão ou comunicação?** 14. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2010.

FREIRE, P. **Pedagogia da autonomia: Saberes necessários à prática educativa**, São Paulo: Paz e Terra, 1996.

FRENK, J.; CHEN, L.; BHUTTA, Z. A.; COHEN, J.; CRISP, N.; EVANS, T.; FINEBERG, H., et al. 2010. **Health professionals for a new century: transforming education to strengthen health systems in an interdependent world**. *The Lancet* 376(9756): 1923-1958.

GADOTTI, M. **Extensão Universitária: para quê?**. Fevereiro 2017. Disponível em: https://www.paulofreire.org/images/pdfs/Extens%C3%A3o_Universit%C3%A1ria_-_Moacir_Gadotti_fevereiro_2017.pdf. Acesso em: 12 dez. 2018.

GATTÁS, M. L. B.; FUREGATO, A. R. F. Interdisciplinaridade: uma contextualização. **Acta Paulista de Enfermagem**, São Paulo, v. 19, n. 3, p. 323-327, 2006.

GÜNTHER, H. Pesquisa qualitativa versus pesquisa quantitativa: Esta é a Questão? **Brasília: Psicologia: teoria e pesquisa**. Mai-Ago 2006, Vol. 22

n. 2, pp. 201-210.

GODOY, A. S. **Introdução à pesquisa qualitativa e suas possibilidades.** **Revista de Administração de Empresas.** São Paulo, v. 35, n.2, p, 57-63 Mar./Abr. 1995. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/rae/v35n2/a08v35n2.pdf>>. Acesso em: 10 out. 2018.

HENRIQUES, R. L. M. Interlocução entre ensino e serviço: possibilidades de ressignificação do trabalho em equipe na perspectiva da construção social da demanda. *In*: Pinheiro, R., Mattos, R. A. (org.). **Construção social da demanda.** Rio de Janeiro: IMS-UERJ/CEPESC/ABRASCO; 2005.

JACOBI, P.; PINHO, J. A. G. de (org). **Inovação no campo da gestão pública local: novos desafios, novos patamares.** Rio de Janeiro: FGV Editora, 2006

JUIZ DE FORA. Secretaria de Saúde. **Acordo de Cooperação que entre si celebram a Universidade Federal de Juiz de Fora e o Município de Juiz de Fora, por intermédio de sua secretaria de saúde, com o objetivo de estabelecer a cooperação mútua entre as partes,** 2017. Disponível em: <https://www.pjf.mg.gov.br/transparencia/convenios/integra/2017/dezembro/arquivos/adm_direta/pdf/07.2017.002.pdf>. Acesso em: 19 ago. 2018.

LATHER, P. **Getting smart: feminist research and pedagogy with/in in the postmodern.** London: Routledge, 1991.

LISBOA, M. da G. P.; GODOY, L. P. (2012). Aplicação do método 5W2H no processo produtivo do produto: a joia. **Iberoamerican Journal of Industrial Engineering**, 4 (7), 32-47

LUCKMANN, L. C.; BERNART, E. E. Da universidade clássica à universidade brasileira: aproximações e desdobramentos. **Unoesc & Ciência**, Joaçaba, v. 5, n. 2, p. 211-220, jun./dez. 2014

MACHADO, J. L. M.; CALDAS JR., A. L.; BORTONCELLO, N. M. F. Uma nova iniciativa na formação dos profissionais de saúde. **Interface (Botucatu) [online]**. 1997, vol.1, n.1, pp.147-156. ISSN 1414-3283. Disponível em: <http://dx.doi.org/10.1590/S1414-32831997000200011>. Acesso em: 16 set. 2018.

MASTROIANNI, P. C.; MATHEUS, C. B.; DOS SANTOS, J. L. Integrando ensino, pesquisa e extensão universitária em assistência farmacêutica. **Revista Ciência em Extensão**, v. 13, n. 4, p. 116-127, 2017.

MATTA, G. C. Princípios e diretrizes do sistema único de saúde. *In*: Matta G. C. **Políticas de saúde: organização e operacionalização do sistema único de saúde.** Rio de Janeiro: EPSJV/Fiocruz; 2007. p. 61-80

MAYORGA, P.; FRAGA, F.; BRUM, C. K; CASTRO, E. F. Assistência farmacêutica no SUS: quando se efetivará? *In*: MISOCZKY, M. C.; BORDIN, R. (org.). **Gestão local em saúde: práticas e reflexões.** Porto Alegre: Dacasa Editora; 2004. p. 197-

215.

MINAYO, M. C. S. (org.). **Pesquisa Social: Teoria, método e criatividade**. 18 ed. Petrópolis: Vozes, 2001.

MINISTÉRIO DA SAÚDE. DATASUS. Disponível em: http://cnes2.datasus.gov.br/Mod_Ind_Profissional_com_CBO.asp. Acesso em: 10 jun. 2019.

MOITA, F. M. G. S. C.; ANDRADE, F. C. B. Ensino-pesquisa-extensão: um exercício de indissociabilidade na pós-graduação. **Revista brasileira de educação**, v. 14, n. 41, p. 269-280, 2009.

MORITA, M. C.; KRIGER, L. Mudanças nos cursos de Odontologia e a interação com o SUS. **Revista da ABENO**, Brasília, DF, v.4, n.1, p.17-21,2004

NAKAGAWA, M. **Ferramenta: ANÁLISE SWOT (CLÁSSICO)**. Disponível em: http://www.sebrae.com.br/Sebrae/Portal%20Sebrae/Anexos/ME_Analise-Swot.PDF. Acesso em: 28 ago. 2019.

NOGUEIRA, M. D. P. (org), 2005. **Políticas de Extensão Universitária Brasileira**. Belo Horizonte: UFMG.

OLIVEIRA, G. N. **O Projeto terapêutico como contribuição para a mudança das práticas de saúde** [dissertação]. Campinas: Universidade Estadual de Campinas; 2007.

OLIVEIRA, N. A. **Ensino médico no Brasil: desafios e prioridades, no contexto do SUS - um estudo a partir de seis estados brasileiros**. Rio de Janeiro, 2007. [Tese de Doutorado]. Disponível em: <http://www.abem-educmed.org.br/pdf_tese/tese_neilton.pdf>. Acesso em: 1 set. 2019.

PADILHA, M. I. C. S. Análise crítica das causas de integração e/ou desintegração docente assistencial na enfermagem. **Rev. Gaúch. Enfermagem** 1991; 12(1): 33-7.

PAULA, J. A. A extensão universitária: história, conceito e propostas. **Interfaces**, Belo Horizonte, v. 1, n. 1, p. 5-23, jul.-nov. 2013.

PEDUZZI, M. Equipe multiprofissional de saúde: conceito e tipologia. **Revista de saúde pública**, v. 35, p. 103-109, 2001.

PERLATTO, F. As mudanças estruturais das Universidades públicas brasileiras: uma proposta dialética de interpretação. **Pesquisa e Debate em Educação**. Juiz de Fora, vol. 3, n. 1, p. 10-25, jan/jul, 2013.

PIVETTA, H. M. F.; BACKES, D. S.; CARPES, A.; BATTISTEL, A. L. H. T.; MARCHIORI, M. Ensino, pesquisa e extensão universitária: em busca de uma integração efetiva. **Linhas Críticas**. Brasília, DF, v. 16, n. 31, p. 377-390, jul./dez. 2010. ISSN 1516-4896. Disponível em: <<http://www.redalyc.org/html/1935/193517492011/>>. Acesso em: 20 jun. 2018.

- RIBEIRO, R. M. C. A extensão universitária como indicativo de responsabilidade social. **Revista Diálogo: pesquisa em extensão universitária**, Brasília, v. 15, n. 1, p. 81-88, 2011. Disponível em: <<https://portalrevistas.ucb.br/index.php/RDL/article/view/3185/2079>>. Acesso em: 12 nov. 2018.
- RIGOLIN, I. B. Desmitificando os Convênios. CD-Zênite. **Revista ILC**, 2000 a 2006. Doutrina – 673/150/AGO/2006.
- ROLIM, L. B. et al. Participação popular e controle social como diretriz do SUS: uma revisão narrativa. **Saúde em Debate**, Rio de Janeiro, v. 37, n. 36, p. 139-47, 2013.
- ROSA, M. V. F. P. C.; ARNOLDI, M. A. G. C. **A entrevista na pesquisa qualitativa: mecanismos para a validação dos resultados**. Belo Horizonte: Autêntica Editora, 2006. 112 p.
- ROSSONI, E.; LAMPERT, J. Formação de profissionais para o Sistema Único de Saúde e as diretrizes curriculares. **Boletim da Saúde**, Porto Alegre, v. 18, n. 1, p. 87-98, 2004.
- SALVANESCHI, L. (1996). **Location, location, location: how to select the best site for your business**. Grants Pass, Estados Unidos da América: Oasis Press.
- SANTORO, M. D.; BETTS, S. C. (2002). Making industry-university partnerships work. **Research Technology Management**, 45(3), 42-46.
- SATURNINO, L. T. M.; PERINI, E.; LUZ, Z. P.; MODENA, C. M. Farmacêutico: um profissional em busca de sua identidade. **Rev Bras Farm**. 2012; 93(1): 10-6.
- SAVIANI, D. Trabalho e educação: fundamentos ontológicos e históricos. **Revista Brasileira de Educação** v.12, n. 34 jan./abr. 2007.
- SAVIANI, N. Saber Escolar, Currículo e Didática: problemas da unidade conteúdo/método no processo pedagógico. 6. ed. **Rev. Campinas: Autores Associados**, 2010.
- SEGATTO-MENDES, A. P.; SBRAGIA, R. O Processo de cooperação universidade-empresa em universidades brasileiras. **Revista de Administração da Universidade de São Paulo**, 37(4), 58- 71, 2002.
- SILVA, A. C. S. Avaliação da dispensação pelos usuários em uma farmácia comunitária pública em Juiz de Fora. 2018. 69 fls. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação) – Faculdade de Farmácia, Universidade Federal de Juiz de Fora, Juiz de Fora, 2018.
- SILVA, M. C.; CEZAR, A. P. F. **Aprendizagem e o currículo no ensino superior: algumas considerações sobre adaptação curricular**, 2015. Disponível em: http://educere.bruc.com.br/arquivo/pdf2015/20566_11249.pdf. Acesso em 8 fev. 2018.

SILVA, R. H. A.; MIGUEL, S. S.; TEIXEIRA, L. S. Problematização como método ativo de ensino–aprendizagem: estudantes de Farmácia em cenários de prática. **Trab. Educ. Saúde**, v.9, n.1, p.77-93, 2011.

SOUSA, A. L. L. **A História da Extensão Universitária**. Campinas, SP: Alínea, 2000.

SOUSA, I. F.; BASTOS, P. R. H. O. Interdisciplinaridade e formação na área de Farmácia. **Trab. educ. saúde**, Rio de Janeiro, v. 14, n. 1, p. 97-117, Mar. 2016. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1981-77462016000100097&lng=en&nrm=iso>. Acesso em: 02 Sep. 2019.

TODERO, D. R. **Dos convênios da administração pública**. Dissertação (mestrado) — Faculdade de Direito, Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2006. Disponível em: <http://tede2.pucrs.br/tede2/handle/tede/4219>. Acesso em: 6 jan. 2019.

TRÓCCOLI, B. T. Obediência às prescrições médicas e controle da doença. **Unidade Médica**, 1990; 15(2): 11-13.

UNIVERSIDADE FEDERAL DE JUIZ DE FORA. Resolução 53/2016. **Regimento da Farmácia Universitária da Universidade Federal de Juiz de Fora**. Disponível em: <http://www.ufjf.br/consu/files/2016/08/Anexo-Regimento-Farmacia-Universitaria-FINAL.pdf>. Acesso em: 19 ago. 2018.

_____. **Boletim de Convênios**. Publicação oficial para divulgação de extrato de convênios e congêneres elaborados pela Universidade Federal com a portaria 1343, de 16 de dezembro de 2015. Juiz de Fora, 2016. Disponível em: <http://www.ufjf.br/convenio/files/2016/02/Boletim-de-Conv%C3%AAnios-06-2016.pdf>. Acesso em: 6 jan. 2019.

_____. Departamento Farmacêutico. [s.d]. Disponível em: <https://www.ufjf.br/farmacia/a-faculdade/departamentos/>. Acesso em: 28 ago. 2019.

_____. Faculdade de Farmácia. [2018]. Disponível em: <http://www.ufjf.br/farmacia/a-faculdade/institucional/>. Acesso em: 07 jan. 2019.

_____. Projeto Pedagógico do Curso de graduação em Farmácia, 2014. Disponível em: <http://www.ufjf.br/farmaciagv/files/2015/03/Plano-Pedag%C3%B3gico-do-Curso-de-Farm%C3%A1cia.pdf>. Acesso em: 10 fev. 2019.

VERGARA, S. C. **Métodos de coleta de dados no campo**. São Paulo: Editora Atlas, 2009

VIEIRA, F. S. Evolução do Gasto com Medicamentos do Sistema Único de Saúde no Período de 2010 a 2016. Rio de Janeiro, 01/2018. Disponível em: http://www.ipea.gov.br/portal/index.php?option=com_content&view=article&id=32195. Acesso em: 17 jun. 2019.

VOTTA, R. **Breve história da farmácia no Brasil**. Rio de Janeiro: Enila; 1965.

WHO. **Report on the 12th Expert Committee on the Selection and Use of Essential Medicines**. Technical Report Series No. 914. Geneva: World Health Organization, 2002.

YIN, R. K. **Estudo de Caso: planejamento e métodos**. Trad. Daniel Grassi. Porto Alegre: Bookman, 2001.

ZUCATTO, L. C.; SARTOR, U. M.; BEBER, S.; WEBER, R. **Proposição de indicadores de desempenho na gestão pública**. Contexto, Porto Alegre. vol. 9, n. 16, jul/dez/2009.

APÊNDICE A - TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO



UNIVERSIDADE FEDERAL DE JUIZ DE FORA



TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO

O Sr. (a) está sendo convidado (a) como voluntário (a) a participar da pesquisa “**A parceria entre a Farmácia Universitária da UFJF e a Prefeitura de juiz de fora: reflexos no ensino, pesquisa e extensão**”. Nesta pesquisa pretendemos analisar a implantação da Farmácia Regional Oeste na Farmácia Universitária e propor alternativas para aprimorar a parceria e maximizar suas potencialidades. O motivo que nos leva a estudar é fato dessa parceria ser inovadora e estar gerando efeitos na comunidade acadêmica e na população atendida pelo projeto.

Para a produção deste trabalho será realizada uma pesquisa de natureza qualitativa, de objetivo exploratório, a partir de um estudo de caso único, obtendo dados a partir de pesquisa bibliográfica e documental, entrevistas e observação. A pesquisa contribuirá para o aumento da qualidade dos serviços ofertados aos usuários e da melhoria do estágio oferecido aos alunos no âmbito da Farmácia Regional Oeste.

Para participar deste estudo o Sr (a) não terá nenhum custo, nem receberá qualquer vantagem financeira. O Sr. (a) terá o esclarecimento sobre o estudo em qualquer aspecto que desejar e estará livre para participar ou recusar-se a participar. Poderá retirar seu consentimento ou interromper a participação a qualquer momento. A sua participação é voluntária e a recusa em participar não acarretará qualquer penalidade ou modificação na forma em que o Sr. (a) é atendido (a) pelo pesquisador, que tratará a sua identidade com padrões profissionais de sigilo. Os resultados da pesquisa estarão à sua disposição quando finalizada. O (A) Sr (a) não será identificado (a) em nenhuma publicação que possa resultar. Os pesquisadores tratarão a sua identidade com padrões profissionais de sigilo, atendendo a legislação brasileira, utilizando as informações somente para os fins acadêmicos e científicos.

Este termo de consentimento encontra-se impresso em duas vias originais, sendo que uma será arquivada pelo pesquisador responsável, no **Centro de Políticas Públicas e Avaliação da Educação da Universidade Federal de Juiz de Fora** e a outra será fornecida ao Sr. (a). Os dados e instrumentos utilizados na pesquisa ficarão arquivados no mesmo local acima indicado.

O (A) Sr (a) concorda que o material coletado possa ser utilizado em outros projetos do **Centro de Políticas Públicas e Avaliação da Educação da Universidade Federal de Juiz de Fora**, sendo assegurado que sua identidade será tratada com padrões profissionais de sigilo, atendendo a legislação brasileira, utilizando as informações somente para os fins acadêmicos e científicos?

() Sim ou () Não

Caso sua manifestação seja positiva, esta autorização poderá ser retirada a qualquer momento sem qualquer prejuízo.

Eu, _____, portador do documento de Identidade _____ fui informado (a) dos objetivos da pesquisa “**A parceria entre Farmácia Universitária da UFJF e Prefeitura de Juiz de Fora: reflexos no ensino, pesquisa e extensão**”, de maneira clara e detalhada e esclareci minhas dúvidas. Sei que a qualquer momento poderei solicitar novas informações e modificar minha decisão de participar se assim o desejar.

Declaro que concordo em participar. Recebi uma via original deste termo de consentimento livre e esclarecido e me foi dada à oportunidade de ler e esclarecer as minhas dúvidas.

Juiz de Fora, _____ de _____ de 2019.

Nome	Assinatura participante	Data

Nome	Assinatura pesquisador	Data

Em caso de dúvidas, com respeito aos aspectos éticos desta pesquisa, você poderá consultar:

Nome do Pesquisador Responsável: Raphael de Moraes Xavier

Endereço: Rua Paulo de Souza Freire

Bairro São Mateus – CEP: 36036-900 – Juiz de Fora – MG

Fone: (32) 99118-1028

E-mail: raphael.xavier@farmacia.ufjf.br

APÊNDICE B - Roteiro de entrevista aplicado ao diretor da Faculdade de Farmácia da UFJF.

Esta pesquisa tem o seguinte título: A PARCERIA ENTRE PREFEITURA DE JUIZ DE FORA E FARMÁCIA UNIVERSITÁRIA DA UFJF: REFLEXOS NO ENSINO, PESQUISA E EXTENSÃO.

O motivo que me leva a realizar esta pesquisa é fato dessa inovadora parceria estar gerando repercussões ainda não estudadas na comunidade acadêmica e na gestão do projeto.

Nesta entrevista, pretendo compreender os aspectos dessa parceria entre entidades públicas, para, posteriormente, sugerir um Plano de Ação Educacional (PAE) para aprimorar a parceria e maximizar suas potencialidades.

Caso não se sinta à vontade, você poderá deixar de responder a qualquer uma das perguntas. Não há problema nenhum não saber alguma resposta. A entrevista não tem por objetivo testar seus conhecimentos, mas colher as informações que você tem conhecimento.

Diretor da Faculdade de Farmácia da UFJF		
Temas	Pergunta	Objetivo
Parceria entre entidades públicas: Universidade e Prefeitura	1) Qual é a relevância de uma parceria entre uma universidade pública e uma prefeitura?	Compreender as motivações que levaram a UFJF e a Prefeitura de Juiz de Fora a firmarem um acordo de cooperação.
	2) Na sua opinião, quais os impactos que o projeto poderia causar na população atendida? Como a Prefeitura de Juiz de Fora se beneficia dessa parceria?	Conhecer as repercussões do projeto para a população atendida e a Prefeitura de Juiz de Fora.
	3) Como o senhor avalia a possibilidade de expansão do modelo que é utilizado na Farmácia Universitária para as demais farmácias das UBS?	Verificar a possibilidade de expansão do projeto e replicação em outros espaços públicos.
Fases do Ciclo de Políticas públicas: agenda, formulação, decisão, implementação	4) A partir de qual (is) necessidade (s) surgiu a parceria entre a universidade e a prefeitura?	Identificar quais os principais problemas na esfera pública que essa parceria busca solucionar. Entender o que provoca, como se manifesta, o que acontecerá se nada for feito (AGENDA e FORMULAÇÃO).

e avaliação (CONDÉ, 2012)	5) Quais os principais empecilhos que dificultam ou impossibilitam que os objetivos da parceria sejam atingidos? Há alguma potencialidade ainda não explorada?	Analisar as variáveis que dificultam a implementação dessa política pública, as possíveis soluções e as estratégias adotadas (DECISÃO e IMPLEMENTAÇÃO).
	6) Como o senhor avalia a possibilidade de discussão de assuntos técnicos e relacionados à parceria entre os atores da UFJF e da prefeitura que compõem o projeto?	Verificar como ocorre o acompanhamento da efetividade da política pública (MONITORAMENTO).
	7) Qual sua opinião sobre os mecanismos de avaliação interna e externa da parceria?	Mensurar o alcance dos objetivos (AVALIAÇÃO).
Ensino, pesquisa e extensão	8) Na sua opinião, qual a importância da integração ensino – serviço – comunidade?	Verificar até que ponto o projeto contribui para a indissociabilidade ensino/pesquisa/extensão.
	9) Qual a importância da Extensão dentro da Farmácia Regional Oeste? Como ampliar a oferta de programas extensionistas?	Examinar se existem dificuldades para a implementação de programas extensionistas.
	10) Como essa parceria tem sido utilizada no âmbito do Ensino? Tendo como pressuposto a Farmácia Universitária, como aumentar a interdisciplinaridade no contexto da Faculdade de Farmácia?	Verificar como o Ensino tem sido abordado no âmbito da parceria e como maximizar sua potencialidade.
	11) Em sua opinião, como a pesquisa acadêmica se beneficia da Farmácia Regional Oeste?	Verificar como a Pesquisa tem sido abordada no âmbito da parceria e como maximizar sua potencialidade.
Currículo e formação do aluno para o mercado de trabalho	12) Como a parceria será afetada pelas novas DCNs do curso de graduação em Farmácia, principalmente no que diz respeito à prescrição farmacêutica, eixos formativos, carga horária mínima e início do estágio curricular?	Verificar se as novas DCNs motivarão mudanças no projeto e se a Farmácia Universitária já cumpre algum ponto dessas DCNs.
	13) O estágio realizado na dispensação de medicamentos da parceria reflete a realidade do SUS. Entretanto, a maioria dos farmacêuticos atua na iniciativa privada, ou seja, em modelos comerciais. Na sua opinião, como o projeto deve funcionar para atender a essas duas interfaces?	Analisar a dicotomia entre formação para o SUS e iniciativa privada.

APÊNDICE C - Coordenadora da Farmácia Universitária

Esta pesquisa tem o seguinte título: A PARCERIA ENTRE PREFEITURA DE JUIZ DE FORA E FARMÁCIA UNIVERSITÁRIA DA UFJF: REFLEXOS NO ENSINO, PESQUISA E EXTENSÃO.

O motivo que me leva a realizar esta pesquisa é fato dessa inovadora parceria estar gerando repercussões ainda não estudadas na comunidade acadêmica e na gestão do projeto.

Nesta entrevista, pretendo compreender os aspectos dessa parceria entre entidades públicas, para, posteriormente, sugerir um Plano de Ação Educacional (PAE) para aprimorar a parceria e maximizar suas potencialidades.

Caso não se sinta à vontade, você poderá deixar de responder a qualquer uma das perguntas. Não há problema nenhum não saber alguma resposta. A entrevista não tem por objetivo testar seus conhecimentos, mas colher as informações que você tem conhecimento.

Coordenadora da Farmácia Universitária		
Temas	Pergunta	Objetivo
Parceria entre entidades públicas: Universidade e Prefeitura	1) Qual é a relevância de uma parceria entre uma universidade pública e uma prefeitura?	Compreender as motivações que levaram a UFJF e a Prefeitura de Juiz de Fora a firmarem um acordo de cooperação.
	2) Na sua opinião, quais os impactos que o projeto poderia causar na população atendida? Como a Prefeitura de Juiz de Fora se beneficia dessa parceria?	Conhecer as repercussões do projeto para a população atendida e a Prefeitura de Juiz de Fora.
	3) Como a senhora avalia a possibilidade de expansão do modelo que é utilizado na Farmácia Universitária para as demais farmácias das UBS?	Verificar a possibilidade de expansão do projeto e replicação em outros espaços públicos.
Fases do Ciclo de Políticas públicas: agenda, formulação, decisão, implementação	4) A partir de qual (is) necessidade (s) surgiu a parceria entre a universidade e a prefeitura?	Identificar quais os principais problemas na esfera pública que essa parceria busca solucionar. Entender o que provoca, como se manifesta, o que acontecerá se nada for feito (AGENDA e FORMULAÇÃO).

e avaliação (CONDÉ, 2012)	5) Quais os principais empecilhos que dificultam ou impossibilitam que os objetivos da parceria sejam atingidos? Há alguma potencialidade ainda não explorada?	Analisar as variáveis que dificultam a implementação dessa política pública, as possíveis soluções e as estratégias adotadas (DECISÃO e IMPLEMENTAÇÃO).
	6) Como a senhora avalia a possibilidade de discussão de assuntos técnicos e relacionados à parceria entre os atores da UFJF e da prefeitura que compõem o projeto?	Verificar como ocorre o acompanhamento da efetividade da política pública (MONITORAMENTO).
	7) Qual sua opinião sobre os mecanismos de avaliação interna e externa da parceria?	Mensurar o alcance dos objetivos (AVALIAÇÃO).
Ensino, pesquisa e extensão	8) Na sua opinião, qual a importância da integração ensino – serviço – comunidade?	Verificar até que ponto o projeto contribui para a indissociabilidade ensino/pesquisa/extensão.
	9) Qual a importância da Extensão dentro da Farmácia Regional Oeste? Como ampliar a oferta de programas extensionistas?	Examinar se existem dificuldades para a implementação de programas extensionistas.
	10) Como essa parceria tem sido utilizada no âmbito do Ensino? Tendo como pressuposto a Farmácia Universitária, como aumentar a interdisciplinaridade no contexto da Faculdade de Farmácia?	Verificar como o Ensino tem sido abordado no âmbito da parceria e como maximizar sua potencialidade.
	11) Em sua opinião, como a pesquisa acadêmica se beneficia da Farmácia Regional Oeste?	Verificar como a Pesquisa tem sido abordada no âmbito da parceria e como maximizar sua potencialidade.
Currículo e formação do aluno para o mercado de trabalho	12) Como a parceria será afetada pelas novas DCNs do curso de graduação em Farmácia, principalmente no que diz respeito à prescrição farmacêutica, eixos formativos, carga horária mínima e início do estágio curricular?	Verificar se as novas DCNs motivarão mudanças no projeto e se a Farmácia Universitária já cumpre algum ponto dessas DCNs.
	13) O estágio realizado na dispensação de medicamentos da parceria reflete a realidade do SUS. Entretanto, a maioria dos farmacêuticos atua na iniciativa privada, ou seja, em modelos comerciais. Na sua opinião, como o projeto deve funcionar para atender a essas duas interfaces?	Analisar a dicotomia entre formação para o SUS e iniciativa privada.

APÊNDICE D – Gerente do DAFI da Prefeitura de Juiz de Fora

Esta pesquisa tem o seguinte título: A PARCERIA ENTRE PREFEITURA DE JUIZ DE FORA E FARMÁCIA UNIVERSITÁRIA DA UFJF: REFLEXOS NO ENSINO, PESQUISA E EXTENSÃO.

O motivo que me leva a realizar esta pesquisa é fato dessa inovadora parceria estar gerando repercussões ainda não estudadas na comunidade acadêmica e na gestão do projeto.

Nesta entrevista, pretendo compreender os aspectos dessa entre entidades públicas, para, posteriormente, sugerir um Plano de Ação Educacional (PAE) para aprimorar a parceria e maximizar suas potencialidades.

Caso não se sinta à vontade, você poderá deixar de responder a qualquer uma das perguntas. Não há problema nenhum não saber alguma resposta. A entrevista não tem por objetivo testar seus conhecimentos, mas colher as informações que você tem conhecimento.

Gerente do DAFI da Prefeitura de Juiz de Fora		
Temas	Perguntas	Objetivo
Parceria entre entidades públicas: Universidade e Prefeitura.	1) Qual é a relevância de uma parceria entre uma universidade pública e uma prefeitura?	Compreender as motivações que levaram a UFJF e a Prefeitura de Juiz de Fora a firmarem um acordo de cooperação.
	2) Na sua opinião, quais os impactos que o projeto poderia causar na população atendida? Como a Prefeitura de Juiz de Fora se beneficia dessa parceria?	Conhecer as repercussões do projeto para a população atendida e a Prefeitura de Juiz de Fora.
	3) Como a senhora avalia a possibilidade de expansão do modelo que é utilizado na Farmácia Universitária para as demais farmácias das UBS?	Verificar a possibilidade de expansão do projeto e replicação em outros espaços públicos.
Fases do Ciclo de Políticas públicas: agenda, formulação, decisão, implementação	4) A partir de qual (is) necessidade (s) surgiu a parceria entre a universidade e a prefeitura?	Identificar quais os principais problemas na esfera pública que essa parceria busca solucionar. Entender o que provoca, como se manifesta, o que acontecerá se nada for feito (AGENDA e FORMULAÇÃO).

e avaliação (CONDÉ, 2012).	5) Quais os principais empecilhos que dificultam ou impossibilitam que os objetivos da parceria sejam atingidos? Há alguma potencialidade ainda não explorada?	Analisar as variáveis que dificultam a implementação dessa política pública, as possíveis soluções e as estratégias adotadas (DECISÃO e IMPLEMENTAÇÃO).
	6) Como a senhora avalia a possibilidade de discussão de assuntos técnicos e relacionados à parceria entre os atores da UFJF e da prefeitura que compõem o projeto?	Verificar como ocorre o acompanhamento da efetividade da política pública (MONITORAMENTO).
	7) Qual sua opinião sobre os mecanismos de avaliação interna e externa da parceria?	Mensurar o alcance dos objetivos (AVALIAÇÃO).

APÊNDICE E – Alunos bolsistas da Farmácia Universitária

Esta pesquisa tem o seguinte título: A PARCERIA ENTRE PREFEITURA DE JUIZ DE FORA E FARMÁCIA UNIVERSITÁRIA DA UFJF: REFLEXOS NO ENSINO, PESQUISA E EXTENSÃO.

O motivo que me leva a realizar esta pesquisa é fato dessa inovadora parceria estar gerando repercussões ainda não estudadas na comunidade acadêmica e na gestão do projeto.

Nesta entrevista, pretendo compreender os aspectos dessa parceria entre entidades públicas, para, posteriormente, sugerir um Plano de Ação Educacional (PAE) para aprimorar a parceria e maximizar suas potencialidades.

Caso não se sinta à vontade, você poderá deixar de responder a qualquer uma das perguntas. Não há problema nenhum não saber alguma resposta. A entrevista não tem por objetivo testar seus conhecimentos, mas colher as informações que você tem conhecimento.

Alunos Bolsistas da Farmácia Universitária		
Temas	Pergunta	Objetivo
Parceria entre entidades públicas: Universidade e Prefeitura	1) Para sua formação universitária, qual é a relevância de uma parceria entre uma universidade pública e uma prefeitura?	Compreender as motivações que levaram a UFJF e a Prefeitura de Juiz de Fora a firmarem um acordo de cooperação.
	2) Tendo em vista a proximidade com a população, como o (a) senhor (a) avalia essa parceria para sua formação?	Conhecer a relevância do projeto para os discentes.
Ensino, pesquisa e extensão	3) Na sua opinião, quais as maiores dificuldades que vê na parceria UFJF/Prefeitura no que se refere ao estágio/aprendizagem? Há alguma potencialidade ainda não explorada?	Verificar, na visão do aluno, como o Ensino, a Pesquisa e a Extensão tem sido abordado no âmbito da parceria e como maximizar sua potencialidade.

APÊNDICE F – Residentes que atuam na Farmácia Universitária

Esta pesquisa tem o seguinte título: A PARCERIA ENTRE PREFEITURA DE JUIZ DE FORA E FARMÁCIA UNIVERSITÁRIA DA UFJF: REFLEXOS NO ENSINO, PESQUISA E EXTENSÃO.

O motivo que me leva a realizar esta pesquisa é fato dessa inovadora parceria estar gerando repercussões ainda não estudadas na comunidade acadêmica e na gestão do projeto.

Nesta entrevista, pretendo compreender os aspectos dessa parceria entre entidades públicas, para, posteriormente, sugerir um Plano de Ação Educacional (PAE) para aprimorar a parceria e maximizar suas potencialidades.

Caso não se sinta à vontade, você poderá deixar de responder a qualquer uma das perguntas. Não há problema nenhum não saber alguma resposta. A entrevista não tem por objetivo testar seus conhecimentos, mas colher as informações que você tem conhecimento.

Residentes em Farmácia		
Temas	Pergunta	Objetivo
Parceria entre entidades públicas: Universidade e Prefeitura	1) Para sua formação profissional, qual é a relevância de uma parceria entre uma universidade pública e uma prefeitura?	Compreender as motivações que levaram a UFJF e a Prefeitura de Juiz de Fora a firmarem um acordo de cooperação.
	2) Tendo em vista a proximidade com a população, como o (a) senhor (a) avalia essa parceria para sua formação?	Conhecer a relevância do projeto para os discentes.
Ensino, pesquisa e extensão	3) Na sua opinião, quais as maiores dificuldades que vê na parceria UFJF/Prefeitura no que se refere a sua especialização? Há alguma potencialidade ainda não explorada?	Verificar, na visão do residente, como o Ensino, a Pesquisa e a Extensão tem sido abordado no âmbito da parceria e como maximizar sua potencialidade.

APÊNDICE G – Transcrição das entrevistas

Diretor da Faculdade de Farmácia da UFJF

1) Qual é a relevância de uma parceria entre uma universidade pública e uma prefeitura?

O mais importante no que se refere a essa parceria é a universidade poder levar à sociedade, através da parceria com o município, produtos e serviços que ela desenvolve para que a sociedade, de forma mais próxima, de forma mais prática, consiga usufruir desses produtos e serviços que universidade consegue produzir. No que se refere à área de saúde, que é onde estamos inseridos, eu acho que é muito fácil e prático de verificar que a universidade tem um potencial muito grande, por causa dos cursos na área de saúde que ela forma. E essa informação precisa ser direcionada ao usuário. A gente hoje direciona principalmente ao Sistema Único de Saúde, justamente porque isso está na Constituição, está na lei do SUS, que o ensino deve permear o serviço. Mas, no que se refere à área de saúde, é muito importante que a universidade se aproxime da sociedade. E a parceria pública é a que permite, com mais facilidade, a gente alcançar os usuários e os indivíduos que mais tem necessidades em relação aos serviços públicos que qualquer instituição ou o Estado brasileiro tem que oferecer. A universidade possui investimentos oriundos de diversos tipos de recursos federais. Então, essa parceria consegue canalizar os recursos públicos federais diretamente aos usuários do município. É uma forma de agregarmos valor ao serviço público que é desenvolvido no município, já que através da universidade a gente consegue canalizar esses outros investimentos que são realizados.

2) Na sua opinião, quais os impactos que o projeto poderia causar na população atendida? Como ambas as partes, Prefeitura de Juiz de Fora e UFJF, se beneficiam dessa parceria?

Eu sempre gosto de colocar que o principal beneficiário é o usuário. É obrigação tanto da Prefeitura de Juiz de Fora, através dos serviços públicos que ela oferece, e é obrigação também da universidade, através dos serviços que ela direciona aos usuários, melhorar cada vez mais no que for possível a vida das pessoas. E no

momento que a gente se reúne para melhorar um serviço que a prefeitura já oferece, que a gente tem o potencial grande de qualificar esse serviço, o usuário é o maior beneficiado. E no momento que o usuário tem o benefício de um serviço qualificado para sua saúde, os dois entes que oferecem esse serviço são beneficiados. Ou seja, a prefeitura é capaz de demonstrar que através de uma parceria estratégica, melhora a qualidade dos serviços oferecidos. A universidade também através desta parceria consegue canalizar o seu processo de formação, o seu processo de ensino-aprendizagem, direcionando e colocando em prática para os seus alunos aquilo que ele vai precisar fazer na sua vida profissional. O grande benefício para as entidades é qualificar o que elas se propõem a fazer. No caso da universidade é qualificar o seu ensino. Para a gente ter um bom processo de ensino-aprendizagem é preciso se aproximar do mundo real, mundo do trabalho, serviço não apenas restrito ao processo acadêmico. E para a prefeitura, a parceria já qualifica um serviço que ela já oferece. É uma parceria importante e estratégica, porque a prefeitura, sem necessidade de um grande investimento, tem uma qualificação muito grande do serviço que ela já oferece ao usuário.

3) Como o senhor avalia a possibilidade de expansão do modelo que é utilizado na Farmácia Universitária para as demais farmácias das UBS?

Esse modelo que a gente implantou aqui, que na verdade é um modelo que a prefeitura já tinha um projeto, mas que infelizmente não estava operacionalizado ainda, é o modelo das Farmácias Regionais no município. Esse modelo de Farmácias Regionais pretende, se conseguir avançar, retirar as farmácias das Unidades Básicas de Saúde e regionalizar assistência farmacêutica através de estabelecimentos farmacêuticos, com pessoal qualificado e preparado para atender as demandas da população no que se refere ao serviço farmacêutico. É um modelo onde, através dessa estratégia, a prefeitura conseguiu operacionalizar através da Farmácia Regional Oeste. A gente precisa avançar ainda com relação ao número de UBS que a gente atende. A proposta é ter serviços farmacêuticos específicos nas Farmácias Regionais, para que o serviço que é oferecido à população, no que se refere à área farmacêutica, seja especializado. Hoje a gente tem as farmácias nas UBS, e muitas com espaço muito restritos, com os farmacêuticos dedicados quase que exclusivamente ao processo de dispensação, sem a possibilidade de ampliar a oferta de serviços farmacêuticos à população. O nosso modelo, devido à parceria

estratégica, onde a universidade disponibiliza os recursos humanos para execução do projeto, a gente tem essa possibilidade de melhor controle do uso de medicamentos, uma melhor gestão logística dos medicamentos que a prefeitura disponibiliza e aumento da carta de serviços farmacêuticos ofertados à população. Isso não dá para fazer na farmácia da UBS. Mas se o projeto de se estabelecer Farmácias Regionais avançar, é possível que este modelo implantado seja repetido nas outras Farmácias Regionais que a prefeitura implantar.

4) A partir de qual (is) necessidade (s) surgiu a parceria entre a universidade e a prefeitura?

Eu até tenho uma relação pessoal com o que aconteceu por dois motivos. O primeiro deles é que desde quando eu assumi a coordenação da Farmácia Universitária, que foi no segundo semestre de 2014, eu já vislumbrava algum tipo de parceria com a Prefeitura de Juiz de Fora, justamente porque nós achávamos importante que a Farmácia Universitária, além do modelo que ela já praticava, tivesse uma relação mais próxima com a prefeitura. Isso já vinha sendo descrito nas Diretrizes Curriculares antigas e está sendo reforçada nas diretrizes novas. E eu achava importante essa aproximação. As conversas se iniciaram para essa aproximação ainda com pensamento muito vinculado a oferta de serviços farmacêuticos aos usuários do SUS, principalmente o consultório ou algum planejamento nesse contexto. Só que, ao final de 2014 e início de 2015, a Universidade Federal de Juiz de Fora acabou recebendo algumas recomendações da Controladoria Geral da União (CGU) em que o modelo que se praticava, onde a Farmácia Universitária da UFJF era uma filial da Fundação de Apoio, deveria ser extinto. Ou seja, esse modelo não era compatível com o regramento público na ocasião. O modelo anterior de relação administrativa com a Fundação de Apoio, a FADEPE, teve que ser extinto. Em novembro de 2014, a gente iniciou um processo de desligamento da relação administrativa com a Fundação de Apoio. E dentro desse contexto, a necessidade de ter um novo modelo de funcionamento foi mais urgente. Nós intensificamos o diálogo com a Prefeitura de Juiz de Fora e a busca de uma possível parceria. E depois de discussões e uma série de possibilidades diversas, a prefeitura fez a proposta de colocar em prática um projeto que eles já tinham preparado que é o projeto das Farmácias Regionais, e queriam que a gente fosse parceiro na implementação da Farmácia Regional Oeste aqui na nossa infraestrutura. Então, a

parceria surgiu uma ideia inicial de aproximação com serviço público para que a Faculdade de Farmácia, através da Farmácia Universitária, e a UFJF, na área de farmácia, pudesse se aproximar do serviço público de saúde. No segundo momento acabou sendo urgente a relação justamente pela impossibilidade da gente manter uma anterior que existia. E desde novembro de 2014, quando a gente recebeu as recomendações da CGU para que o modelo não continuasse, foi necessário intensificar o diálogo com a prefeitura, o que ocorreu a partir de fevereiro e março de 2015. Em abril de 2016, a gente teve a parceria concretizada com abertura da Farmácia Regional Oeste.

5) Quais os principais empecilhos que dificultam ou impossibilitam que os objetivos da parceria sejam atingidos? Há alguma potencialidade ainda não explorada?

Sim. Quando a gente firmou o primeiro convênio com a prefeitura, a proposta era ser uma Farmácia Regional Oeste, como o próprio nome diz. Ou seja, ser capaz de atender toda a região oeste do município. Consta no convênio que essa potencialidade deveria ser alcançada, dispensação para os usuários referenciados na UBS São Pedro, UBS Santos Dumont e UBS Borboleta. Sendo que no primeiro ano deveria ser imediatamente implantado para os usuários referenciados na UBS São Pedro, e a partir do segundo ano a expansão para as outras unidades básicas de saúde. A primeira etapa do projeto foi concretizada e a gente passou a atender os usuários referenciados na UBS São Pedro, que na verdade compõe mais de 50% dos usuários de toda região oeste. A gente já iniciou com a maior demanda de usuários da região oeste. Havia também o compromisso de expandir para medicamentos de outros componentes da assistência farmacêutica que não apenas os componentes da atenção básica. O que ocorre é que para a expansão para as outras unidades básicas de saúde há uma dependência de um aceite do Conselho de Saúde local e uma aceitação por parte dos usuários da necessidade de um deslocamento das UBS onde eles estão habituados a retirar a medicação até a Farmácia Regional Oeste. E é isso que, entre aspas, a Prefeitura Municipal de Juiz de Fora ainda não enfrentou, no sentido de verificar essa possibilidade. Já houve algumas tratativas iniciais com o Conselho Regional de Saúde para a aceitação da necessidade de deslocamento, porque no momento que a Farmácia Regional Oeste passar a atender a demanda desses usuários, a farmácia dessas UBS serão

extintas. Caso contrário, um dos motivos da parceria não teria sua eficácia, que é a redução de custos da prefeitura no que se refere a recursos humanos e o papel da universidade na disponibilidade de recursos humanos. Então a prefeitura ainda não resolveu enfrentar essa necessidade. Por enquanto, esse é o nosso maior empecilho, o avanço a uma maior cobertura da Farmácia Regional Oeste. A gente já avançou com outros medicamentos de outros componentes da assistência farmacêutica que a gente trouxe para a Farmácia Universitária. A tendência da cobertura para a unidade de São Pedro é de 100% da assistência farmacêutica, mas ainda falta uma pequena fatia para a gente estar aqui com 100% dos componentes que seriam dispensados na UBS São Pedro. A gente aguarda a decisão da prefeitura de avançar com a proposta e, a partir dessa decisão, iniciar as tratativas no âmbito da universidade para esse avanço.

6) Como o senhor avalia a possibilidade de discussão de assuntos técnicos e relacionados à parceria entre os atores da UFJF e da prefeitura que compõem o projeto?

Essa é uma questão importante, que poderia ser delicada. Poderia ser muito difícil se as discussões passassem por alguma esfera política do município. Mas uma coisa que a gente sempre manteve, e isso os dois lados, tanto a UFJF como a Prefeitura de Juiz de Fora, é que as tratativas sejam técnicas, suas autoridades têm amplo respeito. A Farmácia Universitária trata diretamente das questões técnicas do convênio diretamente com o Departamento de Assistência Farmacêutica da prefeitura. A gente não leva as discussões técnicas a nenhuma esfera política administrativa da prefeitura. É a Farmácia Universitária, através de seus gestores, coordenação local da Farmácia, a direção da Faculdade junto ao Departamento de Assistência Farmacêutica, através de sua coordenadora e os seus técnicos. Isso realmente tem permitido que a gente não sofra nenhum tipo de assédio e nenhum tipo de ingerência ou interferência de nenhum âmbito político, nem da universidade e nem da Prefeitura de Juiz de Fora. Isso tem sido importante para a gente conseguir tranquilidade no desenvolvimento do projeto.

7) Qual sua opinião sobre os mecanismos de avaliação interna e externa da parceria?

O principal mecanismo de avaliação externa são os canais abertos tanto da Prefeitura de Juiz de Fora quanto da Universidade Federal de Juiz de Fora em relação às suas ouvidorias ou centrais de atendimento que recebem demandas. No que se refere à avaliação interna, do desenvolvimento do projeto, nós temos estabelecido no âmbito da parceria a possibilidade de reuniões regulares entre as partes para que a gente faça as discussões técnicas necessárias referentes ao desenvolvimento do projeto. Da nossa parte, em relação à Farmácia Universitária, nós temos indicadores de atendimento. Esses indicadores são regularmente remetidos à Prefeitura de Juiz de Fora para que se demonstre justamente a produtividade do serviço. O número de pacientes atendidos, número de medicamentos dispensados, índices de não atendimento. Esses indicadores que são gerados na Farmácia Universitária são remetidos à prefeitura para que ela possa então fazer o acompanhamento da produtividade do serviço. Recentemente nós fizemos uma pesquisa de satisfação dos nossos usuários na Farmácia Universitária, o resultado foi muito bom, e isso foi bastante prazeroso para gente saber que os nossos serviços estão trazendo benefícios aos usuários, que eles estão satisfeitos com serviço o que a gente oferece. Mas eu acho que sim, a gente precisa melhorar e ampliar esses mecanismos de avaliação, principalmente externos, para que a gente possa em alguns momentos tentar corrigir possíveis distorções da execução do serviço.

8) Na sua opinião, qual a importância da integração ensino – serviço – comunidade?

Vou até suplantando a minha opinião, porque isso é uma necessidade estabelecida nas novas Diretrizes Curriculares para o curso de Farmácia, é uma obrigatoriedade. Isso não é só para o curso de Farmácia, é uma obrigatoriedade para todos os cursos saúde. A formação de profissionais de saúde no Brasil tem que ser direcionada ao SUS. Isso está em legislação federal, na lei do SUS, na lei orgânica da saúde, consta na Constituição Federal. A formação de profissionais de saúde tem que passar pelo Sistema Único de Saúde. E não há como a formação passar pelo Sistema Único de Saúde se não houver uma integração entre ensino-serviço-comunidade. O que a gente consegue fazer com o modelo da Farmácia Regional Oeste é fazer parte da rede de atenção à saúde do município, o que facilita e permite essa integração ensino-serviço-comunidade de uma forma extremamente

natural e simples. Seria possível que a gente fizesse a integração através da disponibilidade de serviços extras aos usuários do sistema público de saúde, através do oferecimento de projetos de extensão, de projetos de pesquisa que pudessem alcançar os usuários. Mas no modelo que a gente construiu, onde fazemos parte da rede de atenção à saúde, essa integração acaba sendo orgânica dentro do projeto. Isso é essencial para a formação dos estudantes na área de saúde e, no caso da farmácia, é essencial para que a gente forme um farmacêutico que entenda o contexto da sua inserção profissional, o contexto social que acontece com a maioria da população brasileira, a maioria dos usuários que eles vão encontrar após a sua formação. A integração é fundamental, está descrita nas legislações que abrangem tanto a área educacional quanto à área de saúde. Ela é fundamental para que a gente consiga formar bem os profissionais que vão ser entregues à sociedade ao final do seu curso.

9) Qual a importância da Extensão dentro da Farmácia Regional Oeste? Como ampliar a oferta de programas extensionistas?

A extensão universitária é um dos tripés da função da universidade. Ocorre quando a universidade leva serviços à comunidade além dos seus muros, ou seja, além da comunidade acadêmica já existente. No caso de oferecimento de um serviço que a universidade faz a população, isso naturalmente é caracterizado como uma extensão universitária. A existência da Farmácia Universitária por si só já reflete a prestação de um serviço e concretiza a proposta da extensão universitária. Mas no nosso caso em especial, essa preocupação nessa caracterização vai além do que é o natural da interpretação da extensão universitária, porque nós fizemos questão de efetivamente caracterizar a Farmácia Universitária da UFJF como um grande programa de extensão da universidade. Isso tem um caráter simbólico quanto administrativo importante. No que se refere ao simbólico, a universidade institucionalizou como uma proposta de extensão contínua a existência da Farmácia Universitária. Do ponto de vista administrativo, isso nos permite concorrer a editais de bolsas, editais de financiamento que a universidade disponibiliza para área de extensão. A gestão anterior da direção da Faculdade de Farmácia conseguiu junto à administração superior a institucionalização da Farmácia Universitária como uma unidade administrativa. Isso para gente foi importante para ter uma certa autonomia financeira e conseguir desenvolver todos os projetos que a gente desenvolve. Nós

somos uma unidade orçamentária administrativa da universidade. Recentemente nós aprovamos junto ao conselho setorial de extensão que o programa Farmácia Universitária passe a ser um programa estratégico da Universidade Federal de Juiz de Fora. Até que o conselho decida contrariamente, é um programa contínuo. Ou seja, a universidade mais uma vez reconhece a importância da Farmácia Universitária para os usuários e para a sociedade, fazendo esse reconhecimento. E como estrutura de programa de extensão, vários projetos podem ser desenvolvidos. No âmbito de extensão, nós temos outros projetos aprovados na Farmácia Universitária. E tendo a caracterização como programa, nos permite essa expansão e a diversidade de projetos possíveis direcionados a toda a comunidade.

10) Como essa parceria tem sido utilizada no âmbito do Ensino? Tendo como pressuposto a Farmácia Universitária, como aumentar a interdisciplinaridade no contexto da Faculdade de Farmácia?

No que se refere ao âmbito do ensino, a existência de uma Farmácia Universitária está prevista nas novas DCNs como um elemento obrigatório. Ela ser própria, na verdade, é uma qualificação da nossa farmácia, porque as instituições de ensino podem se utilizar de farmácias não próprias como farmácias universitárias. Então a gente tem essa qualidade a mais. Ter a Farmácia Universitária atende às exigências das Diretrizes Curriculares Nacionais. Outra exigência é que todos os alunos do curso passem pela farmácia, o que é mais uma coisa que a gente consegue alcançar. Todos os alunos da Faculdade Farmácia vão passar pela Farmácia Universitária pelo menos em um momento de estágio, podendo passar por mais momentos em outras oportunidades de atividades que são oferecidas, como projeto de treinamento profissional, projeto de iniciação científica, os projetos de extensão, que são desenvolvidos amplamente. Em relação à interdisciplinaridade, passar pela Farmácia Universitária permite que o aluno vivencie experiências relacionadas à prática profissional que são vinculadas a várias disciplinas do curso. Toda a área de aprendizagem relacionada ao processo de cuidado, desde a educação em saúde, dispensação de medicamentos, serviços farmacêuticos oferecidos aos usuários, passando pela parte de legislação, quando ele reflete sobre as legislações que são aplicadas à farmácia, até a parte da formação magistral, que envolve tanto a manipulação alopática quanto a manipulação homeopática. Os serviços que são desenvolvidos em uma farmácia com manipulação permitem realmente que diversas

disciplinas, diversas unidades curriculares que são vistas em um processo de ensino-aprendizagem na teoria, sejam vivenciadas na forma de estágio na Farmácia Universitária. São diversas disciplinas que são desenvolvidas aqui. Um aluno, por exemplo, quando está fazendo um atendimento a um usuário na dispensação de medicamentos, está vivenciando na prática aspectos teóricos relacionados à farmacologia, à química farmacêutica, à farmacotécnica, à atenção farmacêutica, à assistência farmacêutica. São diversas as disciplinas envolvidas no mesmo ato profissional, por isso que o ensino através da vivência prática, da inserção do aluno no mundo do trabalho, no cenário real de desenvolvimento da atividade profissional é fundamental para que a gente alcance essa interdisciplinaridade necessária para o desenvolvimento das atividades.

11) Em sua opinião, como a pesquisa acadêmica se beneficia da Farmácia Regional Oeste?

Desde quando implantamos esse novo modelo, a gente vem tentando desenvolver projetos relacionados aos dados e à diversidade de atividades que são desenvolvidas aqui na Farmácia Universitária. Em princípio, nós já desenvolvemos alguns trabalhos de conclusão de curso que se basearam em pesquisas relacionadas ao projeto, à proposta de serviços que a gente oferece. Nós já tivemos trabalho de conclusão de curso também das especializações, no que se refere aos programas de residência dos alunos que passam por aqui. E a gente está com uma ansiedade de ter uma dissertação de mestrado que envolva o serviço que a gente oferece. Esse novo projeto potencializou a nossa capacidade de gerar informação relacionada ao serviço que é oferecido, especialmente no âmbito da assistência farmacêutica e do cuidado farmacêutico. É uma potencialidade que pode ser mais explorada. A exploração dessas informações virá com a ampliação da atuação docente nas áreas de assistência e cuidado farmacêutico aqui na Farmácia Universitária. Isso também a gente está conseguindo avançar no âmbito de nosso departamento. Acredito que a gente já consegue demonstrar essa melhoria, esse avanço. Mas esse é um potencial bastante grande a ser explorado ainda com projeto.

12) Como a parceria será afetada pelas novas DCNs do curso de graduação em Farmácia, principalmente no que diz respeito à prescrição farmacêutica, eixos formativos, carga horária mínima e início do estágio curricular?

A minha concepção é que a gente, através da Farmácia Universitária no modelo atual, já consegue alcançar determinados objetivos que estão previstos pelas novas DCNs. Podemos avançar em alguns aspectos, mas a gente já faz algumas coisas que as novas DCNs determinam, entre elas, ter a Farmácia Universitária, e a nossa, no caso, é própria, isso é uma qualidade a mais. A segunda coisa que as DCNs determinam é que todos os alunos do curso passem pela Farmácia Universitária, e nós já temos um estágio obrigatório para 100% dos alunos. Os serviços disponibilizados na Farmácia Universitária hoje já contemplam grande parte do que as novas DCNs preveem para formação de competências. Ou seja, nós já temos um cenário adaptado às novas exigências. O que a gente vai precisar efetivamente qualificar são os tipos de experiências que os alunos vivenciam aqui na farmácia. Eu acho que essas questões relacionadas à prescrição farmacêutica, aos serviços farmacêuticos direcionados diretamente ao paciente, à família e comunidade, a gente já executa, mas vinculado à residência, precisamos estender para a graduação. O que precisamos aperfeiçoar virá com o amadurecimento da descrição das competências que a gente deseja formar os nossos alunos, virá com a permissão de novas experiências aos acadêmicos que já passam aqui na Farmácia Universitária durante a implantação e depois na execução das novas DCNs.

13) O estágio realizado na dispensação de medicamentos da parceria reflete a realidade do SUS. Entretanto, a maioria dos farmacêuticos atua na iniciativa privada, ou seja, em modelos comerciais. Na sua opinião, como o projeto deve funcionar para atender a essas duas interfaces?

Os estabelecimentos farmacêuticos têm três grandes áreas de atuação do profissional farmacêutico: a área de gestão empresarial, que é uma possibilidade para quem é empreendedor, quem é o proprietário; a parte de gestão sanitária, isso é para o farmacêutico, independente dele ser o proprietário ou simplesmente ser o farmacêutico responsável técnico; e a gestão do cuidado, que é a parte dos serviços farmacêuticos que são oferecidos no âmbito das farmácias. Quando a gente tem uma farmácia comercial, temos essas três vertentes. A gente pode até dizer que a gestão administrativa pode ser pública ou privada. Na farmácia comercial a gente

tem uma gestão privada, uma gestão sanitária e uma gestão do processo de cuidado. A Farmácia Universitária é uma farmácia pública, com gestão pública. A gente tem gestão sanitária, porque a gente é uma farmácia com registro sanitário como qualquer outra. E temos gestão do cuidado, temos o consultório com serviços farmacêuticos disponibilizados direto aos usuários. Hoje os alunos passam por aqui e ficam muito vinculados à gestão do cuidado e nos processos de dispensação de medicamentos. Eu acho que a gente precisa avançar no processo de ensino-aprendizagem onde o aluno vai passar também pela gestão sanitária, ter ideia do que ocorre na gestão sanitária da farmácia, passar também pela gestão pública que ocorre aqui. E aí a gente vai formar nos nossos alunos uma ampla capacidade de atuação nesses segmentos. Realmente, a única coisa que a gente não consegue oferecer é a gestão empresarial, porque não tem como a gente trazer para dentro do nosso cenário uma gestão empresarial. Mas é possível que o curso de Farmácia, através de outras estratégias, possa oferecer essa formação aos nossos alunos. A Farmácia Universitária tem um potencial de ampliar a sua capacidade de formação ao ampliar as experiências que os alunos vão ter ao passar por aqui. À primeira vista, no que se refere a essa relação com o mercado trabalho, precisamos ampliar a formação na área de gestão sanitária e na gestão administrativa pública da Farmácia Universitária. De qualquer forma, mesmo não tendo essas duas áreas bem claras, a gente já faz uma coisa muito importante que é capacitar os nossos alunos para o processo de cuidado, para que eles estejam aptos, em qualquer estabelecimento farmacêutico público ou privado, com a experiência necessária para darem as informações, encarar o paciente, saber como deve se portar no atendimento ao usuário. Às vezes, a gente forma muito bem para cuidar das questões sanitárias, e a gestão é uma coisa que acaba sendo apreendida através de outras experiências. Mas a questão do cuidado das pessoas é algo que a profissão está resgatando ao longo do tempo. Esse foco que a gente tem dado aqui precisa manter, precisa ampliar, porque a gente precisa melhorar a atuação de nossos farmacêuticos em relação a cuidar das pessoas. E esse contato direto com as pessoas que os alunos têm aqui, essa necessidade de se portar, de saber o que dizer, de entender o comportamento do outro tem sido bastante importante para que, mesmo que ele vá para farmácias comerciais, leve essa experiência para desenvolver lá. E as outras experiências, a gente precisa permitir também que eles sejam capazes de agregar.

Coordenadora da Farmácia Universitária

1) Qual é a relevância de uma parceria entre uma universidade pública e uma prefeitura?

Primeiramente, eu enxergo até como um dever constitucional nosso. A Constituição de 1988 preconiza o SUS como um ordenador da formação de recursos humanos, e estabelece a saúde como um direito de todos e dever do Estado. Essa parceria público-público entre universidade e prefeitura potencializa essa atribuição do SUS, que está no artigo 200 da Constituição. Outro aspecto também que deve ser levado em conta é que, conforme publicação da Pesquisa Nacional de Saúde, estima-se que hoje 80% da população brasileira é SUS dependente. E não é SUS dependente só porque usa serviços de vigilância em saúde. É comum as pessoas dizerem: "eu não uso SUS", mas se utilizam de serviços da vigilância de responsabilidade do SUS, como controle de águas e resíduos. A vigilância está presente na vida das pessoas. Esses 80% se referem à assistência. Então, 80% da população depender da assistência do SUS é muito significativo. A universidade precisa dar um retorno para essa população, até mesmo pelos impostos investidos nela. Então, a universidade pública, fazendo essa parceria, está contribuindo para atender a essa população que é bastante significativa em nosso país. Outro aspecto que também eu vejo, é que a universidade precisa formar profissionais com competência para atender às necessidades específicas da população. E se a universidade não tem o cenário real de prática, essa formação fica deficiente. Com as novas Diretrizes Curriculares Nacionais para o curso de graduação em Farmácia, precisamos formar por competência. Então, tem metodologias de ensino e aprendizagem e estratégias que vão proporcionar ao aluno competências iniciais e intermediárias. E para a gente proporcionar as competências avançadas, pensando na pirâmide da taxonomia de Bloom, a gente precisa de cenário real. Para a universidade não é apenas questão de ser interessante, é necessário que essa parceria exista porque nós estamos atendendo pessoas e situações reais do mercado de trabalho. Então com isso, a gente se alinha às diretrizes do curso de Farmácia e também com as de todos os cursos de saúde, essas diretrizes nacionais que foram recentemente atualizadas, formamos para competências finais. Eu vejo também como uma relação saudável entre órgãos públicos por não haver conflitos de interesses, como os econômicos. A missão tanto da universidade quanto da prefeitura é atender as necessidades da

população pensando na equidade, atendendo vulnerabilidades. A parceria vem fortalecer a nossa missão.

2) Na sua opinião, quais os impactos que o projeto poderia causar na população atendida? Como ambas as partes, Prefeitura de Juiz de Fora e UFJF, se beneficiam dessa parceria?

Na primeira pergunta, eu já falei de algumas situações que nós nos beneficiamos. Nós precisamos de cenário real, onde o aluno tem que ter contato com a realidade. Quando a gente fala de impacto e efeito, eu penso e considero que esse trabalho que é prestado aqui pela universidade nesse convênio gera maior grau de satisfação na população e no usuário atendido, em virtude da melhor qualidade dos serviços prestados, da gratuidade e de todos os desfechos que vão implicar nesse atendimento de qualidade. Desfechos clínicos e desfechos econômicos. E a longo prazo, a melhoria nas condições de saúde da população. Então, a população tem acesso a um serviço de qualidade personalizado, a uma dispensação com orientação, com profissionais qualificados, se beneficiando dessa forma. Esse argumento se aplica também ao que a prefeitura se beneficia, e temos também que destacar que ela obtém um respaldo acadêmico das práticas profissionais. Porque no serviço muitas vezes não há essa reflexão, até mesmo pela rotina cotidiana. A academia vai proporcionar inovação reflexão. O cenário real tem um potencial formativo muito grande, e com a reflexão da prática que a universidade promove, a prefeitura ganha em melhoria de processos e inovação. Geralmente há uma carência nas prefeituras ou escassez de profissionais de nível superior que monitorem as ações. Não que eles não tenham um setor de planejamento ou monitoramento, mas há uma deficiência de RH conhecidamente nas prefeituras de um modo geral. Então, com a análise de dados obtidos, por exemplo, transformando esses dados em informação para tomada de decisões, eu acho que a prefeitura também se beneficia com isso. E pensando no caráter mais prático, a prefeitura se beneficia por não necessitar disponibilizar infraestrutura para esse serviço de qualidade ser prestado e nem a mão de obra, que é por conta da universidade. Indiretamente ou a longo prazo, enxergo outros benefícios que podem surgir para a prefeitura ou para o país de modo geral, com por exemplo: o atendimento qualificado à população em condições de vulnerabilidade, que obedece ao princípio da equidade, a melhoria dos índices de saúde, o aumento na qualidade de vida da

população, a redução de gastos com a atenção secundária e terciária, o aumento da resolubilidade da atenção primária, a melhora da razão entre população ativa e população dependente. O cidadão vai ficar mais tempo ativo se possuir melhores condições saúde. Ocorre também uma melhor comunicação entre a prefeitura e o cidadão, na medida em que o cidadão tem o maior grau de satisfação, pois ele vê que esse serviço é conveniado ao município, o que torna a imagem da prefeitura mais positiva.

3) Como a senhora avalia a possibilidade de expansão do modelo que é utilizado na Farmácia Universitária para as demais farmácias das UBS?

É preciso levar em conta o cenário atual de RH da prefeitura. Como eu também já estive em unidades de saúde como farmacêutica na atenção primária, no cenário atual de RH eu diria que as possibilidades são mínimas. Em termos de qualificação profissional, eu enxergo que essa possibilidade existe sim. A prefeitura dispõe de profissionais qualificados que podem ser aperfeiçoados, e ainda mais capacitados pela própria universidade, estabelecendo um modelo de prática semelhante ou mais próximo ao que nós temos aqui na Farmácia Universitária. Mas penso, também, que é necessário vontade política para incluir na agenda de governo, com uma prioridade, o investimento em pessoal de nível técnico. O farmacêutico precisa estar mais disponível para exercer outras funções dentro da unidade de saúde, que não apenas a dispensação de medicamentos. Mas o fluxo de pessoas é tão grande, e ele não tem um auxiliar na farmácia, que ele não tem tempo, na maioria das vezes, de orientar o paciente. Então, tendo investimento e vontade de governo, o farmacêutico pode ser liberado para participar de ações de planejamento, de atividades clínicas e de integração com toda a equipe saúde. Eu vejo que o profissional farmacêutico hoje na atenção primária está subutilizado. Há possibilidade sim, como a qualificação dos profissionais que já estão lá quanto dos profissionais que estão aqui na universidade para fazer isso acontecer, mas é necessário investimentos.

4) A partir de qual (is) necessidade (s) surgiu a parceria entre a universidade e a prefeitura?

Essa questão eu não me sinto muito confortável para responder pelo fato de eu não estar aqui na época. Eu não fazia parte do quadro de professores da universidade,

embora eu tenha sido aluna daqui e conheça um pouco da história da Faculdade de Farmácia, da Farmácia Universitária, mas eu não estava aqui. As informações que eu tive foi através de terceiros, e são referentes a limitações jurídicas, limitações acerca do próprio modelo de formação, questões financeiras de gerenciamento dos recursos e alguns entraves cuja soma levou a mudar toda a lógica do processo de trabalho de ensino-aprendizagem.

5) Quais os principais empecilhos que dificultam ou impossibilitam que os objetivos da parceria sejam atingidos? Há alguma potencialidade ainda não explorada?

Eu vejo que sim, existem muitas potencialidades que podem ser exploradas. Embora nós tenhamos uma boa comunicação entre a gestão da prefeitura e Farmácia, no caso do nosso convênio, acho que ainda há aspectos a serem explorados, como o planejamento conjunto de ações. Eu vejo uma necessidade de uma aproximação maior na prática entre os atores, tanto aqui da Farmácia Universitária quanto da prefeitura, sejam eles da ponta, da área de assistência ou da gestão. Eu vejo que isso é uma potencialidade imensa que nós não estamos aproveitando, ou pelo menos não estamos aproveitando no máximo que ela pode ser utilizada. Planejar e avaliar essas ações em conjunto.

6) Como a senhora avalia a possibilidade de discussão de assuntos técnicos e relacionados à parceria entre os atores da UFJF e da prefeitura que compõem o projeto?

Essa possibilidade de discussão vai aumentar quando nós conseguirmos assinar o COAPS (Contrato Organizativo de Ação Pública da Saúde). Não que não haja formalização atualmente, pois há convênios para a formação de parcerias. Mas o COAPS vai fortalecer essas parcerias, garantindo uma maior discussão e fomentando mais essas discussões. Tudo vai ser institucionalizado, os cenários de prática vão ser pactuados. Precisaremos fazer planejamento em conjunto, como eu falei antes. Então, para a resposta desta questão, eu destaco o COAPS. Nós estamos com um projeto em andamento, com a participação de 8 cursos da UFJF diferentes na área de saúde, o PET Saúde Interprofissionalidade. É um programa do Ministério da Saúde de formação para o trabalho, e um dos produtos desse projeto é o COAPS. Nós firmamos um compromisso com o Ministério de que ao final de 2

anos vamos ter o COAPS assinado. É o produto do projeto que vai ser cobrado de nós. Já existe um comitê gestor e já estamos em discussões para que o COAPS seja assinado.

7) Qual sua opinião sobre os mecanismos de avaliação interna e externa da parceria?

Eu acho que também converge para questão que eu falei, que precisamos planejar juntos e avaliar juntos. Eu ainda vejo uma certa fragilidade, vejo necessidade de aperfeiçoarmos essa avaliação. A universidade avalia com um olhar mais da pesquisa, de produtos de extensão, juntamente com o ensino. Mas sobre a questão do impacto na população, acho que precisamos de indicadores, e para isso necessitaríamos de aperfeiçoamento nos mecanismos de avaliação. Eu imagino que isso seria um ganho muito grande. Nós temos trabalhos de conclusão de curso de muita qualidade já produzidos, tanto da graduação quanto da residência que demonstram os benefícios dessa parceria. Há um relato para prefeitura, no qual a Faculdade Farmácia disponibiliza relatórios, e inclusive já fomos elogiados por um gestor da atenção primária de que somos um dos poucos que damos esse retorno. Ou seja, muitas instituições de ensino desenvolvem diversos projetos em conjunto com a prefeitura, mas não dão um retorno quanto aos resultados. E a Faculdade de Farmácia dá esse retorno. O que eu acho que pode melhorar nesses mecanismos de avaliação interna e externa é o estabelecimento de um instrumentos e indicadores, ou então um simpósio, um evento que retorne para os profissionais esses resultados. Internamente, eu acho que nós avaliamos mais. Mas a avaliação externa eu acho que precisa melhorar. É algo que tem que partir de ambos os lados, não apenas da parte da prefeitura.

8) Na sua opinião, qual a importância da integração ensino – serviço – comunidade?

Eu vejo uma importância muito significativa e não vejo razão da universidade existir sem essa integração. Através dessa integração, nós vamos realmente visualizar o resultado de todo o nosso esforço tanto no ensino quanto na pesquisa e extensão. Para termos produtos e resultados concretos, tem que ocorrer essa integração. Então ela é muito importante e inclusive por meio dessa integração a gente consegue promover a indissociabilidade entre o ensino, pesquisa e extensão. Nós

unimos o potencial formativo do SUS em um cenário real, com o potencial da universidade de gerar inovação. Essa integração ensino-serviço-comunidade é um casamento perfeito, gerando essa união entre o potencial formativo no serviço e o potencial de inovação da universidade.

9) Qual a importância da Extensão dentro da Farmácia Regional Oeste? Como ampliar a oferta de programas extensionistas?

A extensão dentro da farmácia é fundamental até mesmo para que nós tenhamos aqui, nesse cenário de prática, a indissociabilidade entre ensino pesquisa e extensão. Os projetos de extensão têm como foco ações direcionadas para a população, para a comunidade. Esses aspectos estão interligados e a atenção farmacêutica é um elo desse processo de retorno que tem que existir para a comunidade. E com isso, os discentes, técnicos-administrativos e docentes tem a oportunidade dessa interação com a comunidade por meio das ações e projetos de extensão. Sobre a ampliação de ofertas de programas, eu vejo que já estamos atendendo a esse aspecto. Tudo pode ser melhorado, mas eu acredito que a Farmácia Universitária e a Faculdade de Farmácia têm atingido esse objetivo de garantir as ações de extensão. Podemos ampliar, inclusive agora houve o aumento do quadro de professores que atuam na área que é mais objeto aqui da Farmácia. Então, eu vejo boas perspectivas para que as ações extensionista sejam ampliadas, inclusive extramuros, não apenas dentro da Farmácia Universitária, mas ações que vão envolver UBS, CAPS e outros órgãos da atenção primária e secundária.

10) Como essa parceria tem sido utilizada no âmbito do Ensino? Tendo como pressuposto a Farmácia Universitária, como aumentar a interdisciplinaridade no contexto da Faculdade de Farmácia?

Quando a gente pensa como essa parceria tem sido utilizada no âmbito do ensino, eu vejo que na área de assistência farmacêutica, atenção farmacêutica e na área de atenção clínica, nós temos explorado muito mais essa parceria. Temos nos beneficiado muito dessa parceria. Estamos gerando trabalho de pesquisa de extensão e de treinamento profissional. Na área de assistência, sim precisamos crescer, precisamos melhorar em relação principalmente aos alunos de graduação. As aulas práticas tem um potencial de crescimento. Algumas aulas práticas acontecem aqui, mas temos potencial para que aconteçam mais essas aulas. Temos

uma limitação de espaço físico em relação ao número de alunos, residentes e bolsistas. Essa questão de infraestrutura precisa ser equacionada. Mas em termos de conteúdo, eu acho que estamos explorando bem na área de assistência farmacêutica e atenção farmacêutica. Mas pensando na interdisciplinaridade, eu acho que está subutilizado este espaço. Nós temos um potencial para interagir com a área tecnológica em virtude dos laboratórios que nós temos aqui. Nesse aspecto eu acho que está pouco explorado para que o aluno possa fazer a articulação de conhecimentos que ele adquiriu no curso de Farmácia. Se tivessem atividades práticas aqui ou acontecesse mais projetos de pesquisa de professores da área tecnológica ou de gestão, nós aumentaríamos o nosso potencial. Porque aqui é um cenário real, um lugar de produção de informações riquíssimas que outras áreas e outras unidades curriculares não estão aproveitando.

11) Em sua opinião, como a pesquisa acadêmica se beneficia da Farmácia Regional Oeste?

Eu acho que em outras respostas que dei anteriormente já demonstram isso. A gente pode conhecer o perfil da população que a gente atende, podemos avaliar diversos aspectos relacionados ao uso racional de medicamentos, inclusive muitos trabalhos que foram desenvolvidos já demonstraram o grau de satisfação da população com serviço prestado. No programa de cuidado farmacêutico, por exemplo, acompanhamos os pacientes, temos prontuários e o registro da evolução clínica dos pacientes. São diversos exemplos que nem tenho como enumerá-los agora, mas é uma fonte de informação intermináveis, podemos estudar vários aspectos. Só exemplificando, alguns trabalhos estão estudando como os pacientes que convivem com diabetes estão entendendo a sua condição de saúde, como que estão utilizando os seus medicamentos, quais os desfechos clínicos que eles estão obtendo, interação com médicos e com outros setores, saúde mental, avaliação de medicamentos que são prescritos para idosos e são inadequados. As possibilidades de pesquisa são imensas aqui e nos beneficiamos muito com a Farmácia Regional Oeste.

12) Como a parceria será afetada pelas novas DCNs do curso de graduação em Farmácia, principalmente no que diz respeito à prescrição farmacêutica, eixos formativos, carga horária mínima e início do estágio curricular?

Eu vejo que essa parceria vai ser afetada positivamente. A reforma curricular também vai ser afetada positivamente. Essa parceria vai trazer benefícios para a reforma. O nosso currículo vai passar de um currículo baseado em aprendizagens por conteúdo para um currículo de aprendizagem por competência. Tendo como pressuposto um cenário real, nós podemos atingir as competências finais, ou seja, o aluno vai ser capaz de criar, de sintetizar, de reproduzir essas ações, e não simplesmente observar, ver alguém fazendo. As novas DCNs para o curso de Farmácia já convergem para tudo que acontece aqui. E tudo que ocorre aqui vai contribuir para que essas diretrizes sejam implementadas. Com relação aos eixos, nós temos o eixo cuidado farmacêutico, que vai ser muito beneficiado com essa parceria. Mesmo não tendo aqui atividades específicas de análises clínicas, que estão incluídas dentro do eixo cuidado, ela acaba se beneficiando indiretamente. Os eixos tecnológico e o de gestão são os que precisamos investir mais e incentivar as pesquisas aqui no nosso cenário da Farmácia Oeste. Quanto à questão da carga horária do estágio, precisamos refletir mais, pois a discussão ainda está muito no início. Ainda estamos estudando como distribuir essa carga horária durante o curso, até pela questão de infraestrutura e de espaço físico. Mas aqui temos um cenário excelente para que o aluno faça um estágio mais precoce durante o curso, que é o que as DCNs estão preconizando. Quanto à prescrição, ela deve ocorrer num contexto do serviço farmacêutico, de acompanhamento farmacoterapêutico. Não deve ocorrer no balcão ou estações de atendimento durante a dispensação. Ela deve acontecer durante uma consulta farmacêutica. É um serviço que pode ser prestado de maneira mais restrita, que precisa ser melhor refletido, dialogado entre a prefeitura e a farmácia. Como nós dispensamos apenas os medicamentos da REMUME, teríamos poucas opções da lista de medicamentos que estamos habilitados a prescrever, e também deveria ver um protocolo de acordo com atenção primária. Então, não é algo simples de se plantar, é algo que precisa de uma reflexão.

13) O estágio realizado na dispensação de medicamentos da parceria reflete a realidade do SUS. Entretanto, a maioria dos farmacêuticos atua na iniciativa privada, ou seja, em modelos comerciais. Na sua opinião, como o projeto deve funcionar para atender a essas duas interfaces?

Nessa semana mesmo, discutimos em sala de aula sobre essa questão e eu perguntei para os alunos: por que formar para o SUS? No início da nossa entrevista, eu falei dos 80% da população dependente do SUS, e isso é muito significativo no nosso país, em torno de 168 a 170 milhões de pessoas. Então, nós precisamos atender a essa demanda. Precisamos considerar a transição epidemiológica que houve, a transição demográfica e o envelhecimento populacional, quando a gente pensa na necessária mudança da lógica do nosso sistema de saúde. Esse sistema era preparado para atender doenças agudas, centrado nos médicos e nos hospitais, cujo modelo é conhecido como biomédico hospitalocêntrico. Mas isso vem mudando nos últimos anos. Hoje nós precisamos de um sistema de saúde que atenda a condições crônicas. Sobre formar para o SUS prioritariamente, se o aluno está preparado para esse contexto, ele está preparado para atuar em qualquer lugar. Temos um eixo gestão nas diretrizes e precisamos abordar a questão da gestão de estabelecimentos farmacêuticos e isso inclui estabelecimentos privados. Se houver a possibilidade de termos um modelo misto, seria interessante. Mas o aluno que está formado para trabalhar no SUS tem plenas condições de trabalhar na iniciativa privada. Eu não vejo deficiência nesse aspecto, de nós não oferecemos estágio na iniciativa privada.

**Gerente do Departamento de Assistência Farmacêutica, Insumos e
Materiais Médico-Hospitalares da Prefeitura de Juiz de Fora**

1) Qual é a relevância de uma parceria entre uma universidade pública e uma prefeitura?

Considerando que nos referimos a dois entes públicos, é sempre positivo para população buscar conciliar através de parcerias as potencialidades de cada instituição. No caso da parceria entre Prefeitura de Juiz de Fora com a UFJF, através do projeto Farmácia Oeste é possível oferecer um atendimento de qualidade a população com recursos humanos adequados e estrutura física acolhedora. Ao mesmo tempo constitui-se um espaço de formação profissional que propicia o desenvolvimento de habilidades técnicas e humanísticas dos futuros profissionais para lidar com a realidade das condições de saúde dos indivíduos.

2) Na sua opinião, quais os impactos que o projeto poderia causar na população atendida? Como a Prefeitura de Juiz de Fora se beneficia dessa parceria?

Através dos serviços prestados pela Farmácia Oeste, é possível garantir o acesso a medicamentos devidamente armazenados e com orientação adequada, o que é essencial para o sucesso da terapia farmacológica. Considerando que o medicamento é a principal ferramenta utilizada no controle de doenças, entendo que existe um impacto direto no perfil de morbimortalidade dos usuários atendidos. Para a prefeitura, o benefício é justamente o impacto positivo nas condições de saúde da população.

3) Como a senhora avalia a possibilidade de expansão do modelo que é utilizado na Farmácia Universitária para as demais farmácias das UBS?

Diante do número crescente de indivíduos assistidos pelo serviço público de saúde e do subfinanciamento do SUS, pensar em Farmácias Regionalizadas pode ser uma alternativa de trabalho capaz de garantir qualidade e segurança do serviço prestado. Sendo assim o modelo de serviço da Farmácia Universitária, constitui-se uma importante referência para o município. Além de uma Assistência Farmacêutica Regionalizada, pode servir de respaldo para construção e atualização de serviços em outras UBS, adequando a realidade de cada uma.

4) A partir de qual (is) necessidade (s) surgiu a parceria entre a universidade e a prefeitura?

A parceria partiu da necessidade de expansão do projeto de regionalização das farmácias no Município. Dentro dos moldes do projeto estava previsto uma unidade para atender a região administrativa Oeste e que fosse de fácil acesso aos moradores.

5) Quais os principais empecilhos que dificultam ou impossibilitam que os objetivos da parceria sejam atingidos? Há alguma potencialidade ainda não explorada?

Por vezes, as multitarefas que precisamos desenvolver somado aos constantes desafios inerentes ao serviço público de saúde, nos impedem discutir e programar novas ações. Poderíamos promover ações que estreitassem a relação da Farmácia Oeste e a Secretária de Saúde. Entre outras poderia citar maior interação entre profissionais farmacêuticos visando a troca de experiências e reflexão sobre os serviços prestados. Outra aproximação importante seria a divulgação dos trabalhos acadêmicos desenvolvidos pela Farmácia Oeste para Secretaria de Saúde.

6) Como a senhora avalia a possibilidade de discussão de assuntos técnicos e relacionados à parceria entre os atores da UFJF e da prefeitura que compõem o projeto?

Existe uma boa comunicação entre a Farmácia Oeste e a Secretaria de Saúde, por meio do DAFI. Percebo uma receptividade de ambos os atores quando necessário discutir algum assunto ou planejar algum fluxo visando sempre atender critérios técnicos e um serviço de qualidade a população.

7) Qual sua opinião sobre os mecanismos de avaliação interna e externa da parceria?

A parceria entre Farmácia Oeste e Prefeitura de Juiz de Fora, de fato constitui um excelente convênio, visto o grande benefício para população assistida. Porém, ainda são necessários evolução do registro e processamento de informações dos serviços prestados.

Residente 1

1) Para sua formação profissional, qual é a relevância de uma parceria entre uma universidade pública e uma prefeitura?

Eu acredito ser de extrema relevância essa parceria, uma vez que podemos vivenciar as reais condições da saúde pública da cidade em que atuamos. Na graduação, estudamos a saúde pública de modo teórico através de leis e políticas de saúde, e a possibilidade de presenciarmos o que foi estudado, desmistifica muitas ideias, confrontando a teoria com a realidade.

2) Tendo em vista a proximidade com a população, como o (a) senhor (a) avalia essa parceria para sua formação?

Totalmente positiva. Na graduação são raras as vezes que podemos ter contato com os pacientes, tornando essas pessoas quase como um objeto a ser estudado. Quando temos a oportunidade do contato direto com a população, o atendimento passa a ser mais humanizado, direcionado e empático, rompendo as barreiras das técnicas e fórmulas prontas. Passamos a entender o contexto de vida de cada pessoa, personalizando o atendimento e buscando possíveis soluções para melhorar o dia a dia daquela pessoa, e não só analisando a sua farmacoterapia.

3) Na sua opinião, quais as maiores dificuldades que vê na parceria UFJF/Prefeitura no que se refere a sua especialização? Há alguma potencialidade ainda não explorada?

A maior dificuldade que eu vejo seria a impossibilidade de exercer a atenção farmacêutica em sua totalidade, seja pelo constante desabastecimento de medicamentos, seja pela falta de estrutura para a realização das consultas farmacêuticas. Conviver com os percalços da realidade em que atuamos é desafiador e enriquecedor, porém também é limitante. Há um potencial ainda a ser explorado em nossa atuação, principalmente no que diz respeito à abertura para os farmacêuticos dentro das UBS e ambulatórios. Muitos pacientes ficam perdidos entre as muitas consultas e demora em relação à marcação das mesmas. E às vezes, na consulta farmacêutica percebemos alguma necessidade do paciente ainda não diagnosticada, como por exemplo a assistência psicológica. Se conseguíssemos um

diálogo com os locais de atendimento, poderíamos não só atender, mas ajudar a população com seus encaminhamentos.

Residente 2

1) Para sua formação profissional, qual é a relevância de uma parceria entre uma universidade pública e uma prefeitura?

Quando temos uma parceria entre universidade e prefeitura podemos entender melhor como funciona o SUS. Os universitários e pós-graduandos, por estarem inseridos em um ente de responsabilidade federal, acabam se distanciando um pouco do planejamento regional em saúde que é realizado pela prefeitura. Como o componente básico da assistência farmacêutica é gerido pelo gestor municipal, podemos acompanhar de perto como ocorre essa dinâmica dentro da atenção primária à saúde, ampliando nossa visão sobre tais programas de saúde pública. Sem essa parceria, ficaríamos limitados dentro dos muros da universidade.

2) Tendo em vista a proximidade com a população, como a senhora avalia essa parceria para sua formação?

Temos um contato direto com uma população que não tem acesso a um serviço médico privado, que dependem integralmente do sistema público de saúde. Esse contato nos permite conhecer suas necessidades, e muitas delas são mais simples do que a nossa formação nos prepara, principalmente com relação ao nível de comunicação. A gente recebe pacientes com prescrições contendo instruções muitas técnicas, nas quais os pacientes, por falta de entendimento, tem dificuldade de adesão ao tratamento. Poder explicar essas coisas e levar todo o conhecimento necessário para o correto uso racional do medicamento é algo muito gratificante. Atuamos numa realidade de desigualdade social, tendo contato com uma diversidade de problemas, onde podemos refletir a melhor forma de transformar essa difícil situação através da assistência farmacêutica. Aqui, nós temos um campo aberto para que os farmacêuticos desenvolvam o melhor para sua formação, e também possam devolver para a comunidade o investimento que é feito na universidade pública. Nós temos a oportunidade de mostrar para a comunidade que estamos preparados para oferecer soluções para seus agravos em saúde, valorizando também o trabalho do farmacêutico. Todo esse processo enriquece a formação que é oferecida nas universidades públicas.

3) Na sua opinião, quais as maiores dificuldades que vê na parceria UFJF/Prefeitura no que se refere a sua especialização? Há alguma potencialidade ainda não explorada?

Eu acredito que o trabalho do farmacêutico é bem inexplorado pela Prefeitura de Juiz de Fora, pois há atividades que desenvolvemos na Farmácia Universitária e que poderiam ser expandidas. Essa parceria nos mostra que há um campo aberto para expansão da atenção farmacêutica. Embora exerçamos o cuidado farmacêutico, vejo limitações como a não realização da prescrição farmacêutica, impossibilidade de solicitação de exames e dificuldade de encaminhamento de pacientes para outros níveis de atenção à saúde. Ao meu ver, essas ações ajudariam a desafogar os ambulatórios das UBS e seriam ótimas para a atenção primária à saúde. O serviço farmacêutico que é feito aqui vai muito além da simples entrega de medicamentos, e acredito que ele poderia ser replicado nos demais estabelecimentos de saúde disponibilizados pela prefeitura. Mas não é o que ocorre. Esse serviço só acontece aqui porque nós temos esse espaço, a inserção do residente e de profissionais aptos a nos ensinar a conduzir esse processo. Esse cuidado farmacêutico, se replicado para as UBS, de fato resolveria muitos problemas relacionados à farmacoterapia que são levados ao médico desnecessariamente.

Residente 3

1) Para sua formação profissional, qual é a relevância de uma parceria entre uma universidade pública e uma prefeitura?

Quando a gente entra numa faculdade pública temos uma formação mais voltada para o SUS. E quando temos a oportunidade de fazer um programa de especialização que está inserido no SUS, colocamos em prática tudo aquilo que foi trabalhado na faculdade. Isso é muito importante para firmar os nossos conhecimentos e retribuir o fato de termos estudado numa universidade pública, para voltar como um agente de transformação e atuação no SUS. Então, para nós residentes, permite crescimento profissional e satisfação por poder retribuir para a sociedade o investimento feito na universidade pública.

2) Tendo em vista a proximidade com a população, como a senhora avalia essa parceria para sua formação?

Eu avalio como muito positiva. Essa parceria permite que tenhamos contato com diversas situações desafiadoras, nas quais precisamos estudar, nos aprimorar e buscar informações para que possamos contribuir para a melhoria da saúde da população. O SUS é muito amplo e atende pessoas de diferentes realidades sociais e econômicas, fato que me permitiu vivenciar experiências novas e engrandecedoras, contribuindo muito para meu crescimento profissional e até mesmo pessoal.

3) Na sua opinião, quais as maiores dificuldades que vê na parceria UFJF/Prefeitura no que se refere a sua especialização? Há alguma potencialidade ainda não explorada?

Dentro da profissão farmacêutica, há a farmácia clínica que vai muito além da dispensação de medicamentos, envolvendo o controle clínico do estado de saúde do paciente. Percebo que há um distanciamento entre nós farmacêuticos e os outros profissionais de saúde, como médicos, dentistas, enfermeiros e nutricionistas, no qual todos atuam de forma muito independente. Acho que falta comunicação e articulação com os demais profissionais. Caso houvesse um caminho aberto de troca de informações e experiências, os pacientes seriam mais beneficiados e

agilizaria mais as rotinas de atendimento. Esse é um ponto que eu acredito que poderia trazer mais melhorias para o serviço farmacêutico.

Residente 4

1) Para sua formação profissional, qual é a relevância de uma parceria entre uma universidade pública e uma prefeitura?

Eu acredito que seja importantíssimo. Primeiro, nós estamos em uma universidade pública mantida por impostos e estamos dando um retorno desse investimento à comunidade. Segundo que, muitos de nós após completar a graduação ou pós-graduação vai trabalhar no setor público, sendo importante conhecer esse área de trabalho, suas especificidades e limitações.

2) Tendo em vista a proximidade com a população, como o (a) senhor (a) avalia essa parceria para sua formação?

Mais uma vez eu digo que essa parceria é importante e deveria ser ampliada, porque é uma oportunidade dos alunos de graduação e pós-graduação ultrapassarem os muros da universidade e conhecer a população, suas necessidades e carências. E dessa forma, trabalhar para suprir essas demandas com um ganho que será mútuo. De um lado, há os alunos que estarão aplicando a teoria na prática e vão aprender com isso, e do outro há uma oferta de um serviço para a população, que é organizado e extremamente especializado.

3) Na sua opinião, quais as maiores dificuldades que vê na parceria UFJF/Prefeitura no que se refere a sua especialização? Há alguma potencialidade ainda não explorada?

A primeira dificuldade que vejo é a barreira do "novo", da mudança de cultura em si, pois antes o serviço era organizado de uma maneira, e agora é sob uma forma de parceria. As pessoas são muito resistentes às mudanças dos processos as quais elas estão acostumadas, mesmo que seja para melhor. Outra falha que vejo é o processo de comunicação entre a parceria. Os dois polos trabalham de forma conjunta, mas pouco integrada, havendo um distanciamento. Um atendimento começa na UBS e termina aqui, ou vice-versa, e mesmo estando regionalmente próximos, não está totalmente em conjunto. E como há essa falta de integração, algumas potencialidades são perdidas. A farmácia, apesar de estar trabalhando em conjunto, não conhece a fundo a realidade da UBS, bem como a UBS não conhece bem o nosso trabalho. Muitos acordos que não existem entre os dois serviços

poderiam ser feitos com ganho para a Farmácia Universitária, os alunos e o aumento da qualidade das atividades realizadas pela UBS. Poderia ocorrer o deslocamento de funcionários entre os dois serviços, possibilitando campanhas e treinamentos em conjunto.

Bolsista 1

1) Para sua formação universitária, qual é a relevância de uma parceria entre uma universidade pública e uma prefeitura?

Eu creio que quando a universidade pública se vincula com uma prefeitura para prestar serviços à população, todos ganham. Os alunos como eu tem a possibilidade de ter contato com o paciente, com o serviço público como realmente ele é. Sendo assim, a gente consegue adquirir a experiência que talvez a gente só fosse conseguir depois de formado. Tendo isso durante a graduação capacita a gente cada vez mais, nos tornando profissionais de qualidade maior, experiências que não teríamos se não tivéssemos essa oportunidade. Como a universidade é um meio de pesquisa e desenvolvimento, a prefeitura acaba recebendo os modelos mais atualizados e as tecnologias mais novas que são desenvolvidos dentro das universidades. O setor público também se beneficia com os alunos, que executam as atividades, favorecendo o funcionamento e fazendo o serviço ser menos demorado. E quanto à universidade, creio que é desejo dela integralizar ensino-serviço-comunidade.

2) Tendo em vista a proximidade com a população, como a senhora avalia essa parceria para sua formação?

Temos uma proximidade muito boa com a população. A gente consegue conversar e orientar os pacientes de forma tranquila e com qualidade. A estrutura oferecida pela Farmácia Universitária é ideal na maioria dos casos. A área de dispensação tem um modelo que realmente deve ter seguido. Os modelos mais antigos de dispensação na atenção primária não tem contato próximo com paciente, normalmente é uma janelinha onde só se entrega a medicação, e não há é nada humanizado esse processo. Toda essa estrutura que permite um contato maior e cuidado com o paciente é um modelo que deve ser seguido.

3) Na sua opinião, quais as maiores dificuldades que vê na parceria UFJF/Prefeitura no que se refere ao estágio/aprendizagem? Há alguma potencialidade ainda não explorada?

Eu acho que o estágio ofertado aqui é muito bom na área de dispensação e manipulação, a estrutura da farmácia é ideal e a gente aprende muito bem. A área

que não é muito bem explorada é a atenção farmacêutica, que são as consultas e o acompanhamento dos pacientes. Devido à estrutura, não é possível que os estagiários acompanhem os farmacêuticos e residentes. Eu acho que a faculdade deve pensar nisso e nos oferecer um espaço que possamos acompanhar os residentes e farmacêuticos para que a gente tenha aprendizado nessa área. Com a reforma curricular haverá o foco maior na farmácia clínica, então eu acho muito importante que tenha esse espaço para a gente acompanhar esse serviço farmacêutico.

Bolsista 2

1) Para sua formação universitária, qual é a relevância de uma parceria entre uma universidade pública e uma prefeitura?

Essa parceria é muito benéfica para ambas as partes, tanto para faculdade quanto para prefeitura, e até mesmo para comunidade que é atendida aqui na Farmácia Universitária. E por isso, é uma forma de proporcionar estágio para a gente, aumentar o nosso aprendizado e podermos transferir um pouco do nosso conhecimento adquirido na graduação para os pacientes atendidos. É uma oportunidade para nós estudantes de sairmos da sala de aula que ficamos todos os dias, de aplicar o conhecimento que a gente aprende lá e para conhecer um pouco da realidade da população que possivelmente a gente pode encontrar depois formados no mercado de trabalho.

2) Tendo em vista a proximidade com a população, como a senhora avalia essa parceria para sua formação?

Essa proximidade, eu também acho muito benéfica e importante, porque nos permite experiências diferenciadas do que a gente vê lá na graduação. Somente na graduação, na faculdade não nos proporciona. E para minha formação, essa oportunidade é excelente, tanto para crescimento humano quanto profissional. Porque essa parceria nos oferece o contato com pessoas diferentes e também de realidades diferentes, o que faz aumentar a nossa percepção da realidade da população e as necessidades que a população tem.

3) Na sua opinião, quais as maiores dificuldades que vê na parceria UFJF/Prefeitura no que se refere ao estágio/aprendizagem? Há alguma potencialidade ainda não explorada?

Aqui nessa unidade onde eu participo, as dificuldades que eu encontrei foram poucas, pois todo suporte para nós estudantes é oferecido. Alguns problemas que eu vi foi a aceitação de alguns pacientes de deslocarem até aqui para buscarem os medicamentos. Mas isso é solucionado no decorrer do atendimento, e a gente tenta convencer o paciente que é um atendimento melhor, de que vai solucionar mais problemas, que é mais benéfico para ele, e com ajuda dos residentes e farmacêuticos, isso é solucionado. Essa foi só uma dificuldade básica que eu

encontrei. Em relação às potencialidades que não foram exploradas e que eu acho importante, é a participação em outras farmácias de outras unidades básicas de saúde, e também da nossa participação no consultório farmacêutico para a gente acompanhar os pacientes. Acho que isso iria agregar muito na nossa formação, iria fornecer diferentes experiências para nós estudantes, que é o que a gente não vê na graduação, na formação lá na faculdade.

Bolsista 3

1) Para sua formação universitária, qual é a relevância de uma parceria entre uma universidade pública e uma prefeitura?

Para mim, a parceria é muito importante porque ela possibilita que o aluno tenha novas áreas de aprendizado, o que faz com que o aluno possa ir além do que a universidade já proporciona para ele. Além da população também poder usufruir de um serviço de muita qualidade que vai ser feito pelos alunos em parceria com a prefeitura.

2) Tendo em vista a proximidade com a população, como a senhora avalia essa parceria para sua formação?

Para a formação é uma parceria que agrega muito valor e crescimento profissional, uma vez que a gente consegue estar presente em situações vividas no dia a dia pelo profissional farmacêutico, que muitas vezes a gente não tem oportunidade de ver isso na teoria. Além disso, a gente tem oportunidade de aprender questões ligadas tanto a farmacologia dos medicamentos que são dispensados, e vai muito além disso também, porque a gente tendo contato com a população, a gente aprende o lado ético e humano da profissão também.

3) Na sua opinião, quais as maiores dificuldades que vê na parceria UFJF/Prefeitura no que se refere ao estágio/aprendizagem? Há alguma potencialidade ainda não explorada?

Uma dificuldade para mim é a falta de recurso, que queira ou não, deixa a desejar. Um exemplo da falta de recurso é quando falta medicamento para o paciente, e além de ser ruim para ele é ruim para a gente, que acaba deixando de ver sobre a forma de dispensação correta desse medicamento. Acaba deixando de aprender, muitas vezes, para que serve aquele medicamento, se tem ou não alguma interação medicamentosa com outro medicamento que paciente usa. A gente passou recentemente por uma mudança de sistema informatizado, também é muito ruim porque fica instável tanto para os alunos que vão vir para participar do programa quanto para a gente mesmo que já estava no programa. Um lado para mim que poderia ser mais explorado é o consultório farmacêutico. O aluno vai poder ter contato maior ainda com o paciente, e vai poder explorar uma área de conhecimento

muito maior, tanto sobre interações medicamentosas, uso correto de medicamentos, a funcionalidade dele, e também acredito que a gente vai poder avaliar se realmente o que a gente aprendeu na dispensação foi eficaz. Vai ser uma forma de ter certeza se a dispensação que a gente fez realmente foi correta, porque no consultório farmacêutico a gente avalia essas interações entre medicamentos e consegue fazer intervenção para melhorar.

Bolsista 4

1) Para sua formação universitária, qual é a relevância de uma parceria entre uma universidade pública e uma prefeitura?

Eu acredito que seja uma parceria benéfica para os dois lados. A farmácia Universitária oferece serviços diferenciados para a população, tornando mais próximo o contato das pessoas com o profissional farmacêutico e melhorando a qualidade de vida.

2) Tendo em vista a proximidade com a população, como a senhora avalia essa parceria para sua formação?

A parceria entre a prefeitura e a universidade pública traz proximidade com a realidade da população, o que não é fácil de conseguir somente dentro da sala de aula.

3) Na sua opinião, quais as maiores dificuldades que vê na parceria UFJF/Prefeitura no que se refere ao estágio/aprendizagem? Há alguma potencialidade ainda não explorada?

Como na Farmácia Universitária há o contato direto do farmacêutico com a população, e em todo o horário de funcionamento encontra-se o farmacêutico para orientar e auxiliar no que for necessário, as dificuldades são mínimas quando comparadas com as encontradas nas demais farmácias comunitárias. Acredito que poderia explorar a participação dos alunos em outros setores, como consultório de atendimento farmacêutico no qual atuam os residentes, ou em outros serviços oferecidos pela prefeitura no que diz respeito à área farmacêutica.

Bolsista 5

1) Para sua formação universitária, qual é a relevância de uma parceria entre uma universidade pública e uma prefeitura?

A parceria entre a universidade pública e a prefeitura é relevante, de forma a proporcionar a nós alunos da graduação e da pós-graduação o contato efetivo com a comunidade e também com outros profissionais da área. Dessa forma, essa parceria permite que eu como aluna possa aplicar e colocar em prática tudo que aprendi teoricamente durante a minha formação, além de ter uma experiência que será um diferencial na minha futura atuação profissional.

2) Tendo em vista a proximidade com a população, como a senhora avalia essa parceria para sua formação?

No caso do projeto de extensão, um dos objetivos é devolver à comunidade o que é investido em nós estudantes da universidade pública. Nesse projeto, como o estudante está inserido em uma realidade de trabalho de atendimento à população, sempre ao lado dos farmacêuticos e residentes, é possível que a gente desenvolva novas habilidades profissionais, proporcionando aos pacientes um serviço de qualidade e melhorando a qualidade de vida de toda a comunidade.

3) Na sua opinião, quais as maiores dificuldades que vê na parceria UFJF/Prefeitura no que se refere ao estágio/aprendizagem? Há alguma potencialidade ainda não explorada?

Em relação ao aprendizado, as dificuldades são bem restritas a situações como a resistência de alguns pacientes a serem atendidos por estudantes em momentos onde é exigido uma maior experiência para lidar com o paciente, como já foi o caso de paciente deficientes. Porém, como há sempre a supervisão e assistência dos farmacêuticos e residentes, essas situações são facilmente contornadas. Como potencialidade não explorada, apontaria o fato dos estudantes não participarem da consulta farmacêutica, a qual seria uma oportunidade de maior desenvolvimento das habilidades assistenciais dos estudantes.

Bolsista 6

1) Para sua formação universitária, qual é a relevância de uma parceria entre uma universidade pública e uma prefeitura?

É importante essa parceria entre a Prefeitura de Juiz de Fora e a UFJF, pois ambas as partes são beneficiadas, tendo em vista que o atendimento que é ofertado aqui para a população na Farmácia Universitária é diferente do que é realizado em outras farmácias comunitárias de outros bairros, o que gera benefícios para os pacientes que usufruem desse atendimento.

2) Tendo em vista a proximidade com a população, como o (a) senhor (a) avalia essa parceria para sua formação?

Essa parceria foi benéfica para nós discentes, pois nesse momento é único que nós conseguimos ter contato direto com a população durante a graduação. Se não existisse essa oportunidade, nós os alunos ficaríamos sem vivenciar esse momento que contempla o SUS.

3) Na sua opinião, quais as maiores dificuldades que vê na parceria UFJF/Prefeitura no que se refere ao estágio/aprendizagem? Há alguma potencialidade ainda não explorada?

As dificuldades que encontramos na Farmácia Oeste são mínimas se comparadas às farmácias de unidades básicas, pois aqui temos farmacêuticos durante todo o horário de funcionamento, enquanto que outros lugares não possuem esse tipo de serviço, e fora o suporte que eles dão para que o funcionamento seja o mais próximo do ideal. E o que poderia ser explorado beneficiando ambos os lados é a questão da participação do aluno em outros locais de farmácias da prefeitura onde poderíamos ampliar o nosso conhecimento. Outra questão que poderia ser explorada é o atendimento farmacêutico, que é realizado na maioria das vezes pelos residentes, poderia ser ofertado em outras unidades também.